UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MARIA HELENA RODRIGUES CAMPELO

OS IMPACTOS DAS RELAÇÕES DE PODER SOBRE AS MULHERES NAS FAMÍLIAS: HISTÓRIAS DE VIDAS FEMININAS EM FORTALEZA

FORTALEZA

2019

MARIA HELENA RODRIGUES CAMPELO

OS IMPACTOS DAS RELAÇÕES DE PODER SOBRE AS MULHERES NAS FAMÍLIAS: HISTÓRIAS DE VIDAS FEMININAS EM FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C196i Campelo, Maria Helena Rodrigues.
Os Impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias : histórias de vidas femininas em Fortaleza / Maria Helena Rodrigues Campelo. – 2019.
125 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

1. Mulheres . 2. Famílias. 3. Relações de Poder . I. Título.

CDD 370

MARIA HELENA RODRIGUES CAMPELO

OS IMPACTOS DAS RELAÇÕES DE PODER SOBRE AS MULHERES NAS FAMÍLIAS:
histórias de vidas femininas em Fortaleza

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____
Profa. Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____
Profa. Dra. Fátima Maria Leitão Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Às mulheres que inspiram a luta de todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres que me inspiram cotidianamente a ouvir, a falar e a compartilhar histórias de vida.

As mulheres entrevistadas, pelo tempo concedido nas entrevistas.

Ao Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Patrícia Helena, pela acolhida na Linha de Pesquisa do Mestrado e pela inspiração de sua carreira profissional, a Professora Fátima leitão pela delicadeza em aceitar o convite e disponibilidade de tempo e a ambas pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da Linha Em História e Educação Comparada, do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, pelas reflexões, críticas e sugestões que me foram apresentadas.

Ao Instituto Beatriz e Lauro Fiuza – IBLF pela oportunidade e disponibilidade de realizar a pesquisa nesse campo de atuação.

A todos(as) os mestres(as) educadores que ao longo da minha formação profissional me deram desafios e oportunidades para amadurecimento pessoal.

“Os homens nascem livres, as mulheres lutam por liberdade”.

(Helena Campelo, notas da autora).

RESUMO

O objeto de estudo da presente Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC constitui: os impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias: histórias de vidas femininas em Fortaleza. O interesse por essa área teve origem na minha própria histórias de vida pessoal e na história do cotidiano profissional, na formação acadêmica, nas experiências e vivências de diálogo com outras mulheres que inspiraram o desejo de contar as histórias de suas famílias. O objetivo geral corresponde: analisar os impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias, a partir de narrativas femininas em Fortaleza. Como objetivos específicos apontamos: identificar as expressões das relações de poder nas famílias, através das contradições e complexidades; compreender as implicações das relações de poder sobre a realidade das mulheres, através do seu processo de subjetivação; observar as interações entre relações de poder e a constituição da identidade e representação social das mulheres. A pergunta de partida consistiu: como as relações de poder impactam as mulheres nas famílias? Consideramos como hipótese: as mulheres são impactadas nas suas famílias em decorrência das relações de poder, expressas como desigualdades entre homens e mulheres nas famílias. Como metodologia, utilizamos as referências teóricas da História Cultural, a perspectiva da comparação da História Comparada, as técnicas da História Oral o tipo de pesquisa se configurou como qualitativa e bibliográfica. Os referenciais teóricos utilizados correspondem: Foucault (1988); Beauvoir (2009); Perrot (2007); Priore (2015); Ariés (1986); Scott (1989); dentre outros. Indicamos como resultados: as transformações nos modelos de famílias afetaram os papéis e as funções sociais das mulheres, pois interferem na dimensão simbólica e no processo de subjetivação; a educação destinada as mulheres reforçou a desigualdade de gênero, sobrecarregou as mulheres em relação a vida familiar, doméstica e a vida profissional, dificultando o processo de liberdade, autonomia, empoderamento e protagonismo feminino. Como considerações finais indicamos: o estudo sobre a história das mulheres perpassa a compreensão sobre a história das famílias e de toda humanidade.

Palavras-chave: Mulheres. Famílias. Relações de Poder. História Oral.

ABSTRACT

The object of study of the present Master's Dissertation in Brazilian Education of the Federal University of Ceará - UFC constitutes: the impacts of power relations on women in families: stories of women's lives in Fortaleza. Interest in this area originated in my own personal life histories and in the history of professional daily life, in academic formation, in the experiences and experiences of dialogue with other women that inspired the desire to tell the stories of their families. The general objective is to analyze the impacts of power relations on women in families, based on female narratives in Fortaleza. As specific objectives we aim: to identify the expressions of the relations of power in the families, through the contradictions and complexities; understand the implications of power relations on the reality of women, through their process of subjectivation; to observe the interactions between power relations and the constitution of the identity and social representation of women. The starting question was: how do power relations impact women in families? We consider as hypothesis: women are impacted in their families due to power relations, expressed as inequalities between men and women in families. As a methodology, we used the theoretical references of Cultural History, the perspective of comparison of Comparative History, the techniques of Oral History the type of research was configured as qualitative and bibliographical. The theoretical references used correspond: Foucault (1988); Beauvoir (2009); Perrot (2007); Priore (2015); Ariés (1986); Scott (1989); among others. We indicate as results: the transformations in the family models affected the roles and social functions of women, because they interfere in the symbolic dimension and in the process of subjectivation; education aimed at women reinforced gender inequality, overwhelmed women in relation to family, domestic and professional life, hindering the process of freedom, autonomy, empowerment and female protagonism. As final considerations, we indicate: the study on the history of women permeates the understanding about the history of families and of all humanity.
Keywords: Women. Families. Power relations. Oral History.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 AS MULHERES NA HISTÓRIA 17
2.1 Perspectivas historiográficas sobre as mulheres no Brasil 23
2.2 Estudos feministas, de gênero e da categoria mulher 33
2.3 Direitos das mulheres e mudanças nas famílias 48
3 HISTÓRIA DAS FAMÍLIAS 53
3.1 Origem das famílias 54
3.2 Transformações nos modelos de famílias 64
3.3 Complexidade das famílias contemporâneas no Brasil 72
4 RELAÇÕES DE PODER SOBRE AS MULHERES NAS FAMÍLIA 76
4.1 Discursos sobre as mulheres nas famílias 77
4.2 Processo de subjetivação das mulheres nas famílias 94
4.3 Histórias de vida e História do cotidiano das mulheres nas famílias 107
5 CONCLUSÃO 115
REFERÊNCIAS 119
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA 123
APÊNDICE B – TABELA 1 124
APÊNDICE C – TABELA 2 125
ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO 126

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva de estudo na área relacionada a Mulheres e Famílias surgiu do interesse em observar as expressões das desigualdades vivenciadas pelas mulheres em vários âmbitos da sociedade, em especial no ambiente familiar. O Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, por meio da Linha de Pesquisa História e Educação Comparada, no eixo temático sobre Família, Sexualidade e Educação configurou-se como possibilidade para a realização da presente pesquisa, em razão das categorias de análise que articula: mulheres, famílias, relações de poder. Neste contexto, emergiu o tema objeto de estudo: os impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias: histórias de vidas femininas em Fortaleza. A motivação inicial no campo de pesquisa teve origem na minha própria história de vida pessoal, na formação acadêmica, nas experiências profissionais, no diálogo cotidiano com mulheres, que inspiraram o desejo de contar histórias de suas famílias.

O objetivo geral da pesquisa corresponde: analisar os impactos das relações de poder sobre as mulheres nas famílias a partir das narrativas femininas em Fortaleza. Como objetivos específicos apontamos: identificar as expressões das relações de poder nas famílias, através das contradições e complexidades; compreender as implicações das relações de poder sobre a realidade das mulheres, através do seu processo de subjetivação; observar as interações entre relações de poder e a constituição da identidade e representação social das mulheres. A pergunta de partida desse estudo consiste: como as relações de poder impactam as mulheres nas famílias? Consideramos como hipótese de estudo: as mulheres são impactadas nas suas famílias em decorrência das relações de poder; explicitando: existem relações de poder expressas como desigualdades entre homens e mulheres nas famílias; as transformações nos modelos de famílias afetaram os papeis e as funções sociais das mulheres; a educação destinada às mulheres reforçou a desigualdade de gênero, sobrecarregou as mulheres em relação à vida familiar, doméstica e profissional, dificultando o processo de autonomia e empoderamento feminino.

Considerando a realidade brasileira na contemporaneidade, identificamos mudanças no perfil das famílias, decorrentes de transformações demográficas, sociais, culturais, econômicas e políticas, no contexto da sociedade capitalista e da cultura patriarcal. Articulamos esta temática a partir de variáveis estruturantes, tais como: casamento, maternidade, redução na taxa de fecundidade e quantidade de filhos nas famílias, decisão de ter ou não filhos, número de divórcios e recasamentos, uniões estáveis e consensuais, novos formatos de relações afetivas, divisão sexual do trabalho, exploração dos direitos trabalhistas,

participação feminina no mundo do trabalho, o crescimento da profissionalização e do investimento da carreira profissional, aumento do nível de escolaridade, ocupação de cargos de liderança pelas mulheres, participação feminina na política, ampla jornada de trabalho, responsabilidade com renda, sustento e manutenção doméstica, cuidados com os filhos e discriminação racial.

Nessa perspectiva, problematizamos: nós mulheres podemos nos considerar livres das relações de poder que permeiam as histórias das famílias? Consideramos como possibilidade: o rompimento de padrões patriarcais, reconhecendo a identidade e as conquistas femininas, observando os discursos, os saberes construídos e legitimados, compartilhando conhecimentos, viabilizando o acesso à educação, à cultura e a outras formas de relações, sem opressões e explorações, pautadas no princípio de igualdade entre homens e mulheres. Buscamos dar relevância, visibilidade e reconhecimento as mulheres que contam histórias de mulheres, que vivenciam em suas famílias um silêncio de narrativas e ausência de compartilhamentos sobre as questões que envolvem o universo feminino. Destacamos as memórias das narrativas, individual e coletiva, a transmissão da cultura pela oralidade, a sensibilidade no olhar e na fala dos relatos femininos, os saberes práticos e subjetivos construídos nas relações, como elementos que demarcam histórias de vida e as histórias do cotidiano. Como mulheres, somos sujeitos do acontecimento histórico e estamos sujeitas às adversidades, somos detentoras de conhecimento ancestral, reveladoras de práxis social.

Dialogamos com autoras que relatam a história das mulheres, pois esta pesquisa visa evidenciar narrativas femininas sobre o quotidiano de suas famílias. Como referencial teórico, procuramos autores (as) na literatura que demarcam acontecimentos apresentados por autores (as) que apontam mudanças históricas, sociais, culturais, econômicas, demográficas sobre este cenário. Consideramos improvável abordar todos os aspectos sobre este tema no presente estudo, mas apresentaremos reflexões e contribuições sobre os discursos e as contradições que envolvem as mulheres nas famílias, situando as relações de poder que afetam as mulheres nas famílias, conectando questões que perpassam as relações de desigualdades entre homens e mulheres.

Consideramos como percurso metodológico a pesquisa qualitativa, na qual optamos pela pesquisa bibliográfica e de campo. A proposição do tipo e da natureza da pesquisa demanda a escolha das categorias, definição das técnicas de coleta, amostras, registros dos dados, permite a revisão de literatura e as reflexões sobre o tema, a partir da sistematização e construção das análises sobre os resultados. A pesquisa qualitativa parte de questionamentos que aprofundam o conhecimento sobre a realidade e os fatores que

determinam os fenômenos, apoiados em teorias e hipóteses que oferecem novas reflexões. Propomos como referências para esse estudo: a História Cultural; a História Comparada; a História Oral.

Realizamos a revisão de literatura para delineamento do referencial teórico, com base na História Cultural para a compreensão das relações, entre a história do cotidiano e a história de vida, a História Cultural nos desloca do aspecto linear dos acontecimentos e fatos históricos, permitindo-nos compreender as redes e conexões que se evidenciam no cotidiano. Como mulheres, queremos ouvir e contar as histórias não reveladas, mas vividas nas famílias, pertencentes a um universo feminino complexo e diverso. Buscamos dar visibilidade à presença feminina na vida cotidiana, aproximando a realidade local com a história da humanidade. Nós mulheres somos contadoras de histórias e constituímos referências teóricas para revelar os sentimentos das narrativas femininas e os discursos nos relatos historiográficos.

No âmbito da História Cultural, situamos a preocupação com o simbólico, as interpretações, as representações. Compreendemos a relação entre as narrativas, a sensibilidade e a memória, sob o olhar de Sandra Pesavento (2008, p. 15) que nos explica: assim como a história é a narrativa que presentifica uma ausência no tempo, a memória recupera, pela evocação, imagens do vivido. A autora compreende que precisamos falar dos indivíduos, de subjetividades, das trajetórias pessoais e histórias de vida, complementando que silêncios e vazios são formas de enfrentar o quotidiano para aquele que busca entender as razões e os sentimentos que guiavam a vida dos homens no passado. O interesse em contar as histórias de vida das mulheres e revelar o quotidiano das famílias parte do pressuposto de romper silêncios e dar voz aos vazios coletivos presentes na história.

Pesavento (2007) nos convida a refletir sobre a sensibilidade, conceito apreendido a partir das práticas culturais do sensível. A autora considera o âmbito das sensibilidades como uma espécie de leitura da alma, ressalta que tais sensibilidades são formas de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Assim, “Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade” (PESAVENTO, 2007, p. 10). A narrativa constitui uma opção metodológica, de acordo com Pesavento (2007): “a narrativa se fundamenta no que se chama de marcas da historicidade, ou as fontes ou registros de algo que aconteceu um dia e que, organizados e interpretados, darão prova e legitimidade ao discurso historiográfico” (PESAVENTO, 2007, p. 19). Considerando

as sensibilidades, explica que é importante voltar-se para o indivíduo, a subjetividade, as trajetórias de vida, como lidar com a vida privada e as expressões de sentimentos, afirma que "as sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído" (PESAVENTO, 2007, p.20).

Compreendemos a História Comparada, como recurso para análise de conteúdo, para definir o perfil das mulheres nas famílias, relacionando as categorias e variáveis, destacando os fatores que podem interferir no contexto. Tomando por base a perspectiva da comparação, observamos que a realidade das histórias das mulheres conecta a identidade e singularidades dos sujeitos. Entendemos a História Comparada, com base em Schriewer (2009) e Cavalcante (2008), para delimitar perspectivas de análise em relação aos perfis das mulheres. Consideramos que a comparação pode ser estabelecida na apreciação dos discursos das diferentes famílias, nas quais as narrativas das mulheres podem ser compreendidas diante das suas singularidades e diversidades. Ancorados em Schriewer (2009, p. 95), compreendemos que a análise comparada identifica, por meio de reconstruções conceitualmente informadas, diferentes cenários socioculturais, sendo possível perceber o movimento de gerações e ciclos de vida das mulheres pesquisadas. O referencial de Cavalcante (2008) nos permite compreender a História da Educação Comparada, as referências para analisar os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam a história do Brasil, destacando a história como movimento, no qual passado, presente e futuro se interligam, possibilitando ao(a) historiador(a) um campo fértil para considerações. Essa abordagem nos possibilita observar os discursos das mulheres conforme as gerações e ciclos de vida das famílias. A utilização da comparação nos permite identificar a conexão entre os perfis das mulheres, a diversidade e as semelhanças das famílias.

Optamos pela História Oral como referência metodológica pela contribuição e atenção interdisciplinar para a sensibilidade do público participante, as narrativas das mulheres, os relatos sobre as histórias de vida e do quotidiano. Possibilita articular a memória individual e a memória coletiva, enfatiza o tempo presente, concede relevância e mobiliza as fontes, pois nas narrativas percebemos os discursos e as relações de poder que perpassam as mulheres nas famílias. Amado e Moraes (1998) apresentam a relevância da História Oral, indicando que é possível conciliar as três principais compreensões sobre o seu status, a saber: técnica; disciplina e metodologia. Compreendemos, com base nessas autoras, o uso da História Oral como metodologia, pois remete a uma dimensão técnica e outra teórica. Para as autoras, a história é construção, explicam "[...] o quanto a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórico-metodológica estão indissociavelmente interligadas, demonstrando de

maneira mais convincente que o objeto histórico é sempre resultado de uma elaboração" (AMADO e MORAES, 1998, p. 11). As mesmas definem o conceito de História Oral como metodologia que estabelece e organiza procedimentos de trabalho, funcionando como conexão entre teoria e prática. "A história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas" (AMADO e MORAES, 1998, p. 16).

Compreendemos, de acordo com Jucá (2012) que a História Oral, mais do que um recurso ou técnica de coleta de dados, possui um valor metodológico ao público participante entrevistado, qual seja: "papel ativo no relato dos eventos" (JUCÁ, 2012, p. 218). Sua metodologia destaca a relevância da memória social, pois "revela as ações e as contradições observadas nas práticas sociais, em que o individual e o coletivo se complementam, sem sobreposição de um ao outro" (JUCÁ, 2012, p. 217). Segundo o referido autor, memória individual e memória coletiva se complementam, assim, procuramos no diálogo com as mulheres, compreender suas histórias de vida e como relacionam suas histórias com as das mulheres de sua família.

Entendemos o conceito de *quotidiano* a partir de Le Goff (s.d.) que aponta a necessidade em evidenciar pequenas histórias em contraponto a "grande história", a história de pessoas comuns da sociedade, revelando que homens e mulheres vivem com seus sentimentos por meio de seus corpos no quotidiano. Le Goff (s.d.) explica que no quotidiano a realidade se expressa na memória: "A grande história é dividida por comemorações, a história do quotidiano revela-nos o sentimento da duração, nas coletividades e nos indivíduos, o sentimento daquilo que muda, bem como o daquilo que permanece, a própria percepção da história" (LE GOFF, s.d., p. 95); portanto, enfatiza o papel do historiador em usar esse dado, o vivido quotidiano da história, como um objeto científico de conhecimento.

Com essa delimitação, realizamos o recorte temporal da pesquisa que se refere ao período compreendido entre 2017 e 2019. A técnica utilizada para coleta de dados foi o roteiro de entrevista elaborado com base na História Oral, com questões qualitativas abertas sobre os aspectos: definição de mulher; história das mulheres nas famílias; relações de poder sobre as mulheres nas famílias; espaço para comentários ou sugestões para a pesquisa ou mensagens para outras mulheres. Destacamos que esse estudo apresenta as narrativas femininas, visando reconhecer e legitimar a história das mulheres, revelando as referências teóricas e o quotidiano das famílias. Enfatizamos as falas, que evidenciam os discursos, as relações de poder, as representações do simbólico incorporado ao processo de subjetivação feminina e a potencialidade da resiliência das mulheres.

O recorte espacial emergiu da observação profissional sobre a demanda das mulheres em relação a suas famílias. A definição do lugar para pesquisa teve origem na experiência de trabalho, no contato com as mulheres na vivência da rotina institucional e comunitária, devido localização da instituição em territórios diferentes da cidade de Fortaleza, regiões caracterizadas por situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

O local, fonte da coleta de dados constitui uma Organização da Sociedade Civil – OCS, no âmbito do 3º setor, na cidade de Fortaleza – Ceará: O Instituto Beatriz e Lauro Fiuza (IBLF). O instituto, sob o CNPJ 16.572.671/0001-67, foi fundado em 2012, com o intuito de promover a transformação social e o desenvolvimento humano integral de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, na cidade de Fortaleza. O IBLF visa a transformação social, buscando garantir o acesso à educação, à cultura e ao esporte, criando oportunidades para cidadãos e cidadãs, investindo no compromisso, na participação e no fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. A finalidade da instituição é a formação em excelência, o desenvolvimento de habilidades, o desempenho profissional, com o foco na autonomia, no empoderamento e no protagonismo juvenil. Diante de um contexto de desigualdades sociais, cuja realidade social dos territórios atendidos caracteriza-se por violações e violências, precarização do acesso às políticas públicas, a entidade busca contribuir para a formação de jovens em seus territórios.

De acordos com documentos da própria instituição, o IBLF possui eixos estratégicos de atuação: formação, produção de conhecimentos e difusão; produz, desenvolve e difunde tecnologias sociais. O atendimento é gratuito para educandos (as) e famílias, as ações são financiadas por doações e parcerias com instituições públicas e privadas. Oferta anualmente 600 crianças, adolescentes e jovens entre 4 e 29 anos, e suas respectivas famílias. A instituição possui uma estrutura descentralizada em Fortaleza, oferta serviços nos bairros: Conjunto Jardim União II, Passaré, e no bairro José de Alencar. A entidade desenvolve três programas atuação: o Programas de Música Jacques Klein, o Programa de Karatê Bushi No Te e o Programa Envolver de Desenvolvimento Humano.

O público participante da pesquisa estudo foi delimitado como: mulheres adultas, faixa etária de 18 a 60 anos; vinculadas a essa instituição específica: educandas, irmãs, filhas, mães, tias, primas, avós, residentes em Fortaleza e atendidas pelo Instituto Beatriz e Lauro Fiuza – IBLF. Na escolha das participantes consideramos os aspectos da disponibilidade em participar da pesquisa e o vínculo com a instituição. No desenvolver da pesquisa, consideramos o foco de análise nas compreensões sobre a identidade das mulheres e as dinâmicas familiares.

A pesquisa foi realizada com o seguinte público feminino: 20 famílias, representadas por 30 mulheres, pois entre essas, entrevistamos mulheres da mesma família. No núcleo do território Passaré foram entrevistadas: 10 famílias e 18 mulheres; no núcleo do território José de Alencar foram: 10 famílias e 12 mulheres. Esse quantitativo representa 5% do público atendido pela instituição. Realizamos entrevistas com mulheres da mesma família para compreender o aspecto geracional e as características dos relatos em suas falas e ciclos. As entrevistas foram realizadas nos núcleos do instituto, no ano de 2018. As participantes concordaram com os objetivos da pesquisa, assinaram termos de autorização e declaração de consentimento; permitiram que os relatos fossem gravados, para serem transcritos posteriormente. Todas as participantes escolheram nomes fictícios para suas apresentações.

As variáveis observadas no perfil das entrevistadas foram elaboradas a partir dos aspectos: geração, raça e etnia, classe, renda, escolaridade, ocupação; situação no mercado de trabalho, orientação sexual, relações afetivas. Dividimos a exposição do conteúdo com base no critério: 1. roteiro das entrevistas – definição de mulher; história das mulheres nas famílias; relações de poder sobre as mulheres nas famílias; 2. Separação por idades, para destacar as perspectivas com base no ciclo geracional.

Apresentamos na sequencia desse estudo o Capítulo sobre a metodologia da pesquisa, desenvolvida com base na História Comparada e na História Oral, a pesquisa qualitativa. No Capítulo sobre “As mulheres na história”, evidenciamos: as perspectivas historiográficas sobre as mulheres no Brasil; os estudos feministas, de gênero e da categoria mulher; os direitos das mulheres e as mudanças nas famílias. Seguimos com o Capítulo sobre “As histórias das famílias”, refletindo sobre: as origens das famílias; as transformações nos modelos de famílias; as complexidades das famílias contemporâneas no Brasil. Continuamos com o Capítulo “As relações de poder sobre as mulheres nas famílias”, compreendendo como os discurso sobre as mulheres se apresentam nas famílias; prosseguimos com o processo de subjetivação das mulheres nas famílias; e demarcamos as histórias de vida e histórias do cotidiano das mulheres nas famílias. Concluímos com as considerações, percepções e sugestões para outros trabalhos. Finalizamos com as referências bibliográficas, anexos e apêndices.

2 AS MULHERES NA HISTÓRIA

Como mulheres pesquisadoras, ao assumirmos o compromisso em contar as histórias das mulheres nos deparamos com nossa própria identidade. Nesse capítulo situamos

como as mulheres foram se inserindo e modificando os espaços ocupados primordialmente pelos homens na vida pública. Ao observarmos os discursos sobre a vida das mulheres compreendemos que a história das mulheres é também a história das famílias e a história das mulheres é também a história do humano, portanto, a história de toda humanidade. A história das mulheres precisa ser contada para ser visível, para sair do silêncio em que foram inseridas. Buscamos apresentar outra perspectiva feminina em relação aos fatos, acontecimentos e relações. Identificamos que a transversalidade dos estudos sobre gênero possibilitou o reconhecimento das mulheres como sujeito de pesquisa. Compreendemos nesse estudo que as relações de poder correspondem às representações, aos significados, ao simbolismo, às conexões, às contradições que envolvem as relações entre homens e mulheres e focaremos a análise sob a abordagem do universo feminino.

Diante das categorias de análise: mulheres, famílias e relações de poder, consideramos que o conceito de relações de poder corresponde a uma construção social, política e cultural entre homens e mulheres. Compreendemos os impactos sobre a constituição da subjetividade, dos comportamentos considerados feminino e masculino, aprendidos e reproduzidos na sociedade. As relações de poder ocorrem no âmbito material, mas, principalmente no simbólico, atuando no nível dos padrões, normas e instituições. Este conceito questiona a naturalidade das diferenças sexuais que revelam as desigualdades na sociedade patriarcal, com hierarquias e privilégios masculinos, pois os papéis assumidos pelas mulheres foram representados por desvalorização, discriminação, opressão, subalternidade, submissão e exploração em diversos espaços, sejam no âmbito familiar, no trabalho.

Identificamos que o mecanismo da desigualdade das relações de poder se expressa na apropriação das condições objetiva e subjetiva das mulheres no quotidiano, pois interfere nas dinâmicas familiares, repercute nos elementos que dizem respeito ao acúmulo de funções na esfera pública e doméstica, decorrente da divisão sexual do trabalho, com separação entre espaços públicos e privados; aos papéis e funções assumidos pelas mulheres nas responsabilidades domésticas e familiares; de provimento da renda, sustento e manutenção da casa, de cuidado com os filhos. As contribuições teóricas apresentadas possibilitam, portanto, compreender que existem relações de poder marcadas por desigualdades entre homens e mulheres, resultam de construções históricas, sociais, políticas, culturais e impactam as famílias na contemporaneidade.

Procuramos Michel Foucault (1999) para compreender a temática de mulheres e famílias e sua interface com as relações de poder. Embora não encontremos em sua obra explicações diretas acerca do referido tema, seus conceitos sobre o saber e o poder, nos

permitem entender as contradições e desigualdades que perpassam as mulheres nas famílias. Procuramos aproximações, situando os discursos sobre as relações de poder que afetam as mulheres nas famílias, localizando conexão entre as referências teóricas e as narrativas das mulheres. Foucault (1999) expõe sobre as relações de poder, os discursos e práticas presentes na interface do saber e do mecanismo de poder nas famílias, das estratégias de controle relativos ao dispositivo familiar; busca como método as instâncias de produção discursivas. Partindo destes aspectos refletimos sobre: como são produzidos os discursos sobre as mulheres? Quais os discursos sobre as relações de poder em relação às mulheres nas famílias? Quais os mecanismos e dispositivos que regulam as relações de poder nas famílias? As mulheres identificam as relações de poder nas famílias?

Foucault (1999) apresenta a História da Sexualidade, contextualizando a construção dos discursos, mecanismos e dispositivos do saber, do poder e do prazer. Interessamo-nos por sua análise considerando o surgimento da sociedade burguesa, da família e dos discursos sobre a sexualidade humana e a compreensão sobre o conceito de sexo. Segundo o autor, até o fim do século XVIII havia três códigos que regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, que centralizavam-se nas relações matrimoniais e nas regras sobre a sexualidade. A partir do século XIX emergem discursos sobre "outros" da sexualidade, situações à margem da norma. O autor cita quatro elementos que contribuem para transformações sobre a sexualidade que repercutem nas famílias e também para as mulheres:

> Consideremos as velhas proibições de alianças consanguíneas e a condenação do adultério com sua inevitável frequência; e por outro lado, os recentes controles através do quais foi atacada a sexualidade das crianças e foram perseguidos seus hábitos solitários" (p. 42). [...]. 2. Esta nova caça as sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos". [...]. 3. Mais do que as velhas interdições, esta forma de poder exige para se exercer presenças constantes, atentas e, também, curiosas; ela implica em proximidades; procede mediante exames e observações insistentes; requer um intercâmbio de discursos através de perguntas que extorquem confissões e de confidências que superam a inquisição". [...]. 4. Daí os dispositivos de saturação sexual, tão característicos do espaço e dos ritos sociais do século XIX. Diz-se, frequentemente, que a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal (FOUCAULT, 1999, p. 42 – 45).

Com estes elementos, Foucault (1999) explica que a família do século XIX se constituiu numa "célula monogâmica e conjugal", mas também, numa "rede de prazeres-poderes", articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis. A família é o lugar onde se efetiva a lei, onde se materializa o afeto, os sentimentos; a família reflete a sexualidade. Em suas palavras, "[...] uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis" (FOUCAULT, 1999, p. 46). Desta forma, refletimos: a história das

mulheres nas famílias pode ser compreendida evidenciando-se as relações históricas estabelecidas entre as relações de poder e saber e os discursos sobre as mulheres. Outrossim, o autor enfatiza que a família não reproduz a sociedade; esta, por sua vez, não imita aquela. Isso significa que o dispositivo familiar pode e foi usado como mecanismo de poder, servindo de suporte às grandes manobras pelo controle malthusiano da natalidade, pelas incitações populacionistas, pela medicalização do sexo e a psiquiatrização de suas formas não genitais. (FOUCAULT, 1999, p. 95).

Para Foucault (1999, p.89) poder é o nome dado para uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada, o que nos leva a considerar que não corresponde a uma instituição ou estrutura, mas uma força onipresente, porque se produz constantemente em toda relação, encontra-se em todos os lugares, revela-se como correlação de forças, com contradições e dinâmicas, como possibilidades e resistências. Assim, o autor explica em detalhes este conceito:

> Primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1999, p. 88-89).

Pensar a história das mulheres nas famílias implica reconhecer as relações de poder, considerando correlações de força, as desigualdades e contradições localizadas, instáveis, dinâmicas, onipresentes e produzidas nas relações. Desta forma, compreende-se que o poder se exerce em relações desiguais, nas quais,

> [...] as relações de poder são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações; [...]; que o poder vem de baixo; (...); as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social; [...]; que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas; [...] que lá onde há poder há resistência e, no entanto, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. (...); existem resistências ao poder, casos únicos: possíveis, necessários, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas para compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1999, p. 89 – 91).

Este aspecto sobre o poder nos permite refletir sobre a história das mulheres nas famílias, identificando como as mulheres constroem resistências e ao mesmo tempo reforçam tal estrutura de poder, pois são correlações indissociáveis. Identificamos este elemento quando

as mulheres resistem a violências, discriminações e preconceitos nas famílias, nos lares, justificando a manutenção dos laços e dos lares, em proteção aos filhos ou a unidade do núcleo familiar. Por outro lado, desenvolvem estratégias econômicas, sociais, ou culturais para se sobressaírem em algumas situações, ou mesmo, utilizando-se de seus conhecimentos para ensinarem outras mulheres a resistirem. Percebemos esta situação quando as mulheres se denominam "fortes, corajosas e guerreiras" para lidar com o cotidiano.

Foucault (1999) faz uma consideração importante sobre a sexualidade, útil para esta pesquisa, quando afirma que "Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação as mais variadas estratégias." (p. 98). Por isso, identificamos como na história das mulheres, nós fomos e continuamos sendo questionadas ou tensionadas quanto à sexualidade feminina, principalmente nas famílias, os sistemas de regulação, repressão, opressão se direcionam ao feminino. Identificamos que é preciso evidenciar os discursos, as correlações de forças que sustentam, mantêm e ampliam o saber sobre o corpo das mulheres e a sexualidade feminina, como objeto de controle.

Foucault (1999) localiza no século XVIII a emergência de quatro estratégias que desenvolveram dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo, eles influenciam as relações de poder nas famílias, quais sejam: "histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação; psiquiatrização do prazer perverso" (p. 99). Diante destes elementos, o autor destaca que no século XIX, quatro personagens se tornaram objetos privilegiados do saber: "a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso." (p. 100). Sob este parâmetro, Foucault (1999), considera que a família, valorizada no século XVIII, permitiu que nos eixos principais, marido – mulher e pais–filhos, fossem desenvolvidos os principais elementos do dispositivo da sexualidade. O autor complementa que "a família é o permutador da sexualidade com a aliança, transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade, e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime de aliança." (FOUCAULT, 1999, p. 103). Podemos compreender a família como o lugar de expressão destas relações de poder. O autor comenta sobre a relação entre o dispositivo da aliança e o dispositivo da sexualidade nas famílias e constata: "que a família tenha se tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família; que por esta razão, ela nasça incestuosa." (IDEM).

Foucault (1999) apresenta a constituição da família, que se estende aos dias atuais, na qual o dispositivo da sexualidade se vincula, se estreita e se intensifica cada vez mais a sua

estrutura, substituindo os vínculos iniciais do dispositivo da aliança. O autor constata que na família, os pais, os cônjuges, tornam-se "[...] os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo psicologizar ou psiquiatrizar as relações de aliança." (FOUCAULT, 1999, p. 104). Neste contexto, aponta que emergem novas personagens no cenário familiar: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulheres. Todos os exemplos apresentados demonstram a aliança desviada e a sexualidade anormal, exigindo das famílias a resolução de interferências, o que leva o filósofo e historiador francês a concluir que "A família é o cristal no dispositivo da sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata." (FOUCAULT, 1999, p. 105). A família constitui para o dispositivo da sexualidade um fator central de sexualização, quando as mulheres são alvo desta investida.

Sobre a família, Foucault (1999) assinala que se constitui como instância de controle e ponto de saturação sexual. Segundo o autor, foi na família burguesa ou aristocrática que, inicialmente, a sexualidade das crianças ou dos adolescentes foi problematizada, onde foi medicalizada a sexualidade feminina; onde a mulher foi alertada para a patologia possível do sexo, a urgência em vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção. A perspectiva delineada por Foucault (1999) sobre as relações de poder, a construção do saber e os discursos, nos possibilita refletir sobre a vida das mulheres. Foucault (1999) instaura uma mudança de paradigmas ao compreender o conceito de sexualidade distanciando-se da noção básica, aproximando-se da evidência familiar. O autor explica que o uso do termo sexualidade surgiu no início do século XIX, ocorreu devido a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos; a instauração de um conjunto de regras e normas que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, psicológicas e médicas, como também as mudanças nas quais os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta.

Foucault (1999) situa a sexualidade como uma experiência historicamente singular, a qual dispõe de instrumentos suscetíveis de análise em seu caráter e em suas correlações, considerando os três eixos de sua constituição: "a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos da sexualidade" (FOUCAULT, 1999, p. 10). Para Foucault, essa experiência da sexualidade aponta para uma genealogia a partir do século XVIII, ao "(...) analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção

a eles próprios, se decifrar, se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo.” (IDEM). Em síntese, o autor visava pesquisar, nessa genealogia, como os indivíduos exerciam sobre eles mesmos e sobre os outros uma hermenêutica do desejo, a qual o comportamento sexual desses indivíduos se constituía. Buscava compreender de que maneira o indivíduo moderno podia fazer a experiência dele mesmo enquanto sujeito de uma sexualidade, assim, seria indispensável distinguir como o homem se reconheceu como sujeito de desejo.

Foucault (1999) aponta o dispositivo de sexualidade, compreendida como relações estratégicas de poder. A partir do século XVIII, surgiram as ciências sexuais, expressas como disciplinas e saberes que visam o controle dos corpos e sexualidades, produzindo subjetividades, no período histórico da sociedade capitalista. Foucault (1999) explica e diferencia as abordagens sobre a sexualidade, passando da hipótese repressiva de poder de uma visão jurídica universal do poder reprimindo a sexualidade, deslocando para uma concepção e poder que nega uma lei simbólica universal, pois se expressa como multiplicidade de relações e forças que visa criar dispositivos discursivos disciplinares de produção de novas formas de sexualidade. Foucault (1999) considera que os modos de subjetivação e sexuação são determinados historicamente, portanto, construídos e resultantes de um jogo de poderes e discursos. Indica um modelo de poder, considerado uma estratégia complexa de jogos de forças, cujos dispositivos de saber e poder produzidos e validados repercutem sobre o corpo feminino e a vida das mulheres.

2.1 Perspectivas historiográficas sobre as mulheres no Brasil

Observando a historiografia contemporânea, durante o século XX, percebemos a contribuição da Revista Annales da História Econômica e Social, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre nos anos 1920. Foi a partir dessa Escola dos Annales que se desdobrou a Nova História. Esses autores contribuíram para uma mudança no eixo de análise, evidenciando o cotidiano e a esfera privada, possibilitando a história das mulheres emergir a partir da escrita feminista. A partir daí emerge a perspectiva historiográfica da história das mulheres com a intersecção entre história, teorias de gênero e teorias femininas. Durante as décadas de 1970 e 1980 se desenvolveu a História Cultural, no Brasil, cresceram os estudos feministas sobre a

história das mulheres. A historiografia que articula gênero ampliou a compreensão sobre masculino e feminino, evidenciou a dicotomia e a polarização dos discursos.

Para compreender as mulheres na história situamos a história das mulheres a partir dos estudos feministas e de gênero. Nesse percurso, apresentamos a seguir as influências de autoras com posicionamentos feministas. Soihet e Pedro (2007, p.288) afirmam que a historiografia brasileira recebeu as contribuições de historiadoras que estudam as relações de gênero, tais como: Michelle Perrot, Georges Duby, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hahner, Natalie Zemon Davis; Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Martha de Abreu Esteves, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Samara, Leila Algranti, Maria Lucia de Barros Mott de Melo e Souza, Maria Izilda Santos de Matos, Luciano Figueiredo, Temis Parente, Lídia Viana Possas, Joana Maria Pedro, Lená Medeiros de Menezes, Magali Engel e Suely Gomes Costa. Citam autoras que também contribuem para compreensão das relações de poder, tais como: Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel, Tania Navarro-Swain e Mônica Schpun. Zirbel (2007) cita as contribuições de feministas durante os anos 1960 e 1970 para a historiografia brasileira: “Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Elizabeth Badinter, Eliana Gianini Belotti, Heloneida Studart e Mary-Louise von Franz, Michele Perrot, Joan Scott, Mary del Priore, Rosalinda Miles” (p. 22). Rosemberg (1994, p. 337) destaca as mulheres que contribuíram para a conquista do direito à educação: Nísia Floresta, Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura.

Dialogaremos a seguir buscando compreender as mulheres na história. Demarcamos a contribuição de Simone de Beauvoir (2009) a partir de sua obra “O Segundo Sexo” para contextualizar seu pensamento sobre a feminilidade e a masculinidade, refletindo sobre questões relacionadas ao sentido e significado de ser mulher: “haverá mulher?”; “Onde estão as mulheres?”; “O que é uma mulher?” (p. 16). Sobre estes questionamentos, a autora se posiciona: se ela quer se definir, ela precisa se declarar: “sou uma mulher.” Destas considerações, a autora pontua que “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar desta realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (IDEM). A autora afirma que a humanidade é masculina, no sentido de que as premissas para os seres humanos foram criadas em relação aos homens e à masculinidade, sobre o qual, complementa: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” (p. 18). Neste ponto, compreendemos as bases do pensamento da autora, pois observando a análise dos discursos, compreendemos que as mulheres foram apresentadas como “O outro” e não como o ponto de partida. Também parte dela a assertiva

sobre “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, indicando a influência da cultura para a delimitação do que se define como feminino e como mulheres na sociedade.

Nesta perspectiva, questionamos: O que o discurso das relações de poder sustenta? Por que não invertemos a ótica e colocamos as mulheres em primeiro plano? Beauvoir (2009) também se questiona: “Por que as mulheres não contestam a soberania do macho?” (p. 19); “De onde vem esta submissão na mulher?” (p. 20). A autora sugere explicações: partindo de uma premissa básica compreende que as mulheres não se identificam autenticamente com um sujeito coletivo, “as mulheres não dizem nós!” (BEAUVOIR, 2009, p.20); complementa que as mulheres: “Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo habitat, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens – pai ou marido – mais estreitamente do que a outras mulheres” (BEAUVOIR, 2009, p.21). Neste cenário, as mulheres manteriam um vínculo com os seus opressores, de forma que a divisão sexual dos sexos contribuiu para a manutenção deste status e separação, pois não haveria igualdade nestas condições. Segundo a autora, “Isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro” (IDEM).

Nesse contexto, refletimos: estando as mulheres inseridas numa condição de desigualdade em relação aos homens, não conseguem perceber esta opressão? Beauvoir (2009) também se questiona sobre este aspecto e pontua que quando o homem considera a mulher como Outro encontra nela uma cumplicidade. “Assim, a mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro.” (BEAUVOIR, 2009, p. 22). Se considerarmos a lógica discursiva desta afirmativa compreendemos que para haver o Outro, é preciso haver o Um, neste caso o Um corresponde aos homens, e o Outro as mulheres, relações de poder construídas e mantidas como totalidade, com contradições que se sustentam pelos saberes.

Nessa linha de compreensão histórica dos acontecimentos, refletimos: como se originou esta estrutura? Neste momento, também questionamos com Beauvoir (2009) quando ela pergunta “como tudo isso começou?” Para a autora, a dualidade entre os sexos surgiu como um conflito, no qual, em suas origens, os homens conseguiram impor sua superioridade às mulheres. Cita exemplos nos quais a desigualdade entre homens e mulheres prevalece, é reforçada e mantida. As reflexões concernentes a esse referencial delimitam e reconhecem uma dualidade contraditória que não contempla a totalidade dos acontecimentos históricos. Essas reflexões permitem compreender as origens das relações de poder sobre as mulheres nas famílias. Buscamos localizar os discursos que emergiram e sustentam saberes que

legitimam a condição de desigualdade. As contribuições de Beauvoir (2009) constituem diretrizes para a mudança de referencial, para além de uma abordagem linear sobre as relações entre homens e mulheres, demarcaram uma perspectiva de conhecimento sobre as mulheres.

No caminho iniciado por essas reflexões, interagimos com Michelle Perrot (2007), em “Minha história das mulheres”, para compreender onde as mulheres foram situadas na história. Perrot (2007) se propõe a conhecer e a dialogar sobre as mulheres, o poder e a história, a contar a história das mulheres, que vivem o silêncio de narrativas nas famílias; assume o compromisso da história com o presente e com o cotidiano, pois acredita que as mulheres têm uma história de vida que precisa ser contada e escrita. Em relação às lutas das mulheres, situa no século XIX a reivindicação pelo direito à educação e destaca os anos 1960 com a expressão dos movimentos de mulheres na busca da emancipação feminina. A autora cita que sua abordagem sobre as mulheres pressupõe uma dimensão sexuada sobre a sociedade e a história. Reconhece a história das mulheres para transformar na história do gênero, compreendendo as relações entre os sexos, uma vez que as mulheres vivem no cotidiano, isso se configura o grande acontecer histórico. Busca dar visibilidade a história dos acontecimentos e das mudanças culturais e também evidenciar os fatos e as mudanças das revoluções nas sociedades. Pontua a relevância de “escrever a histórias das mulheres e sair do silencio em que elas estavam confinadas” (PERROT, 2007, p. 16).

Perrot (2007) reconhece o desprestígio que afetou as mulheres, as quais foram ignoradas e ausentes do espaço público, a história oficial subnotificou a vida das mulheres, devido aos dispositivos e mecanismos que invisibilizaram os papéis e funções das mulheres, ocasionando a manutenção das relações desiguais de poder. Sobre isso, explica: “E esta é uma segunda razão do silêncio: o silêncio das fontes.” Para a autora, as mulheres não guardam registros de sua história nem relatos de memórias, seu acesso à escrita foi tardio, e ocorre uma desvalorização de suas próprias histórias, “um silêncio consubstancial a noção de honra.” (p. 17). A autora indica que as mulheres foram apresentadas e representadas na perspectiva do imaginário masculino, foram os homens, e não as mulheres, que expressaram o feminino. “Eis aí a outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes” (p. 17). Insiste que o silêncio mais profundo é o do relato das próprias mulheres diante de sua identidade, da subjetividade, do pertencimento e reconhecimento dos lugares e territórios.

De acordo com Perrot (2007), a partir do século XVIII a história ganhou status científico e profissional. Ao longo do século XIX, ampliam-se as biografias de mulheres como personagens da vida em sociedade. No século XX, no período entre guerras, as mulheres acessaram a universidade, expressando interesse pela história das mulheres e pelo feminismo.

Para a autora, o surgimento da história das mulheres ocorreu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, nos anos 1960, e na França na década de 1970. “Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – concorreram para a emergência do objeto mulher” (PERROT, 2007, p. 19). Explica que entre os fatores científicos pode se pontuar: nos anos 1970, emergiu a questão das mulheres como sujeitos, pois houve “uma renovação das questões ligada à crise dos sistemas de pensamento a modificação das alianças disciplinares e a proeminência da subjetividade. A história alia-se à antropologia e redescobre a família” (IDEM). Quanto aos fatores sociológicos: ocorreu a presença das mulheres na universidade. Sobre os aspectos políticos, aconteceu o movimento de liberação das mulheres, nos anos 1970 – 1980, repercutindo no corte epistemológico no âmbito das ciências sociais.

Perrot (2007) indica que a escrita da história necessita de fontes, documentos, vestígios, o que se torna difícil em relação à ausência na história das mulheres. Por exemplo: no casamento as mulheres perdiam seu sobrenome dificultando mapear as linhagens femininas, bem como seus pertences privados. Outra dificuldade se refere a autodestruição da memória feminina, pois as mulheres reconhecem suas histórias como insignificantes, tomada de pudor, como exemplo: “queimar papéis na intimidade do quarto é um gesto clássico da mulher idosa” (PERROT, 2007, p. 22). O interesse em retratar as mulheres em diversos âmbitos se relaciona ao controle e disciplina de seus corpos. Observa-se que existem poucos registros, memórias escritas e biografias de mulheres, resultado dessa tentativa de silêncio do feminino, da restrição ao campo doméstico. Ao invés da conservação, identifica-se a perda, a destruição a autodestruição dos pertences das mulheres. Advém então o interesse das mulheres feministas em retomar as narrativas femininas, visando lutar contra o esquecimento e possibilitar a recordação e a memória de suas histórias de vida.

No que se refere à escrita pioneira das mulheres, Perrot (2007) comenta que ocorriam vinculadas a religião, ao imaginário, ao místico, a literatura, a oração, a meditação, a poesia, ao romance. Nesse contexto, explica que os lugares que propiciaram a leitura e escrita das mulheres foram os conventos e os salões, o claustro e conversação. Outros fatores que possibilitaram a produção das mulheres foram: o perfil do público feminino apreciador, a imprensa como forma de expressão, a história dita oral, os trabalhos sobre o cotidiano das mulheres. “Assim, as fontes jorram para o olhar de quem as procura. Esse olhar que faz o relato que é a história” (PERROT, 2007, p. 36).

Perrot (2017), em estudo sobre “As mulheres, o poder, a história” considera que as mulheres não têm o poder, mas sim poderes, pois no Ocidente contemporâneo, elas investem não só no privado, mas também no familiar e no social. Pensar o poder em relação

às mulheres nos implica observar as representações que ele assume, os sentidos, os significados e o simbolismo da imagem das mulheres. A autora questiona se as mulheres deteriam a realidade do poder, e se a própria análise do poder das mulheres também não se configuraria num jogo de poder, na qual estão inseridas. Perrot (2017) situa o desejo em inverter as perspectivas historiográficas tradicionais que relatam a história das mulheres para contemplar a presença real das mulheres na história, perceber as mulheres em seu quotidiano, em sua realidade, permeada de conexões e contradições. Nos inspiramos nessa autora para observar a história de vida e o quotidiano das mulheres, identificando as personagens da vida real, mulheres que vivem, resistem e constroem suas vidas, na interação com famílias e com instituições sociais. Quando a autora relata exemplos de mulheres no quotidiano, percebemos a imensidão de histórias e o alcance deste acontecimento como difusor da cultura e fenômeno de mudanças. Compreendemos que as transformações sociais são disseminadas em rotinas e rupturas, localizadas no tempo e no espaço. Os territórios se compõem por identidades, representações e subjetividades, são os lugares de pertencimento e de reconhecimento. As mulheres, em seu quotidiano, vivem: eis o grande acontecimento histórico.

Segundo Perrot (2017), as mulheres do povo são possuidoras de outros saberes e poderes, principalmente médicos, religiosos e culturais. Olhar para essas mulheres nos permite compreender o papel das mulheres na educação dos filhos. Quando nos perguntamos sobre os lugares das mulheres na sociedade, nos limitamos a encaixar identidades e representações. Quando questionamos sobre os lugares ocupados pelos homens nesta estrutura social, não enfatizamos espaços limitados. Desse modo, consideramos que os papéis e funções legitimados para as mulheres são dispositivos e mecanismos de manutenção das relações de poder desiguais entre homens e mulheres, o que nos permite situar, reconhecer símbolos e instrumentos que permeiam o imaginário social em relação às mulheres nas famílias.

Compreendemos com Perrot (2017) nossa história das mulheres, demarcando no espaço e no tempo, as relações e contradições entre homens e mulheres, compreendendo os discursos presentes e ausentes no que se refere às variáveis: sexualidade, casamento, maternidade, amor, corpo feminino, influência da religião, interface entre cultura e educação, revolução sexual, trabalho feminino, feminismo. Com esta autora, questionamos: quem somos? Como as mulheres foram retratadas na história? Por que as mulheres em seu quotidiano não são e não foram reconhecidas por suas resistências e conquistas? Como revelar as histórias de vida dessas mulheres em suas famílias? Revisitando o passado, nos perguntamos como escrever sobre a história das mulheres no tempo presente, tornando esse percurso uma ruptura do silêncio e atualizando na contemporaneidade outro olhar,

evidenciando para o futuro o reconhecimento das descobertas femininas, a história de mulheres extraordinárias, mas principalmente, a nossa história do quotidiano. Somos nós mulheres as responsáveis por essa visibilidade, não como sobrecarga de funções, mas como possibilidade de reparar danos e nos reconhecermos junto àquelas que tanto contribuíram para nossas conquistas e para nossa identidade feminina. Essa postura nos desloca em sentido contrário a uma cultura machista e patriarcal, pois nos possibilita reconhecer nossa própria história em outras, livre de concorrências e opressões.

Em relação ao Brasil, de acordo com Soihet e Pedro (2007) a partir da década de 1960 houve um movimento na historiografia que possibilitou que o conhecimento histórico se tornar relativo, isso possibilitou uma integração da experiência social das mulheres na história, enlaçada no cotidiano. Soihet e Pedro (2007) contextualizam as perspectivas da História, explicando que a história social abrange as correntes revisionistas marxistas, "cuja preocupação incide sobre as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas" (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 286). Nessa perspectiva, com a pluralização dos objetos de investigação histórica, as mulheres são reconhecidas como objeto e sujeito da história. Para as autoras, a corrente neomarxista se preocupa "com a inter-relação entre o micro e o contexto global, permite a abordagem do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais – elementos fundamentais na apreensão das vivências desses grupos, de luta e de resistência" (IDEM).

Para Soihet e Pedro (2007) com o desenvolvimento da História das Mentalidades e da História Cultural ganharam destaque a abordagem do feminino, a partir da perspectiva da interdisciplinaridade nos estudos sobre as mulheres. A partir da década de 1960, verifica-se transformações na historiografia, articuladas ao feminismo, possibilitando o estudo das mulheres como objeto e sujeito da História, isso demarcou o surgimento da História das Mulheres. Assim, com a construção da História das Mulheres,

> [...] com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública – implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal (SOIHET e PEDRO, p. 286).

Nesse cenário, a compreensão de mulheres passou a considerar a diversidade de classe, raça, etnia, geração, sexualidade, articuladas a diferenças políticas no movimento feminista. Ocorreu uma mudança de perspectivas: de uma identidade única entre as mulheres para outra que concebia diversas identidades: "Mulheres negras, índias, mestiças, pobres,

trabalhadoras, feministas, reivindicaram uma diferença – dentro da diferença" (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 287).

Soihet e Pedro (2007) explicam sobre a utilização do conceito de gênero, definindo como uma categoria emprestada da gramática, correspondendo originalmente ao "fenômeno da presença em algumas línguas de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas" (SOIHET e PEDRO, 2007, p.288). Para as autoras, o termo gênero nas ciências sociais, "tomou outra conotação, e significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos." (IDEM). Essa categorização impactou as análises sociais ao reconhecer que as mulheres estiveram na invisibilidade e que sua utilização constitui um produto do meio social. O conceito de gênero enfatiza "o caráter fundamentalmente social, cultural das distinções baseadas no sexo, afastando a naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder" (IDEM).

Em outro trabalho, Soihet e Costa (2008) relatam sobre a origem dos estudos de mulheres e da história das mulheres, a partir dos anos 1970, no âmbito das Ciências Humanas, em torno das desigualdades de sexo. Afirmam, com base em Michelle Perrot, que a constituição desse campo de conhecimento se confunde com a da chamada segunda onda feminista. Apontam que desde os anos 1970, nos Estados Unidos, sob os "estudos das mulheres" ou *Women Studies*, pesquisadoras de diferentes tradições disciplinares se agrupam. Na história das mulheres de tradição francesa – *L'Histoire des Femmes* – na França, isso se dá entre 1970 e 1980.

A partir desse período as pesquisas sobre as mulheres perpassaram as disciplinas de forma que "Os estudos e a história das mulheres se instituem, nestes termos, como campo de conhecimento sob a marca da interdisciplinaridade." (p. 30). Para as autoras, o poder social das mulheres, porém, avança, ao longo do século XIX em toda a Europa e seus indícios são "a proliferação da imprensa feminina e a fundação de inúmeras associações. Círculos dos socialistas utópicos favorecem esse movimento, quando, nas décadas de 1820 e 1840, criticam a sujeição das mulheres" (SOIHET e COSTA, 2008, p. 32).

Soihet e Costa (2008) analisam os estudos feministas e pontuam que os saberes feministas nunca se pretenderam "neutros", pois ansiavam novos paradigmas interdisciplinares nos anos 1980. Assim, as abordagens feministas, com ressalvas as perspectivas marxistas que distinguem as relações de classes nas relações entre sujeitos sociais, apenas recentemente consideraram as relações de sexos nas interseções com as

relações sociais. As autoras explicam que as ações feministas preservam o desafio das diferenças, criado na identidade biológica, reconhecendo a sororidade, assim, “experiências pessoais, profissionais e acadêmicas diversas organizarão a matéria política que une as mulheres, atravessando os tempos” (p. 35). Destacam o aspecto da interdisciplinaridade nos estudos feministas, a afirmação e a diferenciação dos estudos de gênero e os estudos das mulheres, na conexão das mulheres, seus conhecimentos e sentimentos, identidades e experiências.

Consideramos as contribuições de Rago e Silva (1995) sobre as historiadoras brasileiras, a partir dos anos 1970, pois com o movimento feminista, com a participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica, passaram a evidenciar as produções intelectuais problematizando a história das mulheres a partir da história social. Para as autoras, a produção historiográfica sobre as mulheres parte da referência teórico-metodológica epistemológica presente na história social, influenciada pelo marxismo, que compreendia “a mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante” (RAGO e SILVA, 1995, p. 82).

Para Rago e Silva (1995) a partir da década de 1980, surge uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Nesse período, explicam que as contribuições de Maria Odila Leite da Silva Dias revelam a resistência das mulheres pobres. Nessas produções teóricas, destaca-se a preocupação com

> [...[as mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política (RAGO e SILVA, 1995, p. 83).

Conforme Rago e Silva (1995) a história das mulheres, no Brasil, tem sua origem na historiografia do trabalho. As autoras explicam que em 1970, o estudo da história das mulheres adquire identidade como temática na academia, na constituição de uma cultura das mulheres. Nessa perspectiva, emergiu o conceito de “mulher” para representar “uma essência feminina única, a-histórica, de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade” (RAGO e SILVA, 1995, p. 85). Ganha evidência a perspectiva e o reconhecimento da capacidade das mulheres enquanto sujeitos sociais serem “ capazes de fazerem a História, de investirem contra as múltiplas manifestações do poder, enquanto elaboradoras de iniciativas, de percepção e de experiências que merecem ocupar lugar na memória social” (IDEM).

Segundo Rago e Silva (1995, p. 87)) o discurso historiográfico centrado no homem ignorou a história das mulheres, enquanto que a história social das mulheres, a partir do feminismo, busca o reconhecimento no espaço público, ao desconstruir as mitologias misóginas que impossibilitavam a visibilidade das mulheres. Em outra perspectiva de análise emergiu uma nova tendência historiográfica, a história cultural, com base em Foucault. Nessa abordagem, "a ênfase na crítica do sujeito e das identidades remete à consideração dos modos de subjetivação e de objetivação que operam nas sociedades contemporâneas" (RAGO e SILVA, 1995, p. 87). Na historiografia de inspiração marxista, nas referências dos movimentos sociais e feministas, "é fundamental o privilegiamento do sujeito histórico e político, a história social das mulheres responde, com a gama de informações que enriquecem a experiência pessoal e coletiva das mulheres de ações conscientes" (IDEM). Assim, as mulheres são evidenciadas enquanto sujeito político pela historiografia. Para a história de tendência foucaultiana, o sujeito aparece como efeito, como subjetivação resultante "das práticas discursivas que o codificam e de tecnologias disciplinarizantes que o esquadrinham e normatizam" (IDEM). As autoras pontuam que o estudo das mulheres há uma ressonância dos "filósofos da diferença" (Foucault, Derrida, Deleuze) com o feminismo, para compreensão sobre relações de gênero e relações de poder. Nessa interlocução, considera-se "as diferenças sexuais enquanto construções culturais, desmontando e textualizando conceitualizações que fixam e enquadram os indivíduos, seus gestos, suas ações, suas condutas e representações" (RAGO e SILVA, 1995, p. 88).

Nessa linha historiográfica, Tilly (1994) aponta o compromisso para a história das mulheres ao realizar estudos descritivos e interpretativos que resolvam problemas analíticos na sociedade. A autora parafraseia Marc Bloch ao definir "a história das mulheres como a ciência das mulheres no tempo" (p. 30). Ela ressalta que a história das mulheres se diferencia em sua constituição como movimento social devido as contribuições feministas. Para Tilly (1994), a história das mulheres possibilitou reconhecer novos fatos históricos do passado, assim, "uma nova especialidade histórica nasceu contendo por objeto as mulheres, tornando-as sujeitos da história" (p. 34). A autora destaca o caráter essencialmente descritivo e interpretativo da História das Mulheres, pontuando que "a contribuição particular da história das mulheres foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado - motor da história social - na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas" (TILLY, 1994, p. 35). Para a autora, houve um compromisso em evidenciar essa perspectiva, na qual os (as) historiadores(as) das mulheres utilizaram o método da história social: "a

biografia coletiva, agrupamento de descrições individuais, padronizadas de modo a traçar o retrato de um grupo e oferecer um estudo das variações interindividuais" (IDEM).

Tilly (1994) afirma que a história das mulheres dialoga com a história social, ressalta o aspecto das abordagens descritiva e analítica nesse campo, no qual propõe "uma abordagem sociohistórica do conceito de gênero e aplica uma descrição conceitualizadas das vidas de mulheres" (p. 43). Nessa perspectiva, o uso do gênero constitui-se como categoria conceitual, que denota o compromisso político de promover a igualdade dos gêneros. Enquanto especialista em história social revela que a história das mulheres no âmbito político necessita utilizar métodos de análise da história social, no aspecto da descrição e o conceito de gênero. Para a autora, as historiadoras das mulheres pioneiramente ousaram ao reconhecer e interpretar criticamente a experiência das mulheres no passado, revelando a relevância das fontes históricas, tais como as biografias e os testemunhos pessoais. Assim, "As mulheres como atores da história, suas diferenças de raça, de classe e de origem nacional, suas concepções de si e do mundo ao redor são, de agora em diante, fatos da história" (TILLY, 1994, p. 59). Esse movimento possibilitou uma mudança: nos objetos da história, na formação da consciência feminista e na compreensão da desigualdade dos sexos. Os estudos históricos sobre gênero constituíram uma categoria questionadora ao determinismo biológico.

De acordo com Tilly (1994), a história social analítica destaca a contribuição da história das mulheres: "completar a descrição e a interpretação com a explicação; vincular seus resultados aos problemas atuais mais gerais" (p. 60). A autora comenta que historicamente "o gênero era uma metáfora para outras relações de desigualdade, enquanto a luta pela consolidação do poder esgotava-se em si mesma" (TILLY, 1994, p. 61). Para a autora, o estudo sobre as mulheres revela as contradições revolucionárias, pois "as mulheres lutaram pelos seus próprios direitos, pela participação numa vida democrática radicalmente nova e pela reivindicação dos pobres por um sustento a um preço mais justo[...]"; enfatiza a diferença nos estudos das mulheres e os estudos de gênero, como apontado a seguir. Situamos a escolha da categoria Mulheres, mas consideramos esse tema indissociável dos estudos feministas de gênero.

2.2 Estudos feministas, de gênero e da categoria mulher

Compreendemos que os períodos históricos de surgimento, manutenção e ampliação das perspectivas feministas ocorreram em decorrência das etapas ou ondas feministas, conforme apontado comumente na literatura: 1ª onda, no século XIX, 2º onda, na

década de 1960; 3ª onda, a partir dos anos 1960, 1970 e 1980. Observamos que o feminismo no Brasil foi caracterizado pelas lutas por direitos de igualdade e a reivindicação contra a opressão das mulheres. Consideramos que a Segunda Onda do Feminismo teve a expressão de outros movimentos com a participação das mulheres, o movimento feminista afirmou as relações entre homens e mulheres como resultado da cultura; disseminou a estratégia metodológica revolucionária de divulgação de seus pressupostos através dos grupos de consciência ou grupos de reflexão, formados somente por mulheres, que visavam compartilhar a solidariedade entre as mulheres e discutir sobre autoestima. Um marco para o feminismo desse período foi o encontro de mulheres em 1975, com a criação do Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. O feminismo brasileiro incorporou a questão de classe social, trabalho, raça/etnia ao gênero.

As principais transformações para as mulheres no Brasil ocorreram no século XX, com as conquistas de direitos relacionados ao voto, ao divórcio, ao trabalho, à educação, à autonomia financeira, à participação feminina nos espaços públicos de poder e decisão, incidindo no processo de emancipação feminina. A partir dos anos 1970, as transformações ocorreram em vários aspectos: diminuíram as diferenças de renda, a idade e a escolaridade; houve mudança no modelo tradicional de família: o homem como único provedor, era predominantemente mais velho, com mais escolarização, mais renda; a mulher como dona de casa, dedicada aos serviços domésticos e cuidados familiares.

Na atualidade, as mulheres ocupam novas funções como pessoas de referência nas famílias. O comportamento feminino nas famílias mudou devido ao processo de autonomia das mulheres, com conquistas no âmbito da sexualidade e do trabalho. As oportunidades para as mulheres na educação começaram com a autorização para acessarem o ensino superior, posteriormente, observa-se uma crescente ampliação de desempenho das mulheres nas escolas. As mudanças podem ser verificadas na crescente participação das mulheres na renda familiar. As oportunidades de educação e trabalho incidem sobre os modelos de famílias, de tradicional passou a considerar novos arranjos com perfil feminino. Para a definição da categoria mulheres, buscamos compreender as referências teóricas que influenciaram e contribuíram para os estudos feministas e de gênero. Dialogaremos a seguir com autoras que demarcaram posicionamentos nessa área.

Um marco nessa área foi a produção do artigo historiadora Joan Scott (1989), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, que demarca conceituações sobre a categoria gênero que sugerem uma relação: “Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma

descrição objetiva de traços inerentes" (p. 03). Quanto a utilização do termo gênero, ela informa que começou a ser usado primeiramente entre as feministas americanas ao pontuarem sobre o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. O conceito expressava: "uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual"; [...] sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades" (SCOTT, 1989, p. 03). A autora ressalta a classificação de gênero sugerida pelas teóricas feministas ao postularem que os estudos sobre mulheres transformariam os paradigmas de pesquisa, pois possibilitaria reavaliar as críticas e hipóteses dos trabalhos.

Para Scott (1989) a relação entre as categorias classe, raça e gênero indica que o interesse de pesquisa constituía:

> primeiro o compromisso do (a) pesquisador (a) com a história que incluía a fala dos(as) oprimidos(as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão: assinalava também que esses(as) pesquisadores(as) levavam cientificamente em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo três eixos (SCOTT, 1989, p. 04).

Scott (1989) pontua que as (os) historiadoras (es) teorizaram sobre gênero vinculadas a perspectivas tradicionais das ciências sociais, conforme as abordagens:

> a primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1989, p.06).

A autora define que o uso de gênero elenca posições teóricas e referências descritivas às relações entre os sexos. Nesse cenário, Scott (1989) afirma que o uso mais coloquial de gênero é sinônimo de mulheres, gênero articula-se a terminologia científica das ciências sociais e distancia-se da política do feminismo. Quanto ao uso de gênero na perspectiva da legitimidade acadêmica pelos estudos feministas, Scott (1989) insiste que

> Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder. Enquanto o termo história das mulheres revela a sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o gênero inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica (SCOTT, 1989, p. 06).

A autora descreve que gênero, como substituto de mulheres, é usado para informar que o estudo das mulheres implica o estudo sobre os homens: "Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo" (IDEM).

Outra definição apresentada por Scott (1989) sobre gênero corresponde à designação das relações sociais entre os sexos, nesse sentido, significa uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Para a autora,

> [...] o seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais, refere-se "às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1989, p. 07).

De acordo com Scott (1989), nos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou um conceito útil para "distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens" (p. 07). Assim, sua utilização reconhece que "gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade." (IDEM).

Segundo Scott (1989), gênero se configura um novo espaço para pesquisas históricas, contudo, sem condições de transformar os paradigmas históricos. Nessa perspectiva, os estudos históricos feministas partem de três abordagens teóricas:

> A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1989, p. 09).

Scott (1989) comenta que uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os (as) historiadores (as), pois pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano, portanto, a não historicidade do gênero. A autora enfatiza que é necessário "rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária", o que exige "uma historicização e uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual" (SCOTT, 1989, p.19). Para a autora, os (as) historiadores (as) feministas contemporâneos(as) somente ao final do século XX definiram que o gênero se configura diante das preocupações teóricas como categoria de análise, para reivindicar conceituações sobre as desigualdades persistentes entre mulheres e homens. Em relação a história das mulheres, concordamos com Scott (1989) ao sugerir que "temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram" (p. 20). A autora sugere como alternativa: "temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas interrelações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança" (IDEM). Sobre as relações de poder, a autora insiste que é

preciso “substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações de relações desiguais constituídas pelo discurso nos campos de forças” (IDEM).

Scott (1989) conceitua sua definição de gênero da seguinte forma, com duas etapas e subdivisões:

> Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristão do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Para os(as) historiadores(as), as questões interessantes são: quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos? Segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino (SCOTT, 1989, p. 21).

Scott (1989) afirma que o objetivo da pesquisa histórica é descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Essa análise deve considerar o político, as instituições e organizações sociais. Esse é o terceiro aspecto das relações de gênero. Para a autora,

> [...] alguns (mas) pesquisadores (as), notadamente antropólogos (as) reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco. Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho, a educação, o sistema político. O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco (SCOTT, 1989, p. 22).

O quarto aspecto de gênero defendido pela autora é a identidade subjetiva:

> [...] essas interpretações estão baseadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é a forma principal de significar a diferenciação. O gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os (as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1989, p. 23).

Em síntese, a definição de gênero em Scott (1989) corresponde:

> [...] um modo primeiro de significar as relações de poder", assim: "o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo (SCOTT, 1989, p. 27).

Outra teórica dos estudos sobre as mulheres e gênero que ganhou expressividade a partir dos anos 1980 foi Gayle Rubin (2012a) com seu artigo sobre "Tráfico de mulheres: notas para a economia política do sexo". A autora observa que os estudos feministas e antifeministas sobre as mulheres convergem para a questão da origem da opressão social das mulheres, esta encontra-se na gênese da dominação masculina, compreende-se que essa subordinação feminina pelos homens se encontra na base das relações hierárquicas entre os gêneros. Para a autora, é preciso compreender o sistema de relações pelo qual as mulheres se tornaram subordinadas aos homens, deve-se partir de Claude Levi – Strauss e de Sigmund Freud, pois esses autores apresentam conceitos possíveis para descrever a vida social das mulheres e da constituição da identidade humana. A autora nomeia este aspecto da seguinte forma: "Adoto como definição preliminar de um sistema sexo - gênero: um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (RUBIN, 2012a, p. 02).

Rubin (2012a) afirma que foram realizadas tentativas para explicar a opressão das mulheres pelo viés marxista, todavia, reconhece a impossibilidade do marxismo clássico explicar a opressão sexual, porque não se detém à categoria sexo. A autora problematiza:

> Na visão de Marx sobre o mundo social, os seres humanos são trabalhadores, camponeses ou capitalistas, que eles também sejam homens e mulheres não é visto como muito significante. Em contraste, nos mapas de realidade social desenhados por Freud e Levi Strauss, há um profundo reconhecimento do lugar da sexualidade na sociedade, assim como de uma profunda diferença entre a experiência social de homens e mulheres (RUBIN, 2012a, p. 03).

Rubin (2012a) comenta que Engels compreendia a opressão sexual como resultado de formas anteriores ao capitalismo, expondo que as relações de sexualidade são distintas das relações de produção. A partir dessa perspectiva, a autora explica que existe um elemento histórico e moral que determina que as mulheres e não os homens devem realizar as tarefas domésticas, define que elas não assumem lideranças. "É esse elemento histórico e moral que o capitalismo dá uma herança cultural de formas de masculinidade e feminilidades, nele está resumido o inteiro domínio do sexo, da sexualidade e da opressão sexual" (RUBIN, 2012a, p. 05). A autora observa que é preciso descrever a organização social da sexualidade

e definir a reprodução das convenções de sexo e gênero, seguindo o projeto abandonado por Engels de delimitar a subordinação da mulher no interior do modo de produção, analisando a vida material através do estudo dos sistemas de parentescos. Concebe que é necessário prosseguir com Engels no método e não nos resultados, pois os sistemas de parentescos "são construídos a partir de formas concretas de sexualidade socialmente organizadas e as reproduzem, (...) são formas observáveis e empíricas de sistemas sexo/gênero" (RUBIN, 2012a, p. 06). Defende a necessidade de estudar as sociedades para localizar os mecanismos de produção e reprodução da sexualidade, explicando que na organização social do sexo, o nível mais geral repousa sobre o gênero, com a heterossexualidade obrigatória e a coerção da sexualidade feminina.

Rubin (2012a) define gênero como "uma divisão dos sexos socialmente imposta", como "um produto das relações sociais da sexualidade", pois considera que o desejo sexual é direcionado a outro sexo. A autora explica que a divisão sexual do trabalho esta imbricada em dois fatores associados ao gênero: a criação de homem e mulher como heterossexuais, suprimindo e oprimindo o aspecto homossexual da sexualidade humana. Sintetiza algumas definições sobre a organização da sexualidade humana advindas da teoria de parentesco de Levi Strauss. "São elas: o tabu do incesto, a heterossexualidade obrigatória e uma divisão assimétrica dos sexos. A assimetria de gênero – a diferença entre quem faz a troca e o objeto da troca – acarreta coerção sobre a sexualidade feminina" (p. 13). Para a autora, uma revolução feminista libertaria as mulheres e beneficiaria a todos, pois alcançaria a expressão sexual, a personalidade humana, longe dos limites das definições de gênero. Complementa que o sistema de sexo/gênero explica a natureza dos seres humanos e defende que o movimento feminista deve ampliar a luta para além da eliminação da opressão das mulheres, com a superação da obrigação sobre as sexualidades. "O sonho que acho mais fascinante é de uma sociedade andrógina e sem gênero (não sem sexo) em que a anatomia de cada um é irrelevante para o que cada um é, faz ou com quem cada um faz amor" (RUBIN, 2012a, p. 22).

Em outro estudo, Rubin (1993b) demarca suas contribuições para a história das mulheres ao explicar que a sexualidade tem uma política interna e desigualdades, suas considerações convergem para a máxima de que "o sexo é sempre político" (p. 01). Expõe sobre os questionamentos a sexualidade e as estruturas sociais e legais, as mudanças ocorridas nos anos 1880 na Inglaterra e nos anos 1950 nos Estados Unidos. Para a autora, uma teoria radical do sexo deve analisar a opressão sexual, explica o conceito de essencialismo sexual como "a ideia de que o sexo é uma força natural que existe anteriormente à vida social e que molda as instituições. O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades

ocidentais" (RUBIN, 1993b, p.11), as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico. Nesse contexto, apresenta os discursos sobre a sexualidade:

> Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Mas dentre essas categorias etnocientíficas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos. (RUBIN, 1993b, p. 12).

Rubin (1993b) comenta que "A História da Sexualidade de Michel Foucault" se constitui um marco referencial do saber sobre a sexualidade, uma vez que Foucault critica o entendimento tradicional da sexualidade, argumentando que os desejos não são entidades biológicas pré-existentes, mas são constituídos no curso histórico de elementos sociais repressivos específicos, apontando que novas sexualidades são constantemente produzidas. "O novo saber sobre o comportamento sexual deu ao sexo uma história e criou uma alternativa construtivista ao essencialismo. Subjacente a este corpo de trabalho está a assunção que a sexualidade é constituída na sociedade e na história, não ordenada biologicamente" (RUBIN, 1993b, p. 12). Para a autora, a relação entre o feminismo e a teoria radical da opressão sexual é similar, pois as ferramentas conceituais feministas foram desenvolvidas para detectar e analisar hierarquias baseadas no gênero. A autora defende o pluralismo teórico, ressalta que "como o gênero, a sexualidade é política, é organizada em sistemas de poder os quais recompensam e encorajam alguns indivíduos ao passo em que punem e suprimem outros (RUBIN, 1993b, p. 50).

Buscando dar visibilidade às mulheres, Haraway (2004) apresenta a contribuição para a construção dos direitos citando Olympe de Gouges, considerada uma das primeiras feministas, que atuou durante a Revolução Francesa, ao escrever sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791, cujo principal objetivo era justificar que todos os direitos dos homens, expostos pelos revolucionários em 1789, também pertenciam às mulheres. Para essa autora, a luta das mulheres por direitos iguais aos homens advém da necessidade de reconhecer todos e todas na mesma condição humana como indivíduos, uma vez que pressupõe que essa condição não é garantida, há uma desigualdade na relação, de onde advém a necessidade de afirmação, de reparação, de valorização. Sob esse ponto de vista, comenta que o preconceito e a discriminação reforçam a desigualdade nas relações e que a ruptura com essa condição pressupõe a superação da dominação econômica, política e social, com base no patriarcado.

Haraway (2004) argumenta sobre a construção da diferença sexual, legitimada pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres, consideradas naturais e com base ontológica para diferenças política e social. Para a autora, "no período das revoluções

democráticas, as mulheres foram consideradas como outsiders políticas, devido à diferença sexual" (p.21). Nesse contexto, o surgimento do feminismo constituiu uma expressão contraria à exclusão das mulheres da política, visando superar a diferença sexual na política. Com foco no público feminino, buscando atuar em prol das mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava suprimir. A autora destaca a construção das ações afirmativas, contextualizando que sua origem é uma política paradoxal: "Visando a acabar com a discriminação, não apenas chamou a atenção para a diferença, como também a abraçou" (HARAWAY, 2004, p 23). Para a autora, a ação afirmativa pressupõe a configuração do indivíduo abstrato e universal, visava conceder oportunidades para os indivíduos, fomentando também uma perspectiva de justiça social, isso implicaria reivindicar comunidades com menos hierarquias e mais homogeneidade nas relações de gênero e de raça.

Hawaray (2004) aponta diversos significados para gênero, descritos a seguir:

> A raiz da palavra em inglês, francês e espanhol é o verbo latino generare, gerar, e a alteração latina gener-, raça ou tipo. Um sentido obsoleto de "to gender" em inglês é "copular" (Oxford English Dictionary). Os substantivos "Geschlecht", "Gender", "Genre" e "Género" se referem à idéia de espécie, tipo e classe. "Gênero" em inglês tem sido usado neste sentido "genérico", continuadamente, pelo menos desde o século quatorze. Em francês, alemão, espanhol e inglês, "gênero" refere-se a categorias gramaticais e literárias. As palavras modernas em inglês e alemão, "Gender" e "Geschlecht", referem diretamente conceitos de sexo, sexualidade, diferença sexual, geração, engendramento, assim por diante, ao passo que em francês e em espanhol elas não parecem ter esses sentidos tão prontamente. Palavras próximas a "gênero" implicam em conceitos de parentesco, raça, taxonomia biológica, linguagem e nacionalidade. O substantivo "Geschlecht" tem o sentido de sexo, linhagem, raça e família, ao passo que a forma adjetivada "Geschlechtlich" significa, na tradução inglesa, sexual e marcado pelo gênero. Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença. A diferenciação complexa e a mistura de termos para "sexo" e "gênero" são parte da história política das palavras. Os significados médicos acrescentados a "sexo" se somam progressivamente a "gênero", no inglês, através do século vinte. Significados médicos, zoológicos, gramaticais e literários têm, todos, sido contestados pelos feminismos modernos. Os significados compartilhados das categorias raciais e sexuais (HARAWAY, 2004, p 209).

De acordo com Haraway (2004), as teorias feministas de gênero buscaram a opressão das mulheres no contexto de culturas marcadas pelas distinções entre sexo e gênero articulado ao sistema de significados em relação a dicotomias e dualidades. Para a autora, a história das reformulações políticas de gênero pelas feministas ocidentais após 1960 incorporam os sentidos e tecnologias de sexo e gênero nas ciências nos Estados Unidos, incluindo-se aí a psicologia, a psicanálise, a medicina, a biologia e a sociologia. Assim, a autora explica que "gênero foi firmemente alocado a uma problemática individualista, dentro da ampla incitação ao discurso, à sexualidade característica da sociedade burguesa, dominada

pelos homens" (HARAWAY, 2004, p. 215). Aponta que os conceitos e tecnologias da identidade de gênero foram produzidos a partir de vários componentes:

> uma leitura instintualista de Freud; o foco na psicopatologia e somatologia sexual dos grandes sexologistas do século dezenove (Krafft-Ebing, Havelock Ellis); o contínuo desenvolvimento da endocrinologia bioquímica e fisiológica desde 1920; a psicobiologia de diferenças sexuais nascida da psicologia comparada; as inúmeras hipóteses de dimorfismo sexual hormonal, de cromossomos e neural, que convergiram nos anos 1950 e 1960 (HARAWAY, 2004, p. 215).

Segundo Haraway (2004), as reflexões sobre gênero nas décadas de 1950 e 1960, período da segunda onda da política feminista girou em torno dos "determinismos biológicos" versus "construcionismo social" e das bio-políticas das diferenças de sexo/gênero no campo discursivo pré-estruturado pelo paradigma de identidade de gênero. Este paradigma constituía uma versão funcionalista e essencializante da percepção de Simone de Beauvoir de que "não se nasce mulher". Essa reflexão sobre a definição de ser uma mulher e a dominação engendrou revisões para os funcionalistas burgueses e os existencialistas pré-feministas nesse período. A autora explica que em 1958, o Projeto de Pesquisa sobre Identidade de Gênero foi constituído no Centro Médico para o Estudo de Intersexuais e Transexuais, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA) pelo psicanalista Robert Stoller, que apresentou descobertas sobre o conceito "identidade de gênero", no âmbito da distinção biologia/cultura, de forma que "sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia, sociologia)" (HARAWAY, 2004, p. 216).

Conforme Haraway (2004), as feministas da segunda onda fizeram a crítica da lógica binária natureza/cultura, buscavam no âmbito político e epistemológico retirar as mulheres da categoria da natureza e inseri-las na cultura, como sujeitos sociais na história, construídas e constituintes, dessa forma, o conceito de gênero foi usado contra as determinações do sexo biológico. Consequentemente, a distinção teórica entre sexo e mulher tornou-se complexa, de modo que as feministas argumentaram contra o "determinismo biológico" e a favor do "construcionismo social". A autora relata que as feministas compreenderam as categorias natureza e corpo como resistência às dominações da história. Para a autora, a partir dos anos 1970 e 1980 os estudos feministas questionaram o discurso das diferenças e binarismo da categoria sexo/gênero nos Estados Unidos, a diferenciação do sistema sexo/gênero tem consequências na teoria feminista, ao valorizar a importância de um conceito de gênero inteiramente politizado e historicizado e as mulheres como sujeitos sociais.

Sobre os estudos da categoria mulher, Piscitelli (2001) contextualiza a diferença entre as categorias gênero e mulher, a partir de 1980, define gênero "situando as distinções

entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social" (p. 01). Explica que o feminismo, a partir da década de 1960, possibilitou a compreensão do conceito de gênero na história das teorias sociais sobre a diferença sexual. De acordo com a autora, no século XIX, a ideia de direitos de igualdade e cidadania entre os sexos mobilizou as lutas feministas na Europa e nos Estados Unidos. No período entre 1920 a 1930 reivindicava-se os direitos ao voto, a propriedade e à educação. A partir dos anos 1960 as lutas foram em torno dos direitos iguais, reconhecendo-se que as mulheres ocupavam lugares sociais subordinados em relação aos homens. Para a autora, as abordagens feministas questionam a existência naturalizada da subordinação feminina, decorrente da construção social da mulher, reivindicam a igualdade de direitos, problematizando as desigualdades, criaram um sujeito político coletivo – as mulheres.

Segundo Piscitelli (2001), as perspectivas feministas nos Estados Unidos e na Inglaterra, na década de 1960, se dividiram em várias abordagens, dentre as quais: feminismo socialista e feminismo radical. Sobre o feminismo socialista, a autora explica que relacionava a origem da opressão das mulheres, tendo por base o livro "A origem da Família, da Sociedade Privada e do Estado", de Engels, no qual a noção de que a divisão de trabalho pautada no sexo resultou em desigualdade ou opressão sexual apenas no momento em que apareceram as classes sociais baseadas na propriedade privada. Explica que para Engels as formas de opressão sexual, tais como as formas de parentesco e a família, teriam uma base material na estrutura de classes. Quanto ao feminismo radical, a autora comenta que a fundamentação era o livro "A dialética do sexo", de Shulamith Firestone, no qual,

> [...] as origens da subordinação feminina estão visivelmente localizadas no processo reprodutivo (...), os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres (...). Considera que para libertar as mulheres é necessário derrotar o patriarcado. Isso só seria possível se as mulheres adquirissem o controle sobre a reprodução (PISCITELLI, 2001, p. 03).

De acordo com Piscitelli (2001), as compreensões sobre as causas da opressão feminina evidenciam as funções reprodutivas femininas como o centro da produção da desigualdade sexual. Nessas conceituações, a condição feminina compartilhada pelas mulheres define a identidade das mulheres, marcada pela condição biológica e pela opressão masculina: "O corpo aparece assim como o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade" (p. 04). A autora considera que a categoria mulher possui origem no feminismo radical, a partir da noção de que "as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres", a categoria mulher abrange aspectos biológicos e fatores sociais (IDEM).

Piscitelli (2001) argumenta que se as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres, era preciso encontrar as causas dessa opressão feminina no cotidiano, daí adveio a "ideia de que o pessoal é político" (p. 05). Pontua que as feministas se empenharam em evidenciar a diversidade de relações de poder presentes na vida social das mulheres, indicando uma ampla compreensão de poder alicerçada no patriarcado, na qual a relação entre homem e mulher se pautava numa relação política. A autora destaca que "as feministas radicais argumentaram que a dominação masculina excluíra as mulheres da história, da política, da teoria e das explicações prevalecentes da realidade" (p.06). Desse lugar de silêncio, as feministas demonstraram a ausência das contribuições femininas na produção científica, indicando a necessidade, na academia, de elaborações sobre as mulheres. Sobre o conceito de patriarcado utilizado pelas feministas, a autora comenta que foi útil para mobilização política, todavia implicou dificuldades quanto a historicidade da condição feminina.

Piscitelli (2001) expõe que as autoras que estudam o conceito de gênero coincidem na tentativa de superar a naturalização da diferença sexual, ignorando pressupostos universalistas que definem sexo/gênero, convergem na perspectiva de abordar criticamente o conceito de gênero, compreendido como articulado a identidades, configurado nas relações de poder em diversos contextos históricos e culturais. A autora analisa que existem diversas abordagens no debate sobre gênero, mas defende o uso da categoria mulher, "apresentada como distante das elaborações do feminismo radical da década de 1970, isto é, como longe de qualquer tipo de essencialismo" (p. 20). Assim, "o sentido da recriação da categoria mulher é sobretudo político" (PSICITELLI, 2001, p. 21). Escolhemos para esse estudo o uso da categoria mulher e não da categoria gênero, por essa compreensão da dimensão política do conceito, pela tentativa de reconhecimento da História das Mulheres.

Outra referência teórica sobre os feminismos é Zirbel (2007), que expõe o desenvolvimento das vertentes do feminismo no Estado Unidos no início nos anos 1980: "o feminismo conservadorista; o liberal; o dogmático-marxista; o radical e o socialista"; além de outras possibilidades emergentes: "anarquista ou anarco-feminismo, o ecofeminismo, o existencialista, o feminismo da diferença e o cyberfeminismo" (p. 16). Para a autora, a origem dos feminismos corresponde: "a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres e pela autonomia e emancipação das mulheres" (Zirbel, 2007, p. 17). Segundo a autora, o feminismo no campo das Ciências Sociais, é definido: "como um movimento social em prol dos direitos das mulheres surgido no bojo dos novos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970" (IDEM).

Conforme Zirbel (2007) as primeiras definições sobre o feminismo correspondem: “um movimento político e intelectual dedicado a repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados” (p.18). A autenticidade dos estudos feministas encontra-se nos questionamentos dos paradigmas das ciências, bem como “o seu compromisso com a transformação social e a afirmação das mulheres como sujeitos políticos e sujeitos do conhecimento” (ZIRBEL, 2007, p. 19). No Brasil, as primeiras publicações sobre o feminismo apresentaram-no como um movimento político e intelectual que “questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras”, propondo “uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade” (IDEM).

Zirbel (2007) destaca que as ideias feministas incidem sobre a constituição das identidades e da construção social e simbólica das relações humanas. As pesquisas sobre o feminismo possibilitaram a origem dos estudos de gênero. A autora explica os três períodos do movimento feminista no Brasil: o primeiro momento no século XIX; o segundo ligado à luta pelo voto (em torno da década de 1930) e o terceiro a partir dos anos de 1970. Comenta outras possibilidades de divisão: o primeiro como “o das lutas por acesso à educação” (por volta de 1830), o período da “agitação republicana” e do engajamento em jornais e revistas (por volta de 1870), a luta pelo voto (1920 e 1930) e a chamada “revolução sexual” (década de 1970 em diante). Caracteriza o feminismo brasileiro do final da década de 1970 e do início dos anos 1980 como: “um feminismo militante de rua, engajado em duas frentes: nas causas nacionais e na visibilidade dos problemas sofridos pelas mulheres” (ZIRBEL, 2007, p.20). Nos anos seguintes são incorporadas outras questões: “o ingresso de parte das militantes em instituições, o engajamento na promoção de políticas públicas [...]”, a institucionalização do feminismo e a implantação dos estudos/conceito de gênero (ZIRBEL, 2007, p.21). Posteriormente, nos anos de 1990, ocorre expansão das pautas das mulheres com ampliação para outras camadas sociais, especificamente em quatro espaços: “movimentos sociais rurais, administrações públicas de partidos de esquerda, funcionárias de ONGs e em grupos de “dupla identidade” (particularmente de lésbicas e negras)” (IDEM).

Zirbel (2007) comenta que ocorria no Brasil, nesse período, o regime de ditadura civil militar, com a resistência e organização da sociedade civil. Explica que para o feminismo brasileiro, “esta foi a época do engajamento nas chamadas lutas gerais, da circulação de feministas nos mais diversos grupos, da criação de grupos de reflexão e de uma imprensa feminista” (p. 28). Assim, ocorreram nessa época muitos conflitos:

> [...] tensões com os grupos de esquerda, reforma partidária, redemocratização do país, busca por autonomia do movimento, elaboração de agendas próprias, criação de novos grupos, articulação com o feminismo continental, engajamento em partidos políticos, mobilização para a assembleia constituinte, do processo de institucionalização de instituições (ZIRBEL, 2007, p. 28).

Emergiram desse momento, conforme Zirbel (2007), entidades e instituições, como organização das militantes nas universidades, nos grupos de trabalho e de pesquisa de diversas associações profissionais. Surgiu então a questão da multidisciplinaridade, com "engajamento nas Associações Nacionais de pesquisa, o desenvolvimento de um campo próprio de pesquisas sobre a mulher com os primeiros temas e as dificuldades para a pesquisadora em se identificar como feminista no espaço acadêmico" (ZIRBEL, 2007, p. 28). Aponta que as diferenças dos feminismos ocorrem devido à interpretação das desigualdades presentes na realidade e nas estratégias adotadas para superá-las e conquistar a autonomia e a emancipação. O feminismo relaciona concepções pessoais, subjetivas, acadêmicas, políticas, sociais, teóricas, coletivas, públicas, afeta todas as relações humanas.

Sobre esse aspecto, Lauretis (1987) contextualiza que nos estudos feministas nos anos 1960 e 1970, o conceito de gênero como diferença sexual encontrava-se no centro da crítica da representação, da releitura de imagens e narrativas culturais, do questionamento de teorias de subjetividade e textualidade. Para a autora, essa compreensão do termo gênero constitui a sustentação para as intervenções feministas no âmbito do conhecimento formal, nas epistemologias e campos cognitivos definidos pelas ciências físicas, sociais e humanas. Segundo a autora, a ênfase na diferença sexual é a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino, conceitos abstratos resultantes da significação e de efeitos discursivos. Assim, comenta sobre os limites dessa abordagem:

> A primeira limitação do conceito de diferenças sexuais, portanto, é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo, o que torna muito difícil articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou talvez as diferenças nas mulheres (LAURETIS, 1987, p. 207).

A segunda está relacionada à recuperação do potencial epistemológico radical do feminismo ainda no âmbito do patriarcado:

> [...] por potencial epistemológico quero dizer a possibilidade já emergente nos escritos feministas dos anos 80, de conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a socialidade de uma outra forma: um sujeito constituído no gênero, mas, não apenas pela diferença sexual e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais (LAURETIS, 1987, p. 208).

Lauretis (1987) defende que é necessário um conceito de gênero desvinculado da diferença sexual, possibilitando "por um lado, o gênero seja considerado uma derivação direta da diferença sexual e por outro o gênero possa ser incluído na diferença sexual como efeito

de linguagem ou como puro imaginário não relacionado ao real" (p.208). A autora sugere pensar o gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que compreende a sexualidade como uma tecnologia sexual; indica também o gênero como representação, produto de diferentes tecnologias sociais. Reconhece que o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, "mas nas palavras de Foucault, constitui o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política" (LAURETIS, 1987, p. 208). Propõe ir além de Foucault, pensando o gênero como produto e processo de tecnologias sociais.

Lauretis (1987) sintetiza o conceito de gênero afirmando que:

> 1) Gênero é uma representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. 2) a representação do gênero é a sua construção – (...) toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção. 3) A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça – na mídia, nas escolas, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental (...) A construção do gênero também se faz (...) na academia, na comunidade intelectual, nas praticas artísticas de vanguarda nas teorias radicais e ate mesmo no feminismo. 4)Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero apenas como uma representação ideológica falsa (LAURETIS, 1987, p. 209).

Para Lauretis (1987), Foucault aponta a sexualidade construída na cultura de acordo com os objetivos políticos da classe dominante. Segundo a autora, a análise de Foucault se inicia a partir de um paradoxo: as proibições e regulamentações dos comportamentos sexuais, ditados por autoridades religiosas, legais ou científicas, não reprimiu a sexualidade, mas a produziu e reproduziu.

> Daí o conceito de uma tecnologia sexual, que ele define como um conjunto de técnicas para maximizar a vida, criadas e desenvolvidas pela burguesia a partir do final do século XVIII, para assegurar a sobrevivência da classe e a continuação da hegemonia. Esses discursos implementados pela pedagogia, medicina, demografia e economia, se ancoraram ou se apoiaram nas instituições do Estado e se consolidaram especialmente na família: serviram para disseminar e implantar aquelas figuras e modos de conhecimento em cada indivíduo, família, instituição. (LAURESTIS, 1987, p. 220).

Destacamos a utilidade do conceito de gênero as relações com os conceitos de classe, raça, geração, religião; acreditamos que o gênero é construção, não é fixado à natureza biológica; compreendemos que o sexo também é uma construção, pois as definições sobre o feminino e o masculino são apontadas sob a referência do contexto cultural, social e histórico; tais categorias podem ser transformadas; consideramos a conexão entre esses termos, o sistema relacional de classificação social e cultural, dessa forma, consentimos com a perspectiva de que gênero é poder, é hierarquia, sob a perspectiva de análise foucaultiana.

Destacamos a existência da luta das mulheres pelos direitos desde o século XVIII, e a expansão no século XIX com o movimento social feminista. As mulheres se organizaram e reivindicaram o direito de participação política, realizaram manifestações públicas, escreveram manifestos e fizeram pressões política, possibilitando o reconhecimento como sujeitos sociais. As mulheres questionaram padrões antes estabelecidos e naturalizados: a violência doméstica, os direitos reprodutivos, a autonomia quanto ao seu corpo e ao prazer, a escolha da maternidade, os cuidados com as crianças e os serviços domésticos. Em termos de pesquisas, o uso das categorias: sexo, gênero, mulher e mulheres passou por transformações decorrentes das exigências apresentadas pelas feministas. Esses conceitos foram demandados a abarcar a intersetorialidade e a intersecionalidades em suas definições, como referências teórico-metodológicas nas ciências humanas e sociais. Consideramos essas reflexões sobre os estudos das categorias: mulheres, feminismos e gênero para compreender como ocorreram as conquistas dos direitos das mulheres em diversas áreas, como apresentamos no tópico a seguir.

2.3 Direitos das mulheres e mudanças nas famílias

Consideramos que conquistas das mulheres por direitos implicaram mudanças culturais e sociais, há uma tentativa de equilíbrio para as mulheres em relação à vida pessoal e profissional e impactos em relação aos papéis e funções das mulheres, historicamente voltado para: organização familiar, educação dos filhos, cuidados com afazeres domésticos. A metamorfose das famílias implica atuação na dimensão subjetiva, no processo de subjetivação das mulheres. As oportunidades da educação para as mulheres nas famílias transformam as relações de poder e as desigualdades de gênero, pois indica o caminho para autonomia, o empoderamento, a emancipação e o protagonismo das mulheres.

A Organização das Nações Unidas – ONU Brasil (2018) elaborou a “Agenda 2030”, documento de compromissos para políticas públicas afirmativas que reafirma princípios contidos nas principais normas internacionais relativas aos direitos humanos das mulheres, tais como: a Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW); a Plataforma de Ação de Pequim; Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT); o Plano de Ação de Cairo adotado na Conferência Mundial de População e Desenvolvimento; a Declaração Universal de Direitos Humanos; a Convenção pela Eliminação da Discriminação Racial, a Declaração dos Povos Indígenas e a Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial pela Eliminação do Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, dentre outros. Todos esses documentos

expressam a discriminação racial e sexista sobre as mulheres, contemplando sua diversidade. O Brasil é signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), que foi base para a legislação nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. No âmbito da educação, existem leis que garantem o compromisso com um ambiente de ensino livre de discriminações e preconceitos. Destacamos: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos; a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006); a Declaração Ministerial da Cidade do México para Prevenir com Educação (2008). No Brasil, ressaltamos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); a Lei de Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais; os Estatutos da Juventude e da Criança e do Adolescente – ECA.

Segundo a ONU Brasil (2018) a escassez de políticas públicas e a divisão sexual do trabalho impactam negativamente a renda das mulheres, reduzem sua disponibilidade para atuar no mercado de trabalho e favorecem a adesão a trabalhos precários, acentuando as desigualdades de gênero. A ONU considera que contribuem para essa desigualdade:

> a responsabilização dos homens pelo cuidado que ainda é mínima no país (53% para os homens), comparada as mulheres ocupadas no mercado de trabalho, 90,9% acima dos 16 anos que informam realizar afazeres domésticos e de cuidados. Observa-se como avanço nessa área, a ampliação não obrigatória da licença paternidade de cinco (05) para 20 dias. Em comparação à licença maternidade, observa-se a disparidade, de quatro (04) a seis (06) meses. Este contexto de desigualdade é observado na taxa de participação no mercado de trabalho entre o período de 1995 e 2015: média de 55% das mulheres, e de 85% dos homens. Acrescente-se a esse dado, o envelhecimento da população brasileira, cuja responsabilidade do cuidado à dependentes é atribuída às mulheres (ONU, 2018, p. 05).

As conquistas do Brasil quanto à implementação de políticas sociais e do combate à pobreza refletem-se na vida das brasileiras. Conforme a ONU, “entre 2012 e 2015, 22 milhões de pessoas superaram a pobreza extrema, das quais 54% (12 milhões) eram mulheres. As mulheres têm preferência na titularidade no principal programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF), nas casas entregues pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida” (p. 06). Outros dados revelam que

> No final de 2014, confirmava que das 12,9 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único, 88% eram chefiadas por mulheres. Dessas famílias, 68% eram chefiadas por mulheres negras. Até 2014, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida foram concedidas 3,5 milhões de unidades habitacionais, sendo que as mulheres respondem por 80% dos contratos firmados no programa (ONU, 2018, p. 17).

Nessa linha, observamos que a complexidade da referência feminina para as políticas públicas

> [...] a titularidade feminina nos programas sociais possibilita autonomia econômica e garante o poder de decisão da mulher sobre os recursos, todavia, as mulheres também são responsabilizadas pelos cuidados das famílias, com obrigações

> referentes à educação escolar e à saúde dos/as filhos/as, demandando tempo e dedicação (ONU, 2018, p. 07).

De acordo com a ONU 2018, identificamos disparidades entre a educação para homens e mulheres: a escolarização feminina é maior do que a masculina: “as mulheres estudam, em média, 8,2 anos, enquanto os homens, 7,8 anos. As mulheres representam 55,5% das matrículas nas instituições de ensino superior e 59,2% dos/as concluintes”. Observamos desigualdades entre mulheres do campo e da cidade: “as mulheres rurais estudam, em média apenas 5,6 anos”; diferenças na questão racial: “as mulheres negras estudam menos do que as brancas, para todas as regiões e faixas etárias, também são menos no ensino superior (apenas 12%), comparada as mulheres brancas (23%). Outra disparidade: “as mulheres lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais se deparam com dificuldades na educação devido à discriminação e preconceito nas escolas e instituições de ensino superior” (p. 08). Constatamos que a desigualdade do ensino que afeta as mulheres está influenciada pela divisão sexual do trabalho. No ensino superior, as mulheres estão em maior quantidade nos cursos referentes a Educação, Humanidades e Artes e os homens na Ciência e Tecnologia.

A ONU Brasil (2018) preocupa-se com as iniciativas legislativas que implicam graves retrocessos para as mulheres: a sensibilização e da conscientização quanto a questões de gênero e educação em sexualidade nas escolas; a imposição de obstáculos ao acesso e ao atendimento de saúde por mulheres vítimas de violência sexual e da restrição dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; a exclusão do conceito de família dos arranjos familiares que não se encaixam nos padrões heteronormativos; além da vedação ao reconhecimento da identidade de gênero e uso do nome social por parte das mulheres trans, travestis e transexuais brasileiras (p.14). Alerta sobre a redução do número de instâncias governamentais no âmbito da administração pública voltados para a promoção de políticas públicas para mulheres. A ONU enfatiza que apesar da participação feminina ser maioria em todos os níveis de ensino, existem desafios para construção de uma educação inclusiva e equitativa. Constata que é necessário eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para as mulheres.

Outros dados sobre a realidade das mulheres são apresentados pela Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios – PNAD (2004-2015) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. De acordo com a pesquisa, a população residente por sexo no Brasil em 2015, era composta: “maioria de mulheres 51,5% (105,5 milhões), enquanto os homens, 48,5% (99,4 milhões)” (p. 39). No que diz respeito à raça, “a população residente era composta por 45,2% de pessoas brancas, 45,1% de pardos e 8,9% de pretos” (p. 39). No que

se refere a taxa de analfabetismo" para os homens foi de 8,3% e as mulheres, 7,7%" (p. 44). Quanto as características da população desocupada: "53,6% constituído por mulheres, 26,3% nunca tinham trabalhado; 33,4% eram jovens de 18 a 24 anos de idade; 60,4% eram pretos e pardos; 48,2% não completaram o ensino médio" (p. 59).

Segundo dados do IBGE (2017) presentes na PNAD Contínua, no Brasil, em 2016, "as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas)". Se considerarmos o recorte por cor ou raça, "as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais". Conforme o IBGE (2017) o diferencial de inserção ocupacional entre homens e mulheres é determinado pela divisão sexual do trabalho, os dados evidenciam que são as mulheres pretas ou pardas as que mais exerceram ocupação por tempo parcial, pois as mulheres necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos" (p.06). Conforme a pesquisa, existe uma desigualdade de gênero articulada a desagregação salarial e na ocupação de determinados postos de trabalhos, "as mulheres recebem cerca de ¾ do que os homens". Existem desigualdades quanto a participação nos espaços políticos de poder e decisão, "o Brasil possui legislação que prevê cotas eleitorais, reservando um percentual de candidaturas em eleições proporcionais para as mulheres, (no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo, por cada partido ou coligação partidária)". Nesse cenário, apesar dessa garantia, o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional "era de 11,3%, no Senado Federal, composto por eleições majoritárias, 16,0% dos senadores eram mulheres, na Câmara dos Deputados, composta por eleições proporcionais, 10,5% dos deputados federais eram mulheres" (p. 07).

Outras desigualdades são apontadas em relação a ocupação dos espaços de liderança pelas mulheres: "60,9% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens 39,1% pelas mulheres, em 2016" (p.11). Evidenciamos que as mulheres constituem maioria da população brasileira, mas são subrepresentadas nas esferas da vida pública no Brasil, exigindo políticas afirmativas para a redução das desigualdades de gênero.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011) entre o período 1995-2009, pontuamos que o desemprego evidencia as desigualdades de gênero e raça: "a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%), as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%)" (p.27). Os indicadores informam sobre as desigualdades de gênero e raça: "em 2009, os homens brancos possuíam o maior índice de formalização do trabalho (43% com carteira

assinada), as mulheres negras apresentavam o pior (25%)" (IDEM). Verificamos que ocorre uma segmentação ocupacional, relacionada ao gênero e à raça: "As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34%) grupo que abarca os serviços de cuidado" (IDEM). Segundo o IPEA (2011, p. 19), a proporção de mulheres chefes de família em modelos compostos por casais, aumentou, passou de 22,9%, em 1995, para 35,2% no ano de 2009, indicando aumento da autonomia feminina e mudanças para as famílias brasileiras. Pontuamos que existem vulnerabilidades nos domicílios chefiados por mulheres negras. Os dados de rendimentos demostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é maior do que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra. Verificamos quanto à condição de atividade que as mulheres chefes de família são donas de casa, consideradas inativas economicamente, que se dedicam ao trabalho doméstico em suas próprias residências.

Todos esses dados revelam que existe no Brasil uma desigualdade entre homens e mulheres em diferentes espaços: família, trabalho, educação, política, dentre outros setores. Esse contexto reflete a as marcas da sociedade patriarcal brasileira que historicamente relegou para as mulheres a ocupação de lugares delimitados ao espaço privados e aos homens a ocupação da vida pública. Diante desse cenário, buscamos compreender a seguir as configurações sobre a origem e os modelos de famílias presentes na sociedade brasileira.

3 HISTÓRIA DAS FAMÍLIAS

Analisando o percurso da luta, resistência e conquista dos direitos das mulheres, observamos a relação imbricada com a constituição das famílias brasileiras, uma vez que as transformações demográficas, sociais, culturais implicam em novas configurações diante dos antigos modelos de famílias.

Essas mudanças nas famílias são apontadas por Sarti (2002) que demarca a revolução industrial como separação do mundo do trabalho do mundo familiar. Para a autora, o aspecto que contribuiu para as transformações nas famílias foi a difusão da pílula anticoncepcional a partir da década de 1960, distinguindo a sexualidade da reprodução. Durante a década de 1970, surgem as reivindicações pelo direito à livre escolha da maternidade; nos anos 1980, questiona-se a sua imposição às mulheres. Na década de 1990,

as mudanças familiares são impactadas com a apresentação do exame de DNA que possibilita a identificação da paternidade. De acordo com a autora, as novas tecnologias reprodutivas de anticoncepção ou reprodução assistida possibilitaram a escolha da gravidez para além da relação sexual entre homem e mulher, isso afetou a compreensão sobre as famílias: a pílula incidiu sobre a associação da mulher como mãe, ao dissociar a maternidade e a reprodução da sexualidade; os mecanismos de comprovação da paternidade permitiram a sua reivindicação, convocando os homens a responsabilidade masculina sobre os filhos.

Sarti (2002) argumenta que essas transformações sofreram com a dificuldade de ruptura dos modelos idealizados e das referências naturalizadas de famílias: os parâmetros baseados na concepção biológica, constituída pelas leis naturais e a representação simbólica. De acordo com autora, a delimitação da família ocorre simbolicamente por meio de discursos construídos e reproduzidos, com particularidades, pois "cada família constrói sua própria história ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida" (p. 27).

As transformações repercutiram no âmbito jurídico modificando o estatuto legal da família como resultado de diversos fatores. Para Sarti (2002), a Constituição Federal de 1988 provocou duas alterações sobre as famílias: "1. Quebra da chefia conjugal masculina tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher. 2. O fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada no estatuto da criança e do adolescente promulgado em 1990", (p. 24). A autora analisa as famílias pobres, apontando uma diferença entre a família e a unidade doméstica: "A primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres e sua configuração em rede, contrariando a ideia corrente de que esta se constitui em um núcleo" (SARTI, 2002, p. 28). Para a autora, no âmbito simbólico das famílias pobres existe uma divisão complementar de autoridade entre homens e mulher na unidade doméstica e no lar, que corresponde a diferenciação entre casa e família. "A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família como mulher e homem constituem um par complementar, mas hierárquico" (IDEM). Nessa divisão entre papeis e espaços: "em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa o homem considerado chefe da família e a mulher chefe da casa" (IDEM).

Sarti (2002) destaca que nas famílias as quais as mulheres são responsáveis economicamente pelo lar, se expressam mudanças nas relações de autoridade, pois elas assumem o papel de pessoa de referência da família. A autora ressalta que o papel masculino de provedor do lar não é distante da realidade das mulheres que trabalham, a questão gira em torno de manter o respeito e a autoridade diante da presença masculina nos lares. Pondera que

a sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres é possível devido a mobilização cotidiana de uma rede familiar que se estende além dos limites da casa. Para a autora, as famílias pobres constituem redes de parentescos, configuram laços com responsabilizações entre seus membros em dois aspectos: no processo de individualização e no suporte para sustentação. Assim, "A rede de obrigações que estabelece configura para os pobres a noção de família. Para eles, a extensão da família corresponde a da rede de obrigações da família, são aqueles com quem se pode contar quer dizer aqueles em quem se pode confiar" (SARTI, 2002, p. 33). A autora comenta que o valor da família para os pobres expressa-se como rede de apoio, como suporte e ajuda mútua, em contextos de desproteção e desamparo social. Sobre a origem da instituição família, tentamos compreender suas características no próximo tópico.

3.1 A Origem da família

Sobre a construção da noção de família, encontramos em Ariés (1986) contribuições sobre dinâmicas familiares na modernidade: "A família conjugal moderna seria, portanto, a consequência de uma evolução que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a linhagem e as tendências à indivisão" (p. 211). De acordo com o autor, a família moderna se distanciou do formato medieval, cirando o núcleo dos pais e filhos, cuja rotina e interesses giram em torno das crianças. Esse modelo inicialmente direcionou-se para os nobres, os burgueses, os artesãos e os lavradores ricos, pois as famílias pobres continuaram ainda até o século XIX, no modelo medieval, cujas as crianças residiam distantes de seus parentes, de forma que o sentimento de lar, de casa, ainda não havia sido construído. Explica a dualidade entre o sentimento da casa como a outra face do sentimento da família. Para o autor, houve pouca alteração no sentimento de família do século XVIII ao século XX, mas o mesmo se estendeu entre as camadas sociais.

Segundo Ariés (1986), a família moderna substituiu padrões marcados pela solidão, possibilitando novas relações sociais, pois enquanto a família ampliou-se houve retração da sociabilidade. Para o autor, a partir do século XVIII, houve mudança nos parâmetros nos quais os indivíduos conviviam e de onde resultava a educação, a reputação e a fortuna das famílias. Surgiu nesse período um movimento que afetou as antigas relações entre as classes sociais, se expandiu nas cidades e com menor alcance nas pequenas vilas, seu objetivo consistia em reforçar a intimidade da vida privada, todavia com retração das relações de vizinhança, de amizades ou de tradições. Com esse movimento, a história dos costumes foi reduzida ao afastamento dos indivíduos na sociedade. Assim, segundo ele,

> A casa perdeu o caráter de lugar público que possuía em certos casos no século XVII, era favor do clube e do café, que, por sua vez, se tornaram menos frequentados. A vida profissional e a vida familiar abafaram essa outra atividade, que outrora invadia toda a vida: a atividade das relações sociais (ARIÉS, 1986, p. 274).

Ariés (1986) contextualiza que na Idade Média, no início dos tempos modernos, nas classes populares, a convivência das crianças com os adultos ocorria com a rotina doméstica naturalizada, logo após o desmame tardio, quando seriam consideradas capazes de cuidados sem o suporte das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio. Quando isso ocorria as crianças eram inseridas no mundo dos adultos, participando da vida coletiva e do trabalho, dispensando a intimidade e a solidão. Nesse cenário coletivo, não existia a compreensão do privado. "A família cumpria uma função - assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não penetrava na sensibilidade" (ARIÉS, 1986, p. 275).

De acordo com Ariés, a família moderna podia existir sem o amor, mas existia a preocupação com a criança. O autor explica que a civilização medieval não considerava a educação, enquanto que a sociedade moderna passou a valorizar a educação. Desse reconhecimento advém a criação das novas ciências com interesse na infância, tais como: "a Psicanálise, a Pediatria, a Psicologia, consagraram-se aos problemas da infância, e suas descobertas são transmitidas aos pais através de uma vasta literatura de vulgarização" (ARIÉS, 1986, p. 276). O autor pontua que o marco no período moderno foi o reconhecimento da relevância da educação, esse interesse perpassou por eclesiásticos e juristas nos séculos XVI e XVII, de onde emergiu uma iniciativa de moralização da sociedade: "Constatamos sua influência sobre a história da escola, a transformação da escola livre em colégio vigiado" (IDEM).

Nesse contexto, conforme Ariés (1986), a preocupação com a educação instalou-se progressivamente na sociedade, e a família passou de "uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas" (p.277). A educação visava ocupar um espaço entre a geração física e a instituição jurídica, pois o cuidado com as crianças possibilitou novos sentimentos de afetividade no século XVII, possibilitando o surgimento do sentimento moderno da família. A moral estabelecida indicava a preocupação e o cuidado com a preparação dos filhos para a vida, cujo papel foi direcionado para a escola, como instrumento de disciplina, que substituiu a aprendizagem tradicional. "O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças" (IDEM).

Assim, a família e a escola permitiram que a criança fosse separada do ambiente dos adultos, possibilitando uma infância livre durante os séculos XVIII e XIX.

De acordo com Ariés (1986), a família moderna possibilitou a saída das crianças da vida comum dos adultos, instaurou uma necessidade de intimidade e de identidade: "os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida" (p. 278). Para o autor, a ascendência moral da família se constituiu um fenômeno burguês, pois a alta nobreza e o povo, enquanto classes sociais extremas sustentaram as tradições, havendo uma relação entre o sentimento da família e o sentimento de classe. Expõe que o surgimento das escolas de caridade do século XVII, fundadas para os pobres, atraíam também as crianças ricas. Todavia, a partir do século XVIII, as famílias burguesas rejeitaram esse formato e criaram outras instituições como pensões para suas crianças, criando um sistema de ensino primário popular. Assim, as escolas que inicialmente atendiam aos interesses comuns da sociedade se submeteram aos interesses de classes.

> Foi como se um corpo social polimorfo e rígido se desfizesse e fosse substituído por uma infinidade de pequenas sociedades - as famílias, e por alguns grupos maciços - as classes. As famílias e as classes reuniam indivíduos que se aproximavam por sua semelhança moral e pela identidade de seu gênero de vida (ARIÉS, 1986, p. 278).

Ariés (1986) comenta que inicialmente havia um convívio entre as classes no cotidiano, entretanto, a burguesia se eximiu do contato com a população pobre e "retirou-se da vasta sociedade polimorfa para se organizar à parte, num meio homogêneo, entre suas famílias fechadas, em habitações previstas para a intimidade, em bairros novos, protegidos contra toda contaminação popular" (p.279). Dessa forma, anteriormente, a expressão das desigualdades sociais considerada natural tornou-se intolerável pois os ricos, repugnaram o convívio com os pobres. A burguesia procurava a intimidade e o conforto, isso agravava o contraste com os tipos de vida material do povo. Ariés (1986) ressalta a construção do sentimento da família, do sentimento de classe, do sentimento de raça "surgiram como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade" (p. 279). Assim,

> À antiga sociedade concentrava um número máximo de gêneros de vida num mínimo de espaço, e aceitava a aproximação barroca das condições sociais mais distantes. A nova sociedade, ao contrário, assegurava a cada gênero de vida um espaço reservado, cujas características dominantes deviam ser respeitadas: cada pessoa devia parecer com um modelo convencional, com um tipo ideal, nunca se afastando dele, sob pena de excomunhão (ARIÉS, 1986, p. 279).

Na mesma linha de identificação da história das famílias, nos aproximamos de Mary Del Priore (2014), para compreender a realidade das mulheres nas famílias ao Brasil, entendendo que há diferentes maneiras de fazer história. Essa autora nos convida a rever nossa

perspectiva de narrativa quando adentramos no universo que revela a intimidade da história da sexualidade no país. O percurso delineado pela mesma é um retrato dos primórdios da sociedade brasileira, expondo a cada período histórico como as mulheres no quotidiano foram observadas. A autora transcorre localizando as relações entre a intimidade, o corpo, a identidade e a sexualidade feminina.

Del Priore (2014) situa as transformações sociais, culturais, econômicas, políticas sobre a sexualidade de homens e mulheres do Brasil, no período compreendido da Colônia aos dias atuais, demarcando continuidades e rupturas, focando o olhar para o quotidiano. Seu direcionamento para a intimidade e a sexualidade contribui para nosso estudo, pois as relações de poder nas famílias localizam os discursos, os saberes e práticas sobre a identidade feminina. Compreendemos com a autora, as influências da Igreja, o choque de culturas, as regulações produzidas e reproduzidas socialmente. Ao detalhar rotinas, situações e cenários, conseguimos perceber as nuances das leis, regras e instituições que ditam e legitimam liberdades e proibições sobre a sexualidade feminina. As mulheres são as personagens reais dos espaços, assumem papéis relacionados aos seus desejos, mas também aos lugares que lhes são reservados. Compartilhamos com a autora o desejo em evidenciar os cenários da vida cotidiana, na qual as mulheres são permeadas pelas relações de poder em suas famílias. Encontramos nessa autora uma aproximação com a história das mulheres observando a construção dos discursos, situando as características do universo feminino diante de questões como: sexualidade, corpo, feminilidade, maternidade, identidade, representações, trabalho, constituição da família. A autora nos instiga a sermos expectadores da história das mulheres, revisitando os acontecimentos e possibilitando uma mudança de perspectiva, descobrimos com ela a possibilidade de revelar nossa identidade, de contar nossas histórias do quotidiano. Dialogamos com a autora percebendo as nuances do não dito, os laços de nossa ancestralidade, rompendo padrões e superando preconceitos, buscando no quotidiano ao nosso redor o que outras mulheres têm a nos surpreender.

Del Priore (2004) escreve sobre a História do cotidiano e sobre a História de mulheres, pois essa é também a história da família: “É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos” (p. 07). Ao estudar o Brasil Colônia, situa a presença dos discursos da medicina e da magia sobre o corpo feminino. Aponta que no período colonial o conhecimento medico existente sobre o corpo feminino se referia à reprodução. Os documentos científicos da época tratados, manuais receituários revelam o enorme interesse sobre a sexualidade feminina. A autora explica que o discurso médico reforçava a noção “que o estatuto biológico

da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafisico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos, etc.” ((DEL PRIORE, 2004, p.69). Nessa perspectiva, a natureza feminina, “ordenada pela genitália, transformava a mulher num monstro ou numa eterna enferma e, vítima da melancolia, seu corpo se abria para males maiores, como a histeria, o furor da madre e a ninfomania” (DEL PRIORE, 2004, p 70). Afirma que a falta de informação sobre a anatomia, a fisiologia, e o corpo feminino possibilitaram que a ciência médica constituísse um saber masculino e de desconfiança sobre a mulher, o discurso médico insistia “na dignidade da procriação, na excelência dos sentimentos maternos e na necessidade de equilíbrio para evitar as afecções morais, só enxergava a vocação biológica das mulheres” (DEL PRIORE, 2004, p. 72). No período colonial, as mulheres não possuíam recursos médicos para a cura ou cuidado das doenças cotidianas, dessa forma, buscavam os conhecimentos tradicionais e informais subvertendo a lógica discursiva predominante: elas criaram e transmitiram saberes ancestrais gestuais e orais de cuidados com a saúde. “As mulheres e suas doenças moviam-se num território de saberes transmitidos oralmente e o mundo vegetal cheio de signos das práticas que as ligavam ao quintal, a horta, as plantas” (DEL PRIORE, 2004, p. 78). A autora atenta para o interesse médico sobre o corpo feminino visando o controle e o afastamento em relação ao ciclo do sagrado feminino e da natureza. De acordo com a autora, no Brasil Colonial, haviam crenças sobre as mulheres, o universo e a natureza feminina: “Era preciso ser filha, mulher e mãe para completar o ciclo natural” (DEL PRIORE, 2004, p. 87).

Del Priore (2015) examina a história do Brasil desde o século XVI, analisando a formação da família, marcada por pluralidade: “Nela prevaleceu como central o casamento, sob as influências do colonizador europeu, que fortaleceu o modelo de família: constituído por pai e mãe casados perante a Igreja, sacramentada pelo matrimonio” (p. 09). Todavia, no Brasil as famílias receberam a influência também da presença das indígenas, favorecendo a miscigenação e os concubinatos, em princípio, foram impactadas pela necessidade demográfica de povoação, resultando na restrição das mulheres ao âmbito doméstico. Para a autora, as mulheres foram afetadas quanto as mudanças nos modelos de família, pois tinham o papel de solidificar a estrutura familiar, com a educação dos filhos segundo o cristianismo. “A soma dessa tradição portuguesa com a colonização agrária e escravista resultou no chamado patriarcalismo brasileiro. Era ele que garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar” (DEL PRIORE, 2015, p. 10).

As famílias, segundo Del Priore (2015) se constituíram conforme o contexto histórico: “instalada geralmente em engenhos, plantações ou fazendas grandes famílias se

concentraram na área rural até o século XVIII. A família patriarcal foi assim resumida: pai sortudo, mulher submissa e filhos aterrados" (p. 10). A autora aponta que a família patriarcal brasileira tinha a particularidade de não se restringir a sua configuração nuclear, pois incorporava também outros membros: "pai, mãe, filhos, os parentes, os filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados e amigos com quem se nutria uma relação de compadrio, além de agregados e escravos" (IDEM). Uma família composta por dependência e solidariedade. Embora esse modelo prevalecesse, existam outros formatos: "pequenas, de solteiros, e viúvos; de mães e filhos que viviam sem companheiros nem pais; de escravos" (IDEM). A autora reforça que as mulheres sofriam as desigualdades, imposições, desproteção, pois apenas as mulheres casadas eram respeitadas, o matrimonio não era opção, era um acordo. Para as mulheres de outras classes sociais, o perfil mudava: as "uniões à moda da terra" que originaram famílias de mestiços e mulatos, as uniões de brancos com índias, pois as uniões entre brancos e mulatos ou entre brancos e negros não ocorria na igreja. Nesses modelos, explica que as pessoas se escolhiam para convivência em família porque se gostavam.

Conforme Del Priore (2015), a constituição das famílias no período colonial também refletiu o contexto: haviam mulheres sozinhas vivendo nas cidades, semelhante ao atual modelo monoparental sob a chefia feminina: formada por mãe, filhos e avos e alguns escravos e escravas, ou parentes ou compadres e comadres agregados.

> Tais arranjos familiares permitiam as matriarcas elaborar agendas extremamente positivas para os seus: casavam filhos e filhas interferindo na escolha do cônjuge, controlavam o dinheiro com que cada membro colaborava no domicilio; punham em funcionamento rede de solidariedade; agiam sós ou em grupo quando deparavam com interesses contrariados (DEL PRIORE, 2015, p. 12).

Del Priore (2015) destaca que as mulheres pobres, nesse período, formavam as redes de solidariedade e cuidados com os filhos. Para a autora, a partir do século XIX, o Império acarretou transformações para as famílias: a vinda da família real portuguesa, o processo de independência, o crescimento da economia cafeeira e a ampliação de cidades. Da Europa, veio a ideia de privacidade para as famílias, com a noção de vida comum para as famílias. A autora afirma que a Igreja e o Estado pregavam valores para o papel feminino, na qual caberia às mulheres liderar a casa e a família, a rotina doméstica, elas não acessavam a educação formal, eram incentivadas ao oratório, a costura, sem acesso a educação, piedosas, prisioneiras da casa. A Igreja e o Estado questionavam a vinculação do amor do casal a sexualidade e a procriação.

> O Estado acreditava que do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional danação. A Igreja católica continuava a reafirmar o ideal de família crista: evitar os filhos era considerado desobediência e, portanto, pecado (DEL PRIORE, 2015, p. 14).

Em relação ao sentimento de amor, esse era considerado uma doença, no qual as mulheres adúlteras podiam ser castigadas. O amor refletia os costumes do período, no qual, "o amor feminino deveria ser respeitoso e recatado; e o masculino certo tipo de ternura inspirada pela fragilidade do sexo feminino" (DEL PRIORE, 2015, p. 18).

Segundo Del Priore (2015), a família patriarcal tinha a figura do pai como rei em casa, representando o poder do Estado e da Igreja. As mulheres eram tratadas como submissas com a função de procriação e educação dos filhos. A Igreja disseminava o modelo de família que reforçava o papel feminino associado das esposas perfeitas, enquanto concubinas eram consideradas imorais e meretrizes. "A mulher devia ao marido fidelidade, paciência e obediência. Os maridos deviam as mulheres e aos filhos assistência alimentar e respeito" (DEL PRIORE, 2015, p. 18). O padrão de imposição de valores às mulheres incutia a submissão e subserviência ao casamento e a família. Nesse período, eram comuns os casamentos endogâmicos que garantiam às famílias senhoriais status, influência, patrimônio e poder. Também predominava dois padrões de sexualidade: "o amor casto e respeitoso das esposas e o amor voluptuoso fora do casamento, com a outra" (DEL PRIORE, 2015, p. 20). O duplo padrão de moralidade regulava a sexualidade e a relação entre os sexos. A autora comenta sobre a influência da Igreja católica nos casamentos e nas famílias: os casais seguiam o calendário religioso para "fazer amor", a Igreja ditava regras quanto ao sexo, este devia ter apenas a função da procriação e não de prazer.

> O casamento era indício de respeitabilidade, ascensão social e segurança. Na sociedade tradicional a mulher não possuía estatuto fora do casamento ele era a única instituição que lhe permitia se realizar como ser social. Tornar-se santa esposa e mãe como queria a Igreja (DEL PRIORE, 2015, p. 19).

Del Priore (2015) explica que no período colonial ocorria a desqualificação feminina, objetificação sexual das mulheres índias, mulatas africanas latinas e cablocas. O casamento com uma mulher mulata livre poderia melhorar a condição social dos filhos, através de um branqueamento dos mesmos, esse era um aspecto de ascensão durante a escravidão: "Homens negros escolhiam mulatas para se casar e mulatos escolhiam as brancas" (p. 23). O casamento constituía um acordo entre famílias, uma estratégia de aliança, um mecanismo para fortuna, um instrumento de aparências. A Igreja católica disseminava padrões visando o matrimonio, todavia, os investimentos no casamento não impediam as relações extraconjugais, o adultério reagia as doutrinas morais tradicionais.

> Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o resto do tempo era com a outra. A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de fidelidade masculina era vista como um mal inevitável que se havia de suportar. Sobre a honra

> e a fidelidade da esposa repousava a perenidade do casal. Ela era responsável pela felicidade dos cônjuges (DEL PRIORE, 2015, p. 29).

Conforme Del Priore (2015) a vida familiar das mulheres ricas era distinta das mulheres pobres, as primeiras tinham projeções para o casamento e os filhos, sofriam a influência do pai e do marido, assumiam o papel tradicional. As mulheres pobres mestiças negras e brancas não tinham proteção e ficavam vulneráveis a exploração.

> O Código de 1890 previa a anulação do casamento se o homem constasse que a mulher já não era mais virgem. As relações sexuais eram consideradas um direito conjugal e por isso o marido poderia usar de violência para realizá-las. A esposa não poderia se queixar de estupro, só de sadomia crime que equivalia ao de atentado violento ao pudor. Afinal as porcarias tinham de ser buscadas fora de casa (DEL PRIORE, 2015, p. 34).

Em relação às mulheres, Del Priore (2015) sintetiza que foram construídos dois padrões para as mulheres: "a respeitável, feita para o casamento que não se amava, forçosamente, mas em quem se faziam filhos; e a prostituta com quem tudo era permitido e de dividia as alegrias eróticas vedadas, por educação, as esposas" (p. 38). As proibições para as mulheres eram disseminadas e reproduzidas com a transmissão de valores:

> O sistema se autoalimentava: a mãe instruía a filha nesse espírito e depois a entregava a um homem. Para a jovem, uma boa união de interesses era a apoteose da boa educação e a entrada no mundo adulto. Discrição, delicadeza, amabilidade – tais princípios ditavam a vida da mulher na sociedade (DEL PRIORE, 2015, p. 38).

Del Priore (2015) comenta sobre as mudanças no início do século XX: o amor romântico, regulamentação dos casamentos, o matrimônio para manutenção da ordem social, a reprodução e o controle sobre as mulheres, a repressão da sexualidade feminina, a preocupação do estado e da medicina com a constituição de famílias. Observa que:

> Tempo de desejos contidos, de desejos frustrados, o século XIX se abriu com um suspiro romântico e se fechou com o higienismo frio de confessores e médicos. Século hipócrita que reprimiu o sexo mas foi por ele obcecado. Vigiava a nudez, mas espiava pelos buracos da fechadura. Impunha regras aos casais mas liberava bordeis (DEL PRIORE, 2015, p. 37).

Já no século XXI, Del Priore (2015) contextualiza que, a partir dos anos 1970 no Brasil, as mulheres intensificaram as reivindicações femininas e ocuparam os espaços na vida pública, todavia, ainda persiste a diferença e a hierarquia entre homens e mulheres. Para a autora, coexistem no século XXI rompimentos e continuidades para as mulheres:

> "As rupturas empurram-nas para a frente e as ajudam a expandir todas as possibilidades a se fortalecer e conquistar. As permanências por outro lado apontam fragilidades. Criadas em um mundo patriarcal e machista não conseguem se enxergar fora do foco masculino. Vivem pelo olhar do homem, do outro. Independentes querem uma única coisa: encontrar um príncipe encantado. Tem

> filhos, mas se sentem culpadas por deixá-los em casa. Em casa, querem sair para trabalhar. São várias mulheres em uma. Buscar o próprio rosto entre tantos outros é o desafio. Mas o maior desafio mesmo é mostrar que elas podem ter um rosto só" (DEL PRIORE, 2015, p. 07).

Nessa década, ocorreram transformações na vida privada, os impactos nas famílias decorreram do surgimento da pílula anticoncepcional, as discussões sobre o aborto, a efervescência do feminismo e os movimentos sociais, as reivindicações sobre a sexualidade, a ressignificação do sentimento de amor e as novas formas de relacionamento afetivo. O movimento de emancipação de corpos e de espíritos emerge no final do século XIX, quando as ideias do casamento por amor e da sexualidade foram articulados à felicidade conjugal. Ao observar o contexto da década de 1980, Del Priore (2015) comenta que o número de casamentos diminuiu e o de divórcio aumentou, isso decorre das mudanças que afetaram a emancipação das mulheres em relação aos seus direitos, transformaram as relações dentro da família. Além disso, observa mudança no perfil das relações com relacionamentos conjugais pessoas vivendo sozinhas. Para a autora, atualmente, existe uma busca pela felicidade própria que impulsiona os cuidados entre os cônjuges e a família: "hoje é assim: eu, depois o tu e bem mais longe, eles" (p.13). A modernidade sugere um limite ao casamento e a família em relação a sua função histórica de garantir a sobrevivência, nesse cenário, as mulheres rompem com os valores tradicionais.

De acordo com Del Priore (2015) o amor romântico, como objeto, a base amor-paixão dos amantes e amados, surgiu no processo de industrialização e de urbanização na Europa do século XVIII, enquanto base do casamento representou um marco na mudança das mentalidades, transformando também o formato dos sentimentos amorosos. A autora resume um percurso de transformações sobre o amor: ocorreu uma passagem progressiva do amor como uma representação ideal e inatingível para uma tentativa de associar espirito e matéria, posteriormente, para a separação entre paixão e amizade, em seguida para vinculação do amor e morte; na atualidade com as revoluções contemporâneas relacionando distanciamento entre sexo e amor. "Se a revolução sexual foi considerada uma libertação diante das normas de uma sociedade puritana e conformista – a burguesa e vitoriana – atualmente, promove uma sexualidade mecânica, reduzida a busca do gozo" (DEL PRIORE, 2015, p. 15).

Ao observar as últimas décadas, Del Priore (2015) indica que o amor e o prazer foram apresentados com uma carga de obrigatoriedade, quase uma imposição do orgasmo. "Passou-se do afrodisíaco a base de plantas para o sexo com receita médica, graças aos famosos remédios para disfunção erétil. Passou-se da dominação patriarcal a liberação da

mulher" (p. 319). Seguindo a perspectiva do amor romântico, o amor foi associado a liberdade, ao desejo, essa mudança foi percebida no Brasil vinculada a modernização e a urbanização do pais. Para a autora, o ser humano reivindica o poder de escolher e acessar o amor, a segurança, a fidelidade absoluta, a monogamia e a liberdade. A autora analisa a crise enfrentada atualmente pelos jovens sobre a liberdade sexual, diante da fragilidade das relações afetivas e do ideal de amor permanente e profundo.

> Em uma sociedade do consumo o amor esta supervalorizado. E o sexo tornou-se nova teologia. Só se fala nisso e se fala mal com vulgaridade. Sabemos depois de tudo que o amor não é ideal, que ele traz consigo a dependência a refeição a servidão o sacrifício e a transfiguração (DEL PRIORE, 2015, p. 321).

Esses aspectos envolvendo mulheres e famílias ao longo da história do Brasil indicam transformações micro e macrossociais, as mudanças afetam o espaço privado e a dimensão da subjetividade feminina. Observa-se que as modificações se enlaçam também à educação, pois são demandas que surgem para a participação feminina no âmbito do trabalho e a adequação, das mulheres quanto à vida doméstica e profissional. Os acontecimentos históricos, sociais e culturais evocados são indissociáveis da constituição das famílias, possuem características no âmbito privado, doméstico, familiar. Identificamos que as mulheres foram afetadas quanto às exigências de adequações as normas sociais. Questionamos sobre as estratégicas de resistências das mulheres diante das formas de opressão e exploração que se evidenciam, no cenário de discursos e relações de poder. Observamos no próximo item as transformações que envolvem os modelos de famílias.

3.2 Transformações nos modelos de famílias

A reconfiguração nos modelos plurais das famílias e as relações de poder afetam a educação das mulheres. As mudanças afetam as famílias porque esta é uma instituição social de organização primária da sociedade e responsável pela transmissão e valores. Não existe um único modelo de família, mas configurações familiares, pois família é relação: rede, teia, laços, vínculos, arranjos, apoio, sem padrão ou formato definido e acabado. As mudanças nas famílias ocorrem no comportamento dos sujeitos nas dinâmicas familiares, na representação simbólica sobre o papel das mulheres, na projeção e assimilação das transformações pelas novas gerações diante de novas configurações familiares. Entre o surgimento da família como instituição e a forma de constituição das famílias na contemporaneidade, decorrem muitas transformações, como observamos a seguir.

A história das mulheres nas famílias, na realidade brasileira, é marcada pela relação das mulheres com o cuidado familiar. Observamos, que na formação da sociedade brasileira, a vida conjugal se constituiu com formas de organização familiar baseada em dois modelos: a família patriarcal, tradicional e extensa; e a família burguesa, moderna. O casamento oficial tinha uma função social para as famílias ricas, cujo objetivo era manter o status e a herança, enquanto nas famílias pobres, as mulheres raramente casavam. Esses modelos reorganizaram a vida doméstica e as atividades femininas. No século XX, predominou o modelo dominante de família configurado à imagem do casal e seus filhos vivendo sob o mesmo teto. Na divisão sexual do trabalho, houve uma assimetria, na qual o homem foi reconhecido como provedor e a mulher como responsável pela casa e o cuidado dos filhos. O modelo de família resultou das mudanças sociais dos séculos XVIII e XIX: além da função econômica, se constituiu um lugar de expressão de sentimentos entre o casal e os filhos. Os processos de modernização, industrialização e urbanização influenciara a família com uma ênfase na maternidade, associando a função das mulheres como mãe. A partir da década de 1980, as famílias brasileiras foram afetadas pela crise econômica mundial, diminuindo o tamanho aumentando a diversificação nos arranjos familiares.

Diante da contextualização de abordagens teóricas, observamos nos últimos trinta anos transformações nas famílias brasileiras decorrentes de mudanças, articuladas, em vários âmbitos da sociedade: direitos, trabalho, cultura, educação, economia. Ana Scott (2017) apresenta configurações e dinâmicas das famílias nesse contexto, afirmando que o tema desafia a as relações humanas em geral, polemiza as tentativas de retrocesso na atualidade com propostas conservadoras e seus impactos sobre os avanços conquistados. A autora situa que nos anos 1980, o casamento era compreendido como uma “fundação” entre homens e mulheres, consistia no modelo tradicional “[...] baseado no ideal de um casamento heterossexual, monogâmico e indissolúvel” (p.91), cujo objetivo era garantir a reprodução dos indivíduos e das famílias, os papéis eram naturalmente definidos como os pais provedores e as mães donas de casa.

De acordo com Scott (2017), ocorreram mudanças que impactaram a composição das famílias: aumento da participação das mulheres como responsáveis nos domicílios, aumento da expectativa de idade da população, redução na taxa de fecundidade, diminuição da quantidade de filhos, adiamento da maternidade e do casamento, crescimento das famílias que decidem não ter filhos. Por outro lado, também se configurou: crescimento do número de casamentos, de recasamentos ou uniões sucessivas, de divórcios, diminuição do número de casamentos no civil e no religioso, aumentando do número de uniões consensuais, de

casamentos coletivos. Segundo a autora, as transformações estão relacionadas aos papéis das mulheres na sociedade: trabalho, educação, cultura, domicílios. Na educação, aumentou o nível de escolaridade e da participação das mulheres nas escolas e universidades. No mercado de trabalho: aumentou a participação feminina nos postos e nos cargos de liderança, ampliou a renda familiar e o nível de consumo e de vida das famílias, continua a desigualdade de gênero quanto às disparidades nos salários entre homens e mulheres, cresceu o número mulheres como pessoas de referência das famílias.

Quanto às mudanças nos papéis das mulheres, Scott (2017) comenta que houve separação das mulheres reconhecidas pelas funções conservadoras de donas de casa, rainha do lar, mãe integral, ocorreu a distinção da sexualidade feminina quanto à procriação e ao sexo por prazer, o reconhecimento do uso de métodos contraceptivos, a visibilidade quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, a decisão sobre a maternidade e a quantidade de filhos. Conforme a autora, o grande triunfo é a liberdade de escolha das relações e parceiros (as), com base nos sentimentos, no amor, nas afinidades, no afeto. Destarte, ocorre disparidade quanto aos novos papéis para mulheres, com a maior participação no mundo do trabalho, no sustento e provisão de casa e nas responsabilidades domésticas, implicando aumento na jornada de trabalho. Para a autora, a variável cultural contribui para este cenário, pois relega às mulheres um papel secundário na hierarquia interna da família, indicando que a equidade de gênero no Brasil é uma revolução inacabada. A autora destaca que as principais transformações nas famílias afetam as mulheres, pois “elas têm que lidar com o desejo de ter uma vida profissional plena, com a pressão do relógio biológico para ter filhos e o desafio de equacionar o tempo disponível a ser dividido entre trabalho e prole.” (SCOTT, 2017, p. 99).

Outro fator a ser considerado no contexto de transformações familiares, de acordo com Scott (2017), tem relação com o crescimento das uniões homoafetivas, da homoparentalidade, do poliamorismo, das famílias simultâneas, de uniões poliafetivas. Também se identifica elementos nos laços de parentesco e de afetividade, pois houve queda no número de consanguíneos, repercutindo na possibilidade de famílias sem parentes de sangue. Quanto às novas formas de famílias, a composição varia do tipo família pé de feijão, “compridas, finas”, verticalizadas, com geração ascendente, aumento da avosidade, e paralelamente, com redução horizontal, colateral, de lateralidade dos parentes. Também ocorre uma ênfase na construção de vínculos e afetos nas famílias, como presentes nas famílias eudemonistas, que se constituem pela afetividade na busca da felicidade.

Sobre os aspectos legais e instrumentos jurídicos, Scott (2017) situa as transformações nas normas constitucionais, a partir da Constituição Federal de 1988,

demarcando a configuração das famílias como entidades familiares e a igualdade entre homens e mulheres. A autora cita o Código Civil de 2002, que reforça a igualdade jurídica de filhos, revela o reconhecimento da pluralidade das famílias e dos arranjos familiares, decorrentes de casamentos e uniões estáveis. Outros avanços vieram com o reconhecimento das uniões homoafetivas, a partir de 2011 com a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a união estável para casais do mesmo sexo; posteriormente, em 2013, com a decisão do Conselho Nacional de Justiça sobre a celebração do casamento civil.

Em relação ao Estatuto da família, Scott (2017) aponta que existem dois projetos em pauta na atualidade: um na Câmara Federal, (PL 6583/2013) sobre a definição de família, como união entre homens e mulheres; outro, no Senado Federal, (PL 470/2013) que reconhece família como união entre duas pessoas. A autora destaca que se presencia na atualidade o avanço de uma onda conservadora organizada quanto aos valores tradicionais, defendidas pela bancada evangélica na política, aprovando medidas no Congresso Nacional que refletem em posturas e retrocessos. Scott (2017) comenta sobre os novos tipos de famílias, decorrentes das uniões conjugais e familiares. As mudanças geracionais permitem identificar três conceitos: o primeiro é a geração canguru, formada por jovens (25 a 34 anos) que residem com os pais; a segunda é a geração nem-nem, composta por jovens (15-29 anos) que nem estudam e nem trabalham; a terceira é a geração sanduíche, constituída por adultos (meia-idade) que sustentam os filhos e os pais.

Scott (2012) afirma que no patriarcalismo, prevalecia o domínio masculino, no qual “a mulher deveria obedecer ao pai e marido, passando da autoridade de um para outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel” (p. 16). De acordo com a autora ocorreram transformações no Brasil ao fim do século XIX, que impactaram os modelos de famílias, dentre as quais: “a abolição oficial da escravidão, o advento da república, a grande imigração e a decolada do processo de urbanização e industrialização” (IDEM). Segundo a autora, o modelo de família conjugal moderna burguesa se caracteriza por amor romântico, casamento reconhecido pelo estado e pela igreja, separação entre amor e sexo, intimidade enaltecida e vida familiar como lar. Com as mudanças, o novo modelo de família exigia uma nova representação de mulher: “uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e educação dos filhos” (SCOTT, 2012, p. 17). Em relação às famílias pobres, o papel das mulheres/mães consistia em formar os trabalhadores, conscientes das responsabilidades em relação ao trabalho pro sistema capitalista.

Conforme Scott (2012) os fatores que contribuíram para o novo modelo de família, constituíram os ideais das classes dominantes sobre a mão de obra disponível,

contribuindo para moldar o comportamento das famílias, os vínculos e convívio entre homens e mulheres. Ressalta que somente em 1943 “a legislação brasileira concedeu permissão para a mulher casada trabalhar fora de casa sem autorização expressa do marido” (p. 23), em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, houve o reconhecimento da mulher como “companheira consorte colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta” (IDEM). Para a autora, as transformações ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970 possibilitaram as mulheres questionar os valores:

> [...] o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a luta das mulheres por crescimento e reconhecimento profissional; o maior acesso à educação formal, a conquista feminina do poder de decidir se e quando ser mãe, a instituição do divórcio (1977); e a possibilidade de estabelecer outros relacionamentos afetivos socialmente reconhecidos. (p. 24).

Com base em Scott (2012), observamos que a partir da década de 1980 ocorrem mudanças nos papeis da mulher nas famílias e sociedade, em relação a participação no mercado de trabalho. Atualmente, as famílias lidam com a possibilidade de uma relação igualitária entre parceiros, permitindo maior poder para as mulheres, devido a ruptura da condição de dependência e subordinação feminina.

> De uma família constituída em fortes bases hierárquicas passamos para uma família mais democrática, tanto no que diz respeito a relação entre homens e mulheres como também no que diz respeito ao relacionamento entre pais e filhos, especialmente a valorização das filhas (SCOTT, 2012, p. 25).

A autora também apresenta fatores fundamentais para as mudanças sobre a relação entre mulheres e famílias quanto à diminuição do tamanho das famílias: a queda da natalidade e queda da mortalidade infantil. “As brasileiras estão tendo menos filhos e as chances de sobrevivência dessas crianças esta maior por conta do menor risco de morte no primeiro ano de vida” (SCOTT, 2012, p. 27). Sobre a mudança de poder decisório das mulheres sobre seu próprio corpo, evidencia-se alterações quanto ao casamento legalizado e o declínio das uniões realizadas no religioso. A autora pondera que homens e mulheres estão escolhendo se relacionar como casal através de uniões informais e sem vínculo legal, com menos tempo e mais divórcios. Compreendemos que essas transformações na família sugerem projetos individuais para as mulheres, pois suas funções buscam, atualmente, uma conciliação: estudo, trabalho, casamento, maternidade.

Scott (2012) afirma que há emergentes possibilidades de relacionamentos, além dos modelos de casamento heterossexual monogâmico e inseparável, como exemplo as uniões estáveis e as uniões homoafetivas, que transformaram a configuração familiar nos domicílios.

A autora demarca que simbolicamente isso foi percebido quando “pela primeira vez a distribuição percentual dos arranjos domiciliares apontou que os casais com filhos deixaram de ser maioria. A autora aponta um novo arranjo familiar: “são as famílias de dois, os chamados casais DINK (do inglês double income, no kids – ou DINC, em português – duplo ingresso, nenhuma criança): casais em que ambos os cônjuges tem rendimentos e que optaram por não ter filhos” (SCOTT, 2012, p. 30). Sob essa nova perspectiva, a autora comenta que a tendência corresponde aos casais investirem na realização de objetivos e aspirações pessoais que não envolvem ou adiam a experiência com os filhos, a grande inovação é a escolha de não ter filhos. Confirma que “atualmente um número cada vez maior de pessoas começa a conceber uma ideia de felicidade conjugal desvinculada da existência da prole” (SCOTT, 2012, p. 31).

Sobre as uniões estáveis e casamentos, Scott (2012) pontua que existe uma diversidade dos relacionamentos atualmente, há uma demanda por formalização de relações consensuais, uniões homoafetivas, casamentos coletivos, em convívio com a família monogâmica e heterossexual, que continua sendo o modelo aceito pela igreja católica. Nesse contexto, ganha destaque o conceito de parentalidade que corresponde aos pais são igualmente responsáveis pela criação das crianças. A autora evidencia a multiplicidade de arranjos familiares, reconhecidos socialmente que possibilitam a expressão de uma convivência diversa nos lares e domicílios. Considera-se que existem complexidades:

> As possibilidades de novos relacionamentos (hetero e homossexuais) ou casamentos sucessivos – as novas uniões que se fazem depois de desfeito um relacionamento anterior (consensual ou de casamento civil terminado em divórcio) – gerando a necessidade de se compreender a vida em família sob outros moldes, novos arranjos que incluem famílias monoparentais formadas por adultos (pai ou mãe) que vive com os filhos: famílias recompostas ou reconstruídas que comportam pelo menos um membro de um casal que e separado/divorciado com seus filhos unido a outra pessoa que tem filhos frutos de um relacionamento anterior (SCOTT, 2012,p. 32).

Scott (2012) comenta sobre a relação entre pais e filhos e a permanência desses na residência dos genitores: antes considerava-se “a síndrome do ninho vazio” (um período de depressão por conta do sentimento de solidão), esse quadro ocorria com pais e mães quando os filhos adultos saíam de casa; atualmente considera-se “a síndrome de ninho permanentemente cheio”, na qual os pais mantem os filhos em idade adulta em casa, por eles não terem independência financeira da família, ou comodismo. Nas famílias, “os jovens têm casa, comida e roupa lavada assim como liberdade de trazer os namorados (as) para dormir em casa dos pais” (SCOTT, 2012, p. 33). A autora ressalta as mudanças ocorridas em relação a coexistência das gerações familiares:

> a geração dos tradicionais: nascidos até 1945 que vivenciaram as guerras e crises da primeira metade do século XX; a geração baby boomers (1946-1964) filhos do pós-segunda guerra, que não conviveram diretamente com as agruras decorrentes da guerra; a geração X (1965 a 1977) que vivenciou o desenvolvimento das novas tecnologias e enfrentou a crise econômica dos anos 1980; a geração Y (ou geração do milênio) (dos nascidos a partir de 1978) que veio ao mundo numa época em que a infância é muito valorizada idealmente as crianças devem ser o centro da atenção dos pais. As crianças e jovens da geração Y nasceram no contexto de ruptura e transformação da família conjugal moderna, são filhos de mulheres dedicadas a carreira profissional e interesses para além da vida familiar (SCOTT, 2012, p. 34).

Scott (2012) elenca motivos para justificar os comportamentos sobre a quantidade de filhos nas famílias, nas quais as mulheres mais escolarizadas acessam: informação, recursos econômicos, meios contraceptivos, tem interesse em investir na sua carreira profissional e perspectivas de futuro relacionadas ao planejamento familiar, a decisão sobre a gravidez e a quantidade de filhos. Ressalta que o nível de escolaridade afeta a idade em que as mulheres têm filhos, quanto maior a instrução, mais tardia é a maternidade. “A escolaridade influencia a idade média da maternidade e a quantidade de filhos, também afeta a incidência da gravides na adolescência: as que têm mais escolaridade correm menos risco de engravidar nessa fase da vida” (p. 34). A autora reforça que apesar das mulheres serem mais escolarizadas o seu rendimento continua menor em relação aos homens, mesmo com os avanços nos direitos, existe assimetria entre homens e mulheres no mundo do trabalho, as mulheres, “estudam mais, ganham menos e trabalham mais!” (SCOTT, 2012, p. 35).

Scott (2012) infere que na atualidade as mulheres são afetadas por desigualdades em seu cotidiano, no que se referem às escolhas individuais as mulheres lidam com o dilema: carreira versus maternidade, além da decisão de ter ou adiar a chegada dos filhos, de conciliar trabalho, cuidados dos filhos e a utilização das tecnologias e intervenções de concepção, como outras possibilidades para as mulheres, tais como: fertilização in vitro, congelamento dos óvulos, ovodoação, barriga de aluguel, produção independente (p 38). Para a autora, a formação das famílias prevalece como o maior desejo das pessoas, todavia, a compreensão de famílias mudou, surgiram os novos arranjos familiares com maior flexibilidade e diversidade nas configurações, “um verdadeiro celescópio familiar” (IDEM).

Em relação a esse contexto das famílias brasileiras, Elza Berquó (1998) aponta que demográfica e estatisticamente a estrutura das famílias na sociedade vem sofrendo mudanças e permanências nas últimas décadas. Nesse cenário, prevalece o modelo nuclear da família: casal com ou sem filhos; todavia houve redução no tamanho das famílias, com o aumento do número de uniões conjugais sem vínculos legais, também cresceu o número de arranjos monoparentais, caracterizados pela presença do pai com filhos ou da mãe com filhos.

Para a autora, as principais mudanças ocorreram no formato nuclear, decorrentes da alteração de papeis das mulheres diante dos novos padrões de relacionamento entre a família.

Berquó (1998) observa que houve mudança no matrimonio, com aumento no número de separações e divórcios, manutenção da média das idades no casamento, e o crescimento das uniões estáveis não legalizadas. A autora aponta a progressividade e aumento da escolaridade entre as mulheres e do aumento de sua participação no mercado de trabalho como indicadores do adiamento em relação ao casamento. “O fato de os homens se casarem com mulheres mais jovens é uma constante praticamente universal e segundo parte significativa das interpretações deve-se as relações de poder entre os sexos” (BERQUÓ, 1998, p. 417). A autora explica que houve declínio do número dos casamentos civis e religiosos, embora ainda constitua um dado considerável, a mudança decorre do formato de uniões estáveis, ou de uniões legalizadas apenas no civil. Também cresceram os números de divórcios indicando que “A transitoriedade que caracteriza essa fase da vida aliada a percepção da instabilidade do vínculo conjugal de seus familiares e amigos pode levar os jovens a buscar formas de união mais coerentes com seu estilo de vida” (BERQUÓ, 1998, p. 421).

Berquó (1988) explica que as migrações internas contribuem para as novas configurações familiares, pois as pessoas que moram sozinhas deslocam-se no território nacional formando novos domicílios nos diversos lugares de destino, indicando aumento do número de domicílios e direcionando novos estilos de vida, que envolvem convivência e coabitação entre os jovens, fora da casa dos pais, ou arranjos de adultos aparentados convivendo ou morando juntos, dividindo as responsabilidades domiciliares. A autora indica que o declínio da taxa de fecundidade contribui para a queda do tamanho médio dos arranjos domésticos. Analisa que os modelos prevalecentes são: casal com filhos, casal sem filhos, família monoparental. O modelo evidente na atualidade é composto por duas pessoas como um casal sem filhos, ou com um dos cônjuges com um filho, esse tipo de família se apresenta com pessoas mais jovens casadas ou separadas. Sobre as famílias monoparentais, o perfil corresponde: as famílias nucleares, só a mãe ou só o pai na companha dos filhos; tem maior frequência de coabitação de outros parentes; a unidade familiar coexiste com outras no mesmo domicilio; a chefia feminina de mulheres jovens; cresceu a quantidade de mães solteiras. A autora atenta que as mulheres separadas com filhos são mães mais velhas, implicando o caminho percorrido por essas mulheres em relação a casar, ter filhos, separar ou enviuvar. Outro perfil das famílias monoparentais é composto por mulheres maduras ou idosas, solteiras, separadas ou viúvas, que não tiveram filhos ou cujos filhos faleceram ou deixaram o domicílio.

Berquó (1988) ressalta o fenômeno de que mães solteiras separadas ou viúvas estão nas classes empobrecidas, essas mulheres sofrem dificuldades para acessar o mercado de trabalho. Outro fator que incidente corresponde as uniões conjugais desfeitas ou interrompidas. Outro perfil apresentado pela autora corresponde: aumento das pessoas morando sozinhas nos domicílios; homens idosos morando na casa dos filhos, demandando cuidados domésticos; ao contrário, as mulheres idosas, viúvas ou separadas com renda, escolhem morar sozinhas para desfrutar das oportunidades que nunca tiveram, devido a necessidade de cuidados com as famílias. "As mulheres enfrentam maior diversidade de situações decorrentes da assimetria no cenário matrimonial em relação aos homens" (BERQUÓ, 1998, p. 435).

A partir desses aspectos consideramos que as famílias contemporâneas brasileiras se movimentam reinventando e atualizando suas funções, nas quais as demandas para as mulheres sobressaem em relação as necessidades para os homens. Esse equilíbrio quanto aos papeis e exigências requisitam das mulheres resistência e resiliência. Nessas novas dinâmicas, todos e todas são afetadas, mas os maiores impactos recaem sobre as mulheres. Evidenciamos isso no tópico a seguir.

3.3 Complexidade das famílias contemporâneas no Brasil

O estudo das famílias na contemporaneidade sugere reflexões: Quais as mudanças na constituição dos atuais modelos de famílias? Quais as transformações contemporâneas estão impactando as famílias? As mulheres das famílias são impactadas diante das novas configurações familiares? Com base nessas premissas acreditamos que existem famílias, com diversidades e dinamicidade nos domicílios; compreendemos que essas famílias se configuram em relações, com solidariedade, hierarquias, desigualdades. Evidenciamos que as famílias são permeáveis aos âmbitos público e privado, tornam-se objeto de interesse das políticas públicas. Entendemos que uma perspectiva relacional considera as relações objetivas e subjetivas da realidade social. Situamos que o sistema de opressão conecta: gênero, raça, classe, geração, como lugar de dominação. Ressaltamos que existe uma relação de desigualdade e hierarquias que resultam em limites às mulheres. Precisamos identificar a inteccionalidade nos discursos em diversos setores, desnaturalizando, desconstruindo e desmitificando essa opressão.

Os novos arranjos familiares são marcados por mudanças quanto a chefia de domicílios por mulheres, nesse contexto se evidenciam modelos afetados pela participação

feminina no mundo do trabalho. As mulheres se constituem pessoas de referência das famílias porque elas lidam com a responsabilidade e cuidado familiar, sendo que as famílias pobres sofrem o maior impacto das desigualdades, elas investem na interação e dedicação dos vínculos, na organização e manutenção da casa, enquanto os homens investem no status público e na vida social. Existe uma vulnerabilidade dos domicílios com chefia feminina, que reforça estereótipos, preconceitos, estigmas das famílias. A subjetividade das mulheres sofre influências: reestruturação das relações de trabalho, direitos de cidadania, formas de consumo e constituição das ideologias; esses fatores impactam as estruturas, os valores, a convivência entre as pessoas. Nesse contexto, critérios como as hierarquias de classe, raça/etnia e geração influenciam os ciclos de vida e os papéis sociais nas famílias.

De acordo com Itaboraí (2016) o crescimento do trabalho feminino é um aspecto relevante sobre as mudanças na condição das mulheres no Brasil, impulsionado pela crescente escolarização das mulheres e pela transformação de suas identidades pessoais e suas experiências familiares. Para a autora, os motivos do crescimento do trabalho feminino são associados às causalidades macroeconômicas, as oportunidades da participação feminina no mercado de trabalho, os critérios dinamizam-se com as condições socioeconômicas das mulheres. Segundo a autora, para avançar na equidade de gênero, no equilíbrio público-privado na esfera do trabalho, são necessárias medidas para enfrentar a segregação ocupacional, para reduzir as disparidades salariais. Conforme a autora, a igualdade de gênero reflete desafios sobre as responsabilidades e conciliação da vida profissional e familiar para as mulheres. A autora aponta uma relação de acúmulo entre as desigualdades que afetam as mulheres no mundo do trabalho e no trabalho doméstico, expressa no espaço público, com participação e predomínio masculino e prevalência das mulheres nas atividades privadas, domésticas e de cuidado.

Itaboraí (2016) comenta que o cuidado como dimensão privada constitui um questionamento feminista sobre a revolução de gênero, assim como os temas de comportamento reprodutivo e fecundidade. Considera que as medidas de “conciliação” entre vida profissional e familiar assumem uma perspectiva genérica das responsabilidades familiares, indicando a centralidade para as mulheres. Argumenta que a definição do cuidado como amplia as desigualdades de gênero e classe, devido às expectativas sociais de que as mulheres cuidam das famílias. Insiste que “é papel das políticas públicas buscar corrigir tais assincronias, favorecendo mudanças que se retroalimentem em direção a maior igualdade social e de gênero” (ITABORAÍ, 2016, p.229). Aposta que deve-se efetivar o slogan: “o

pessoal é político", promovendo uma revolução de gênero, que articule público e privado, ampliando as oportunidades e potencialidades para homens e mulheres.

Sobre o contexto atual na sociedade, de acordo com Oliveira (2009) as famílias são dinâmicas em sua constituição pois são afetadas pelas transformações, sociais, culturais. Para a autora, em cada período histórico as famílias são construídas e reconstruídas, todavia a sua função social permanece e corresponde a constituição dos indivíduos. A autora considera que as famílias acompanham as transformações societárias, devido a subjetividade e a capacidade de autonomia de seus participantes como sujeitos sociais. Situamos o período a partir da década de 1960 no Brasil como reflexo de transformações econômicas e sociais, tendo por consequência: a concentração da renda, a pauperização da população, o aumento da força de trabalho feminina. Dentre os aspectos que impactaram as famílias podemos destacar: casamento, união estável, a Constituição Federal de 1988; as Leis sobre União Estável (1994, 1996), o Novo Código Civil. Para a autora, a família modificou seu papel de unidade de reprodução com o aceleramento do capitalismo, pois este separou a esfera pública de produção da esfera privada da família. Assim, a família se constituiu a base de consumo no sistema capitalista, no qual, a configuração da família tradicional, caracteriza pela "presença da autoridade patriarcal e a divisão dos papéis familiares, acarretou mudanças nas relações entre homem, mulher, pais, filhos" (OLIVEIRA, 2009, p. 32).

Oliveira (2009) destaca outros elementos para pensar a configuração familiar, pontuando que "para o relacionamento conjugal, não basta amar, é preciso viver", essa máxima se expressa na conjugalidade por meio do "investimento nos cuidados mútuos, aprender a conviver" (p. 37). Para a autora, a união do casal implica assumir papéis formais e informais, tais como: "o de gerar recursos para a sobrevivência familiar, e executar as tarefas domésticas" (IDEM). Imbricada na configuração familiar encontra-se o casamento, como instituição social, compreendido como um arranjo social que permite ao indivíduo a reconstrução de sua identidade a partir do relacionamento com outra pessoa, um particularidade, diante de seu pertencimento social. Conforme a autora, o casamento na contemporaneidade, "é referência de proteção, em que pode se tornar possível obter o afeto e a convivência familiar e as possibilidades da individualidade" (OLIVEIRA, 2009, p. 38).

Oliveira (2009) comenta que antes do casal se constituir esposo e esposa, é preciso haver companheirismo, construindo relações permeadas por interação, respeito, diálogo, reciprocidade. A autora destaca que "a relação a dois não significa a perda de identidade, mas a busca do cultivo da individualidade e da unidade." (p. 40). Assim, o companheirismo é necessário, mas é insuficiente, é preciso também que o convívio, a socialização, o crescimento

individual e a complementaridade da vivência para superação dos desafios que emergirem ao casal. Dessa forma, destaca a autora, a constituição da identidade humana tem uma relação com a perspectiva de gênero, uma vez que na formação do indivíduo ocorre o desenvolvimento da subjetividade. Para autora, ocorreram avanços na interpretação dos gêneros, decorrentes das transformações socioculturais da sociedade moderna, todavia, isso não possibilitou a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Oliveira (2009) ressalta que mesmo com as conquistas prevalecem assimetrias, sendo que a relação entre os cônjuges, é caracterizada pelas relações de dominação e de poder nas famílias no cotidiano. Nesse âmbito, a autora comenta que na instituição família, o sentimento de amor também é uma construção, conforme cada sociedade e período histórico as relações afetivas são impactadas pelas construções sociais; dessa forma, sugere que "é preciso apostar em outras formas de relacionamentos, de viver o amor, o sentimento de vínculo e cuidado entre as pessoas" (p. 57). Segundo a autora, a união e a separação entre os casais constituem uma relação social, implicam outra instituição social, "a separação nos relacionamentos implica rupturas com sociabilidades, com afetividades, com expectativas" (IDEM).

Refletimos que os estudos sobre as famílias evidenciam a subjetividade humana e a constituição da individualidade. Diante desses elementos apresentados, compreendemos que a família é uma referência para constituição da identidade, pois permite a interação com o mundo. O modelo de família depende da organização resultante de processos sociais, econômicos, políticos, culturais. Dessa forma, em diferentes períodos históricos foram produzidas modalidades de família, cuja vivência depende das relações de poder, como veremos a seguir.

4 AS RELAÇÕES DE PODER SOBRE AS MULHERES NAS FAMÍLIAS

Sobre esse aspecto das relações de poder que afeta as mulheres nas famílias, Louro (1997) compreende que o conceito de gênero está associado à história e às lutas do movimento feminista contemporâneo e do movimento das mulheres. O Feminismo como um movimento social organizado, manifesto a partir do século XIX possibilitou às mulheres os direitos sociais e políticos. No século XX, as feministas apontaram preocupações sociais, políticas e teóricas, com militância nas ruas, protestos públicos, reivindicações através da comunicação e linguagens no mundo acadêmico, nas universidades e escolas. Para a autora, as feministas buscavam, com os estudos sobre gênero e mulher, dar visibilidade as mulheres como sujeitos sociais e objetos de pesquisa. As transformações nos estudos feministas no Brasil ocorreram ao final dos anos 1980 quando o termo gênero foi usado para referir-se à identidade dos sujeitos, à construção de papeis masculinos e femininos, distintos do conceito de sexo. Ao compreender que o gênero constitui a identidade do sujeito, considera que as instituições e práticas sociais constituem e são constituídas pelos gêneros e também produzem os sujeitos.

Louro (1997) analisa que Foucault buscou compreender que a sexualidade é constituída a partir de discursos sobre o sexo, que normatizam e impõem saberes e verdades. A autora afirma que os sujeitos podem exercer sua sexualidade e suas identidades sexuais, ao passo que também se reconhecem socialmente, constituem suas identidades de gênero: “As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis, portanto, passiveis de transformação” (LOURO, 1997, p. 27). Dessa forma, explica que é possível pensar as identidades de gênero dinâmicas, construídas, diversas:

> Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com histórias pessoais as identidades sexuais étnicas de raça de classe (LOURO, 1997, p. 28).

Conforme a autora, a construção do gênero é uma construção histórica mutável, as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações e as identidades estão continuamente se transformando.

Louro (1997) destaca que as contribuições de Foucault sobre o poder desorganizam as concepções convencionais, propõe a análise do exercício do poder nas relações, como uma rede e estratégia constituídas na sociedade, exercido pelos sujeitos. Para a autora, outra contribuição deste autor foi apontar que: "o poder não apenas nega, impede, coíbe, mas também faz, produz, incita; o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos" (LOURO, 1997, p. 40). A autora ressalta que os gêneros são produzidos em meio as relações de poder. Acrescenta que a perspectiva de Foucault induz a análise das relações de poder entre os gêneros: "a normalização da conduta dos meninos e meninas, a produção dos saberes sobre a sexualidade e os corpos, as táticas e as tecnologias que garantem o governo e autogoverno dos sujeitos" (LOURO, 1997, p. 42).

A partir dessas referências sobre as relações de poder, apresentamos a seguir como os discursos sobre o saber e os jogos de podem permeiam o imaginário e o simbólico na vida das mulheres, moldando o seu processo de subjetivação nas famílias.

4.1 Discursos sobre as mulheres nas famílias

Buscando identificar as origens e expressões das relações de poder que perpassam a vida das mulheres nas famílias, dialogamos com teóricas sobre o processo de subjetivação das mulheres e a incorporação dos discursos sobre as famílias.

Ângela Davis (2016) apresenta elementos indissociáveis para compreensão sobre as desigualdades que impactam as mulheres, relacionando e localizando as dimensões sociais, culturais e econômicas. A autora comenta sobre a realidade das mulheres negras americanas, cuja análise, guardadas as devidas especificidades, nos auxiliam a perceber as refrações no Brasil. Evidencia as origens e a base da opressão e exploração das mulheres negras, nos possibilitando questionar os discursos que atingem as mulheres negras, por sua condição de raça e classe. Isso nos permite observar que é preciso analisar as consequências das relações

de poder sobre a diversidade das mulheres, considerando totalidades, complexidades e contradições, que as envolvem: gênero, raça, classe, geração.

Com base em Davis (2016) questionamos sobre: quem somos? onde estamos? como vivemos? A autora cita exemplos de mulheres que foram líderes e protagonistas nas lutas femininas, inspirando a resistência de outras mulheres para a revolução. Reflete sobre a expressão: “Não sou eu uma mulher?” Esta questão nos posiciona sobre a sugestão feita por Beauvoir (2009) quando relata a necessidade de se autodeclarar mulher. Em ambas, questionar sobre: ser mulher ou afirmar ser mulher, nos inquieta sobre: por que esta necessidade? Essa identificação não é natural para as mulheres? Consideramos que a desigualdade não é natural, é uma construção situada historicamente sobre a definição dos sujeitos sociais, sobre a opressão que regulam a identidade feminina. Refletimos sobre o significado da emancipação feminina, pois se pautamos a liberdade como condição para todas as mulheres, considerando a diversidade, a complexidade e totalidade, perguntamos: precisamos ser livres de quê? Como identificamos as correntes físicas, ideológicas e simbólicas que aprisionam as mulheres?

Davis (2016) expõe os sistemas de opressão e exploração das mulheres negras, baseados no capitalismo, no racismo, no patriarcado, culminando com a expressão da escravidão da população negra e a opressão das mulheres. Refletimos sobre as formas de resistências possíveis neste cenário, lembrando de Foucault (1988) no que se refere às relações de poder, os discursos que sustentam as desigualdades, as resistências e transformações possíveis de emergirem nesse contexto contraditório. Outro aspecto que se revela no diálogo com essa autora é o questionamento sobre a origem da opressão e exploração das mulheres, as desigualdades e a possibilidade de ruptura. Considerando a educação como um viés para a autonomia e empoderamento das mulheres, questionamos se e como é possível reparar as marcas de dominação sobre a população negra, os atrasos em relação a negação do acesso ao direito do ensino formal, a superação dos prejuízos quanto a aprendizagem e conhecimento, e as oportunidades perdidas para as mulheres no contexto educativo. Percebemos as contribuições da educação, na qual à transmissão de valores, crenças e tradições se expressa no âmbito social e cultural, são produzidas e reproduzidas por gerações entre as mulheres.

Davis (2016) nos convida a refletir sobre o contexto da desigualdade entre mulheres brancas e negras, não para reafirmar a postura de segmentação, mas para evidenciar as conexões entre os discursos opressores, os quais reforçam e disseminam ideologias que fragilizam a identidade feminina. A autora comenta sobre um termo que atualmente está se expandindo: sororidade, usado para compreender a necessidade das mulheres serem solidárias

entre si, compartilhar saberes e vivência para se ajudarem e não reforçarem a concorrência e a competição que fragiliza o feminino.

Nessa mesma linha questionadora da identidade feminina e das relações de poder, Kergoat (2002) apresenta a perspectiva da relação social entre homens e mulheres a partir da convivência cotidiana, como produtores e reprodutores do vínculo de pertencimento, solidariedade, reconhecimento. Para a autora, a relação social decorre de tensão e conflito entre as formas de pensar e agir dos grupos sociais.

A autora considera as relações sociais de sexo, observando a conexão com a categoria trabalho:

> [...] os grupos sexuados não são o produto de destinos biológicos, mas antes constructos sociais; esses grupos constroem-se por tensão, oposição, antagonismo, em torno de um desafio, o do trabalho. As relações sociais de sexo têm uma base material embora tenham, também, uma base ideativa: qualquer poder, dizia Foucault, precisa de um saber (KERGOAT, 2002, p. 49).

Sobre o conceito de divisão sexual do trabalho, a autora explica que

> [...] caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado. Essa forma de divisão social tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres), o principio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2002, p. 50).

Quanto as relações de poder, Kergoat (2002) descreve quatro observações:

> Primeira observação: trata-se ao mesmo tempo de um poder conquistado e atribuído. Atribuído pois são sobretudo homens que as ajudaram a apropriar-se dos recursos de conhecimento e ação. Contudo, o essencial aqui, é que esse poder foi atribuído coletivamente às mulheres e não individualmente a uma ou algumas mulher(es). Segunda observação: a mistidade surge aqui como a condição necessária para o exercício do poder por mulheres e como instrumento para transformar as relações de poder. Terceira observação: as mulheres não se serviram da relação de forças que lhes era favorável para interpelar as instâncias masculinas (sindicais em particular); Quarta observação: o poder de que se trata aqui é um poder cujo exercício não está relacionado à dominação. Antes, trata-se de um poder difuso, não concentrado, coletivo e esse poder plural foi operacional e serviu eficientemente a ação (KERGOAT, 2002, p. 57).

Considerando as contribuições das autoras sobre a História das Mulheres, observamos que o cotidiano das famílias revela histórias de vida femininas. Buscamos conhecer as Histórias das mulheres nas famílias, perguntando as participantes da pesquisa sobre suas realidades.

Do perfil das mulheres entrevistadas, podemos indicar: faixa etária: 1º grupo: jovens de 18 – 29 anos; 2º grupo: adultas 30 – 40; adultas maduras: 41 – 62 anos. Território: 02 Lagoa Redonda; 01 Couto Fernandes, vinculada ao núcleo José de Alencar; 09 José de Alencar; 13 Jardim União – Passaré. Estado civil: 01 viúva, 04 solteiras, 25 casadas.

Quantidade de filhos: 05 com zero filhos; 09 com um(a) filho(a), 08 com dois filhos, 05 com três filhos, 03 com quarto filhos. Tipo de família: 05 monoparental femininas, 15 nuclear. Raça/etnia: 04 brancas; 06 negras; 20 pardas. Orientação sexual: 30 heterossexual. Escolaridade: 04 superior, com pós-graduação; 04 cursando ensino superior; 10 ensino médio; 12 ensino fundamental. Renda: 13 até 01 salário mínimo; 08 de 01 a 02 salários mínimos; 05 entre 03 a 04 salários mínimos; 04 acima de 05 salários mínimos. Profissões: 01 psicóloga, 01 pedagoga, 01 socióloga professora de musica, 01 administradora; 01 assistente administrativo, 01 auxiliar de serviços gerais, 01 bordadeira e babá, 01 rendeira, 01 costureira, 01 diarista, 01 doméstica, 19 dona de casa. Ocupação: 05 estudantes; 06 ativas no mercado de trabalho formal, 05 mulheres com trabalho informal, 14 desempregadas.

Um dos aspectos apresentados pelas mulheres é a identificação feminina de sua imagem e representação com a maternidade ou com o trabalho: mãe, cuidadoras dos filhos, batalhadoras, guerreiras. Apresentamos a exposição dos relatos, conforme a idade das entrevistadas, visando a comparação entre os ciclos geracionais, semelhanças e diferenças. Expomos as narrativas femininas a seguir.

- Mulheres entre 18 e 29 anos

1.Nível fundamental

Não entrevistamos participantes nessa categoria, todas as mulheres nessa faixa etária concluíram o ensino fundamental.

2.Nível médio

Mônica: a observadora

Essa participante comenta que as mulheres de sua família são batalhadoras, buscam autonomia em relação ao trabalho, são independentes em relação aos companheiros, solteiras ou casadas:

> Apesar de não conviver com um homem diretamente, não se abala e continua seguindo em frente, não depende de homem pra nada, é uma pessoa batalhadora também, todas são, acho que é o ponto que liga muito a gente; [...] algumas mulheres não moram com o marido, moram só, são muito independentes, trabalham e não dependem de homem, cada uma em particular, elas querem ter o seu trabalho

> próprio, que elas não queiram conviver, elas já conseguiram liberdade, agora estou sendo uma delas também.

Mônica identifica a educação dos seus filhos, e as desigualdades entre homens e mulheres, explicando:

> Eu procuro sempre tratar os dois iguais, menino e menina, tem diferenças, mas eu procuro explicar dizendo pra eles que na sociedade tem muito preconceito com relação a mulher, porque empregos mais alto geralmente é pra homem, eles acham que as mulheres não são capazes de produzir a mesma coisa, na seleção de emprego, geralmente o homem fica, a mulher nunca fica, a empresa diz que não mas a gente vê que é, tem trabalho que homem faz que mulher também faz.

Cristina: a resiliente

Essa participante destaca o padrão de opressão e superação das mulheres em sua família, quanto a autonomia da vida doméstica e do trabalho. Ela explica:

> Eu acredito que existe um padrão dentro da minha família que é quebrado quando alguma consegue conquistar ou traçar um caminho diferente, então como eu venho de uma família onde a maioria é mulher, que se reflete dentro da família, a mãe engravida cedo ou casa, como são poucos caso dentro da família que realmente conseguiu se formar, que está se formando, isso acaba se refletindo na direção que esta por vir, por medo de acontecer a mesma coisa, então dentro da família quando é quebrada, realmente a família começa a reconhecer seu apelo como mulher dentro daquela história no seu histórico familiar e dentro de casa.

Cristina comenta que em sua família ocorre uma tensão entre os papeis das mulheres com a manutenção da vida familiar e doméstica o acesso ao mundo do trabalho:

> Na minha família existe uma resistência ao mercado do trabalho, a gente entende que dentro de uma família onde existe um filho a gente percebe que a mulher não pode trabalhar porque ela que tem cuidar filho, hoje a necessidade fala mais alto, ela precisa trabalhar porque a condição está apertado, ela vai trabalhar até nesse momento é difícil, pois quem tem que trabalhar primeiro é o homem, que dar um jeito, é imposto que o papel da mulher só é fortalecido quando ela se sentir empoderada, ela mostrando que é capaz como segunda opção.

Sobre as relações afetivas, Cristina conta que na sua família há um perfil monoparental feminino:

> Como a gente vem de uma história de mulheres que vem sozinhas sem marido eu vejo que é algo que está construído, hoje como no caso da minha família, nós temos a vontade de ser quem dá a palavra final e dizer como estamos conquistando dentro de casa, isso vem melhorando, mas há tempos atrás quando eu era mais nova, não era assim, por uma necessidade a mãe precisou por questão financeira trabalhar, eram 3 irmãos, eu sendo a mais velha, com pouca diferencia de idade, temos 3 anos de diferença de idade, eu era quem ficava com os irmãos, eu que tinha fazer ajudar com dever de casa.

Quanto a referência masculina em sua família, Cristina relata que existia uma autoridade masculina para impor limites e comenta o peso dessa autoridade na educação dos

filhos e o alívio que sentiu quando houve a separação de seus pais e pode fazer coisas que era impedida.

> Como na minha infância e adolescência tinha a autoridade de masculina de dizer você não pode brincar com menino, tem que estar dentro de casa, você tem que ajudar a cuidar, você é mais velha. (...). depois da superação entre meus pais a gente pode sentir mais livre para tomar iniciativa, para fazer coisas diferentes, mas enquanto tinha a presença masculina, você já nasce com aquilo de ter alguma coisa acima, superior, aquela autoridade que só aprende que as vezes até dá medo, meu pai não podia chamar minha atenção, que já ficava morrendo de medo, não por ser mulher, mas por ser masculino, por que o homem é mais forte, então porque você se depara com situações que ninguém imagina, meu pai ele bebia muito, tanto que o motivo da separação dos meus pais foi o fato dele beber bastante, bebia na rua, quando chegava em casa, por que queria, botava a gente de joelho no chão, brigava e houve um tempo que eu era tão assustada que eu dizia fui que eu, sabia que ia sobrar para mim, porque eu era a mais velha tomava conta dos irmãos, tudo sobrava pra mim, era muito difícil e sem contar com as situações de que você muitas vezes não sabe como reagir; vejo hoje que a gente passa por situações difícil que você fica com medo por ser mulher, e tem toda uma questão de como a imagem de mulher se torna frágil mesmo sendo muito forte, então e muito difícil, mesmo com os desafios e conquistas que temos hoje, como vou passar isso pra minha família e pra outras pessoas da minha família?

Cristina se define como mulher inspirada em mulheres com perfil semelhante ao seu, mulher jovem, negra, que vive em um território de vulnerabilidades, que reconhece o poder da educação para as mulheres romperem padrões na busca por direitos:

> Acho que é uma referência que eu tenho não só pra mim, mas para as mulheres que moro, observando o contexto que todas nós vivemos, que acho as mulheres da comunidade são fortes, guerreiras, que a gente tem medo, insegurança, fraqueza, eu me defino como muito forte, resistente, mulher negra que se depara com situações sociais muito difíceis, como minha família é negra e a grande maioria da família são mulheres, então as mulheres foram julgadas muitas vezes por não estarem na situação civil de casada, terem engravidado muito cedo, tiveram que lidar com rotina de trabalho, criar filhos sozinhos, é uma situação bem crítica e complicada, julgar que engravidou cedo, por ser mãe solteira, por que não é casada, mesmo em um época que a gente tenta lidar contra isso, ainda existe, na minha casa específica a minha rima engravidou muito cedo, mesmo a família sabendo toda situação, acham aquilo um absurdo, realmente, a gente não quer que aconteça com sua filha, irmã, mesmo sendo uma situação que já tenha acontecido muitas vezes, é impactante pra família toda, então existe um julgamento, porque não se cuidou, e começam as críticas, por que a mãe não deu atenção, a me não aconselhou, então a gente percebe que é voltado pra mulher, como se fosse responsabilidade da mulher.

Cristina expõe situações familiares em que é possível observar a desigualdade de gênero e os ciclos de repetição nas gerações:

> Tenho um sobrinho de 3 anos e mãe dele foi julgada porque a mãe não cuidou e permitiu que engravidasse, por coincidência meu irmão teve um filho na mesma época, mas a tensão toda foi pra minha irmã, isso foi muito difícil porque no mesmo caso ser a mais velha, de 3 irmãos e ainda não havia engravidado, então houve um julgamento até em mim, por ser mais velha e não ter engravidado, meus dois irmãos mais novos sendo pais, foi uma coisa bem estranha porque num dia todos da família

> souberam da gravidez da minha irmã e no outro dia souberam do meu irmão, mas mesmo assim o que marcou a família foi a minha irmã, a tensão foi toda voltada pra ela, uma coisa muito complicada porque a gente vê que é algo que vem desde pequenininha, por estar numa família onde a mulheres são vistas hoje como as mãe solteira que tem filhos, isso acaba refletindo nas mais novas, por exemplo, a minha mãe saiu de casa e me teve muito cedo, com 22 anos, e a minha irmã engravidou cedo, então é algo que aconteceu com minha mãe, vai acontecer com a filha e as pessoas acabam te olhando com um olhar que você esta vivendo de uma maneira errada.

Cristina reflete sobre a educação como possibilidade de mudança no padrão machista e de desigualdade de gênero em relação a futuras gerações. Ressalta a importância da Educação para as famílias como o caminho para transformação na sociedade:

> Se eu tiver uma filha, eu não vou dizer pra ela que dentro de uma casa onde tem uma casa com homens e mulheres ela tem que fazer tudo, tem que cozinhar e lavar. (...) Eu creio que nós mulheres, como mulher, a gente está conquistando muita coisa, temos muita barreira para quebrar e isso tem que ser construído desde pequeninho, eu não posso dizer pra minha filha que ela tem que aprender como meninas, a cuidar de uma casa, de que ela tem que ter medo, mas temos que ter segurança pra dizer que aconteceu isso sem ter medo do que pode acontecer porque a gente acoberta muita coisa, então tem que ser fortalecido desde pequenino porque a gente cresce com frustações e se não for resolvido, a igualdade de gênero não existe dentro da família, a mãe pra você ver, até quando a gente vai contar sobre o papel de descontruir isso, a mãe é como foco, e hoje não, o pai também tem esse papel, de dizer o direito que sua filha tem, do que ela é capaz, do que precisa fazer, não precisa aceitar ouvir, uma maneira muito grande de desconstruir e com o homem tentando reconhecer a gente como mulher fortalecendo essa ideia de que a gente tem que ser respeitada ser compreendida, não posso dizer pra minha família algo e o pai discordar, ele vai concordar com minha filha crescer assustada e frustrada com medo, como eu cresci. A educação é o básico e os pais tem um papel muito grande nisso, os pais criam os filhos pra sociedade e não posso ser omisso educando meu filho, ensinando que ele tem que respeitar.

3.Nível superior

Não encontramos participante nessa categoria, há entrevistadas nessa faixa etária estão cursando o ensino superior, mas não concluído até o fim da pesquisa.

- Mulheres entre 30 e 40 anos

1. Nível fundamental

Conceição e a satisfação com o lar

Essa participante relata que sua família é constituída por ela, seu esposo e filhas, se sente satisfeita com esse lugar. Considera que as mulheres devem cuidar da família, do lar,

pois é uma responsabilidade feminina: “Eu sou satisfeita em ter minha casa, ter um lar estruturado, harmonia entre si. Importante que nós mulheres realmente tenham zelo pela nossa casa, pelas nossas filhas, pelos nossos filhos, acho que tendo o papel da mulher na casa se torna mais fácil”.

2.Nível médio

Madalena e o poder da criptonita

A participante faz uma reflexão sobre o uso da razão e do afeto nas relações entre homens e mulheres na sua família, indicando a dependência afetiva como uma fragilidade para as mulheres:

> A minha mãe é uma pessoa muito forte, bem racional, eu acho que ela consegue enfrentar tudo, nasceu assim, uns 100 anos à frente da época dela, desde sempre ela tem uma mente muito madura de raciocinar ela consegue agir pensando no outro, ela tem uma solidariedade profunda, é uma cosia surreal que não sei como ela consegue em pouco tempo de história, sem ter estudado filosofia e sociologia, mas passou pro lado do coração, no dia que ela se apaixonou pelo meu padrasto ela desandou tudo, ela não consegue caminhar por esse lado com a mesma sobriedade que ela caminha os outros lado da vida, ela consegue dar conselhos pra você, que você quer que ela seja sua terapeuta pro resto da vida, mas se for no caminho do coração não funciona, ela se apaixonou, é escrava desse amor até hoje, já tem 25 anos com meu padrasto, ela é apaixonada por ele do mesmo jeito, ela vê que a relação não é tão boa, o único ponto que ela não consegue superar é o amor, o apego, essa relação.

No que se refere aos relacionamentos afetivos, pontua que existe uma diferença em como os homens e as mulheres de sua família expressam esse sentimento nas relações. Madalena, quanto a sua identidade feminina, apresenta uma consciência de sua relação com o esposo, que foi construída a partir de vivências:

> Eles têm uma relação com o amor também de dependência, mas a forma como se expressa é diferente, eles não cuidam, eles não se importam, eles não se doam tanto, eles amam e sofrem pro amor, mas eles não conseguem se doar na mesma proporção que as mulheres da minha família se doam. Hoje eu consigo refletir sobre o que sou, sobre o que eu falo, sobe o meu papel que to no lugar que eu deveria estar, eu consigo ver meus pontos fracos sobre o amor, por que sei que a relação de homem e mulher, justiça e igualdade ainda não vai ser, digo pro meu esposo que ele é esquerdo macho.

Madalena compreende que a educação para as mulheres está enraizada nas responsabilidades domésticas, familiares, de cuidado, o que não ocorre na educação dos homens:

> Quando eu acordo de manhã sou eu que tenho dentro de mim de responsabilidade, o meu papel levantar e acordar as pessoas ou fazer o café e ele não tem esse senso,

> ele não sente como responsabilidade, sinto introjetada em mim a responsabilidade por atividades, meu irmão não sente essa responsabilidade, eu tenho que ta dizendo, você tem que fazer isso, fazer aquilo, sei que esta errado, por mais que eles não sejam opressores, não está certo a relação, eu fui obrigada a aprender isso, desde que a gente é pequena, minha mae nunca fez essa distinção de educação, ela nunca cobrou que fizesse algo em casa, mas meu irmão não faz, eu com o tempo quando cheguei com 15 anos, ela não me cobrou isso, minha mãe não gosta de fazer as coisas de casa, minha mãe gosta de trabalhar fora, mas meu irmão não aprendeu, ele foi criado, ele teve acesso a escola, TV, só que eu consegui internalizar muita coisa.

Ressalta que há uma interferência da cultura nas relações familiares, Madalena considera que é preciso trabalhar a dimensão simbólica dos direitos das mulheres:

> Tem uma coisa que sempre penso é que a gente tem acesso a direitos, mas a gente não tem esses direitos trabalhados na gente, por exemplo, a mulher pode ter acesso ao voto, ao mercado de trabalho, mas não foi trabalho isso na sociedade, falando na minha família, tem a criação de direitos, tem a formação da cultura de massa, te ensina muitas coisas, mas não tem um trabalho em cima disso, então que era mais trabalho em casa pras meninas e menos pros meninos.

Madalena revela sua identidade como mulher questionando os padrões sociais e culturais que impõem limitações as mulheres quanto a sua representação na sociedade:

> Uma pergunta muito complicada, não tenho como definir exatamente como mulher porque eu tenho cosias que você aprende, internaliza, ser mulher é uma construção. Tem a definição biológica dos sexos, mas ser mulher não é nascer necessariamente com uma vagina, é uma construção e eu ainda estou nesse processo de descoberta, eu não me defino como uma mulher, me defino como uma pessoa, por que o que é de uma mulher? cuidar de casa? ser mãe? ser esposa? eu não sei o que é de uma mulher. Me defino como pessoa e não como mulher, tenho muitas coisas que são atribuídas a traços masculinos, respostas ou gostos particulares diferentes, se eu disser que sou uma mulher com os padrões que a sociedade coloca hoje então não sou mulher. Porque quando você não tem acesso ao conhecimento, você responde objetivamente, mas quando se confronta com outas coisa, você não consegue dar uma resposta simples, o acesso ao conhecimento faz transformações. Eu acho que não só a entrada na universidade no curso de Serviço Social proporciona muito conhecimento, mas traz a possibilidade de você acessar outras coisas, eu acho que a formação contribuiu muito, só que a minha pessoa também influencia muito pra isso, sou aberta pra muitas coisas e eu sempre tive muita inquietação, eu sempre questionei desde que nasci e aprendi a falar, eu questiono. Então o curso mudou, mas tem muito da criação e de quem eu sou, e faz com que abram novas possibilidades. Sou uma pessoa muito emotiva e antes de ser mulher sou emotiva, feliz, triste, sou toda lagrima. Não é difícil você se questionar, questionar seu papel, quando você quer se conhecer, um encontro muito importante, quando você sabe quem é e pra onde você quer ir, você sabe muita coisa, diferente de você não saber quem é, eu sei quem eu sou, mas não é ensinada, você refletir sobre a gente.

Madalena questiona os papeis das mulheres nas famílias a partir de sua realidade, como centro de seu núcleo familiar, compreende que muitas mulheres assumem essa função mas não reconhecem esse papel:

> Eu tenho um papel na vida e na família também atribuído a mulher, que é o papel de pilar, a mulher tem uma função de ser um pilar de tudo, ela tem que organizar a família, ser o encontro de tudo, então hoje na minha família eu faço o papel de encontro das partes, eu sou a pessoa que consegue conectar tudo, é uma função atribuída, não quer desempenhar, mas precisa, não gostaria de ser essa pessoa que geralmente é a mãe dessa família, mas a gente é o filho, o marido, o agregado é mais fácil, que pode reclamar, pode brigar, mas quando você e o pilar você tem que fazer a mediação das partes, que a parte mais difícil, então eu me reconheço nesse papel dentro do meu núcleo, que é um papel difícil mas ao mesmo tempo ele pode ser bom, porque você pode ser o opressor em alguns momentos, ser aquela pessoa que vai brigar e outra vai ouvir, isso lhe dá certa forma dentro do núcleo uma condição de poder, se expressar melhor com o outro e não ser tão repreendida.

Madalena reflete sobre as relações de poder nas famílias, papeis e funções também desempenhados por mulheres:

> Uma coisa que eu aprendi há pouco tempo e não tinha refletido sobre isso é que a mulher também exerce esse papel, a mulher na sociedade é responsável pela educação, então se há uma reprodução do machismo, a mulher também está dentro desse ciclo de reprodução, porque a mulher tem o papel de educar, então a gente reproduz muita coisa, apesar de ser vítima do machismo, também contribui para que ele aconteça, e eu não refletia sobre essa parte que a gente em nosso espaço de casa a gente define poder também, que o homem exerce o poder fora de casa e pode oprimir a esposa dentro de casa, e a mulher ela ser colocada de chefe da casa e o homem como chefe da família, a gente tem essa possibilidade também de romper.

Madalena recorda as relações familiares marcadas pelas desigualdades de gênero no que se refere à educação e as relações de poder:

> Um papel que a gente sempre escuta, a mãe dizia: eu lhe carreguei nove meses da vida na barriga, então eu mando em você, eu lhe botei no mundo, eu mando em você, isso é uma forma de opressão também, dentro de um espaço onde ela pode fazer isso, eu percebi esse espaço que tenho poder dentro da minha casa, eu posso articular e concentrar, eu faço o papel de botar ordem, eu percebi que também oprimo as pessoas: não vai fazer porque eu não quero, porque eu não deixo, é uma forma de opressão, mas é o meu lugar.

Sobre as histórias das mulheres em sua família, Madalena explica a relação de construção entre o amor e a família:

> São mulheres como eu, igual a outras histórias, porque a gente é ensinada como diz na bíblia, o homem tem de trabalhar para manter a família e a mulher vai ser escrava dos desejos da paixão dela, isso é muito colocado pra gente. A mulher sempre sofre pelo amor, apesar disso, minha família tem muitas mulheres, todas são fortes, tem o mesmo em comum, elas foram criadas para amar e educar, então ela cria o marido, ela ama o marido, ela educa o marido, ela ama os filhos, ela educa os filhos, então acho que da minha família o maior problema é o amor, não o amor em si, mas isso que foi colocado precisa amar e ter família, ter filhos. Acho que o maior problema como digo pro meu companheiro, porque quando estou sem ele eu sou perfeita. Ele quem desestabiliza tudo, então eu tenho paixão por ele e desencadeia outras coisas, a posse e o ciúme, que sem ele eu não entraria, eu me sinto uma pessoa melhor que

> compreende outros, que consegue ter uma relação com outra mulheres de partilha, de ajuda, mas quando tem ele por perto, eu não consigo ter essa relação com outra pessoa, não que a culpa seja dele, mas a forma como fui criada o tempo todo na família, a gente carrega desde pequena, aprende a sentir o amor e a dependência, a gente tem que estar com a pessoa com quem a gente ama. Eu tenho consciência, mas não posso executar, eu sei que to errada mas não consigo agir diferente, eu tenho ciúme, eu tenho apego, então o digo pra ele que ele é meu problema, o que sinto por ele me deixa fraca, é a minha criptonita.

Madalena questiona o papel das mulheres educarem os filhos na atualidade, pondera que há uma diferença nas gerações quanto a essa responsabilidade e situa uma relação contraditória entre a família e a escola:

> Nessa geração, pra quem fica esse papel? Para as mulheres. Uma hora elas vão morrer e pra quem via ficar isso? não tem. Vem a escola com tempo integral e a criança vai pra escola, então tá ficando mais complicado ainda, porque não tem esse trabalho de implantar uma lei e uma regulamentação para trabalhar isso com a comunidade e com os pais. Eu penso que sou opressora dentro de casa também, porque tive acesso a formação pra discutir isso dentro de casa e fora de casa.

Sobre a transmissão dos valores familiares nas gerações, Madalena questiona sobre a autoridade imposta a homens e mulheres de forma diferente:

> Será que os filhos que elas criaram, eles têm que obedecer, esses meninos acabam indo pro mundo la fora, crescem frustrado e colocam isso com a esposa deles, dizendo que eles mandam agora porque foi oprimido, também são relações de poder. Ao acessar esse espaço pude refletir sobre isso porque eu não tinha pensado. A família deveria conversar e entender como é que está sendo essa transmissão de geração para geração. Há uma transferência, antes a gente via na geração da minha avó e minha mãe, a minha avó criou entre aspas, ela não tinha como ficar em casa para criar dos filhos, ela trabalhava e meu avô trabalhava, os mais velhos criavam os mais novos. Na minha família as mulheres criaram, todos aprenderam a se virar dentro de casa. Depois veio a geração da minha mãe comigo, minha mãe teve menos filhos, ela pode cuidar de mim e do meu irmão, minhas tias cuidaram dos filhos e agora elas têm neto. Mas minhas tias cuidam dos netos e os filhos trabalham. Agora se pensa na escola, os meninos da minha família estão na escola. Outro dia vi um menino indo pra escola dormindo, porque ele tinha que ir, o que ele vai aprender eu não sei, porque brincar a gente pode ensinar em casa. Tem a questão do trabalho, os pais que não podem ficar com os filhos colocam no colégio de tempo integral e joga a responsabilidade para a escola, que se responsabiliza por tudo. Eu vejo minha família, os avós cuidando dos netos. Os homens cuidam indiretamente, os meus tios cuidam das esposas, se responsabilizam, mas não criam, os pais trabalham, estudam e não cuidam. Eu vejo essa transferência de responsabilidade para a escola. Trabalhar isso em várias idades diferentes, você vê que por mais que passe elas continuam com o mesmo papel de mediadoras, que cuida, que cura, que educa, esse espaço diferente, dito masculino, em relação ao trabalho, não se tira a outra carga, se acrescenta a carga, dos filhos, da casa. Deveria ser trabalhado na escola, eu penso no que Paulo Freire fala, que educação é todo momento, a educação para todos.

3.Nível superior

Ana e o desejo de não ser Amélia

A participante comenta a relação das mulheres de sua família com o trabalho, como isso contribuiu para a autonomia feminina, rompendo padrões familiares.

> Acontece uma relação de trabalho, isso era tido como uma força maior, dentro da família, porque minha avó, era uma pessoa que viveu com meu avô, que era militar, ele tinha muito aquela coisa de uma mulher submissa a ele, e a vovó por parte de mãe, ela não tinha muito isso, então ela tentava trabalhar, tinha essa coisa de procurar coisas para viver, ela fazia bolo, ela fazia doces, ela tinha a renda dela, ela nunca dependeu dele, ele nunca teve que sustentar ela, mas era como se ela tivesse que servir realmente a ele.

Destaca os aspectos das mulheres também serem fortes e trabalharem, buscando alternativas para além da vida doméstica. Comenta sobre as mulheres assumirem a responsabilidade pela casa e pelo lar, incluindo as funções masculinas de sustento. Ressalta o peso para as mulheres em conciliar esses aspectos de responsabilidade.

> Minha mãe é muito forte, no meu entender teve toda essa relação como se como se ela fosse o homem da família, ela fazia todas as funções que o homem realmente fazia naquela época, ela começou a trabalhar mais cedo, pra trazer essa família do interior pra cá, ela realmente sustentava, e era o pilar do meu avô, tanto é que até um tempo atrás ela se sentia o homem dentro da família. Vendo essa história dela, eu também trouxe isso pra minha vida, vendo esses exemplos, eu comecei a trabalhar cedo, eu não queria ser igual a elas, eu sempre repetia na minha cabeça que que eu não queria ser Amélia, essa foi uma frase que ficou muito forte pra mim, eu não queria aquela mulher submissa que aceitava, mas ao mesmo tempo, as vezes isso atrapalha, por que eu acabo tendo que fazer funções que poderia não ser minhas, por isso a carga, essa função da mulheres de trabalhar e chegar em casa e fazer tudo, que nos temos funções separadas, que a gente tem que contribuir para educação dos filhos, que tudo que acontece não é julgar que a culpa é das mães, que tem que educar, as mães não tem que ser responsável por tudo, tem as funções paternas e as funções maternas.

Quanto mudança nos padrões culturais e da educação, Ana comenta que ocorre uma mudança na atualidade em relação a geração familiar:

> Esta mudando lá em casa com os meninos, a menor que é mulher já cobra, minha filha já pergunta: porque eu tenho que fazer isso, por que sou mulher? a gente não está mais só pra servir. Essa nova geração conhece desse jeito que to dizendo, a gente começou a se empoderar e a querer um papel dentro dessa família, mas a geração passada que foi da minha mãe, a gente viu isso bem diferenciado, mulher faz isso, homem faz aquilo, essa questão do feminino que agora cada vez mais querendo e conseguindo espaço, coisas que não tinham há tempos atrás.

Ana reconhece sua identidade feminina, e se define como mulher que busca romper padrões em relação a sobrecarga feminina com a casa, o lar, a família e o trabalho:

> Como uma pessoa que procura ter o diferencial, colocar isso também na relação com os meus filhos, que a mulher não é aquela que é frágil, colocando esse lugar de cuidado da mulher, que a gente não tem condições de assumir ou de suprir, que os direitos são iguais, eu acho que a gente já mudou em relação a isso, eu me sinto muito forte por ter passado por essa família que veio de mulheres assim, elas são muito forte, elas são uma rocha, isso as vezes é ruim, eu não me sinto rocha, eu sinto que faço o meu limite, mas sinto que elas inspiraram muito isso.

Sobre o diálogo com outras mulheres e a perspectiva dos direitos, deseja que elas compreendam a desigualdade e busquem a autonomia. Ana destaca o papel da educação nesse processo, como o caminho para transformar a realidade de desigualdades.

> A gente já conseguiu muita coisa, a tendência é conseguir muito mais nesses espaços, tirar essa coisa do diferencial entre homem e mulher, eu não posso isso, eu não posso aquilo, mas no limite de cada um, que não pode interferir na educação, eu não poderia interferir na forma como minha avó e na maneira como minha mãe foram criadas, mas eu posso fazer diferentes na minha vida, isso assusta as pessoas que convivem com você, como você esta educando seus filhos. Penso na educação libertadora onde eles vão poder passar pelos períodos de desenvolvimento deles, vão poder ter as escolhas deles, respeitando os outros a partir da educação, com o nosso auxilio enquanto família, porque a educação não prega tudo isso, ela vai vir com o parâmetro do que esta lá, as vezes quem passou essa educação pode ter passado por todas essas outras questões que eu trouxe bem existentes na minha família, pode já vem enraizado, mas eu acho que com educação e família a maneira de cuidar do filhos poder ter poder de transformação mesmo.

- Mulheres entre 41 e 60 anos

1.Nível fundamental

Lucia: a mulher rendeira

Lúcia revela que sua história de vida associada a seus relacionamentos afetivos e ao dilema de escolher e conciliar os cuidados com o filho e o trabalho para sustentar a casa. Lembra:

> Foi um pouco assim difícil porque é eu tive já um relacionamento antes, fui junta duas veis né, que na primeira vez não deu certo, to na segunda relação, tenho um filho também do primeiro casamento, não mora comigo, quem criou ele foi minha mãe, tive que separar do meu marido, que não deu certo, tive que trabalhar pra sustentar ele, foi difícil porque não teve um pai presente pra assumir e tive que seguir, deixei ele com minha mãe e vim pra cá, sofri muito no período, porque deixar um filho pequeno, novo, não queria, mas foi o jeito, no interior, la é difícil o trabalho, ganha muito pouco, tive que vim trabalhar, pra mim pra ele e pra minha mãe.

Recorda que sua vida em relação à educação e ao trabalho infantil foi com muita dificuldade, porque sua família não tinha como sustentar todos os filhos, então tinham que trabalhar:

> Minha mãe, todos os anos ela tinha um filho, na época era muito difícil, porque ela tinha eu, eu fui pra casa dos outros muito cedo, porque eu não gostava de passar fome, eu queria uma coisa assim, eu trabalhei muito nas casa, sem ganhar, mais pelo vestir e pela comida, no interior, aqui em Fortaleza, com 15 anos eu trabalhava sem ganhar dinheiro, com 16 anos que eu tive que morar em casa de família, foi que comecei a ganhar um dinheirinho, mas eu não tinha ferias, nem 13º, nem salário fixo, eu só vim ter mermo um trabalho depois que fui pra outra casa de família.

Sobre as mulheres da família, comenta sobre a escolha da vida profissional e familiar que precisaram escolher entre o estudo e o trabalho ou o casamento e a maternidade. Lucia se preocupa com a educação de seus filhos em relação ao futuro, pois quer oferecer outra oportunidade de estudo e não apenas de trabalho para a nova geração:

> Eu sempre falo com minhas filhas, eu digo vocês levantem a mão pro céu porque a infância que sua mãe teve foi muito difícil, não quero que elas tenham, não discriminando trabalho em casa de família, pelo contrário, até que eu gostava, mas eu não quero pras minhas filhas, eu quero que elas termine os estudos, arrume um trabalho, se der pra fazer faculdade e arrumar um trabalho, que eu não tive, até hoje eu não posso trabalhar porque não tenho estudo, só se for em casa de família e ainda tenho que fazer curso; eu falo pra elas: olhe minhas filhas sua mãe não tinha televisão, não tinha geladeira, não tinha sofá, não tinha praticamente nada, fogão a gás, era fogão a lenha, lá em casa elas tem guarda roupa, tem a caminha delas, eu não tive isso na minha infância, nem na adolescência, quer dizer, eu trabalhei um certo tempo fazendo renda, aquela renda assim com a almofadinha no chão, eu e minha irmã, ela ralava pra tirar uma peça de renda durante um mês.

Lúcia apresenta sua definição de mulher como guerreira e batalhadora, que daria orgulho a qualquer homem, pois é honesta e trabalhadora.

> Sou uma mulher batalhadora, guerreira, sou uma mulher pra qualquer homem se orgulhar, não sou traidora, brinquei muito na minha vida, dancei, gostei muito de festa, carnaval, mas nunca fui mulher bandoleira, que fica com um e outro, quando eu tive meu primeiro marido ele quem foi o errado, eu o deixei porque eu não gostava de levar chifre, porque ele nunca me bateu, mas ate hoje ele não mudou nada, é o pai do meu filho.

2.Nível médio

Tia: ser mulher é ser mãe

A participante Tia afirma que sua identidade de mulher se resume a imagem de mãe: “A melhor definição de mulher é mãe: “acho que a melhor definição de mulher pra mim é mãe, porque tem uma extensão maior de sentimentos, te mostra pra pessoas, como você é, como mulher sou mãe guerreira”. Quanto a História das mulheres na família, Tia ressalta o orgulho dos relatos femininos, da referência materna e dos valores ensinados.

> Como referência que era minha mãe, desde pequena eu sempre observava muito e eu queria ser uma mulher como ela, ela sempre foi muito guerreira para nos dar valores e para mostrar o poder que a gente tem sem ser, então assim, a essência da minha família, das mulheres é essa, de você valorizar o que a pessoa é, são mulheres muito aguerridas e minha mãe, ela é um modelo de mulher, porque sempre trabalhou pra dar o melhor pra gente.

Tia recorda sobre sua história em relação ao aspecto da educação, que sua mãe ensinava que as mulheres deveriam estudar:

> Lembro que ela dizia assim: eu quero que vocês estudem, todas as minhas irmãs trabalhavam em casa de família e ela não queria isso pra gente, quando chegou na minha vez ela disse: você vai estudar eu não quero que você trabalhe, quero que você estude, eu sempre tive isso na minha concepção, não que isso a envergonhasse, mas é porque ela via que a gente poderia ir mais além, então todas as mulheres na minha família, a gente se sobressaiu mais que os homens, que ela plantou essa questão de ser guerreira, vem das situações em que a gente viveu, de ser bem humilde, de sair pro colégio sem o café da manha e chegar em casa sem saber se tinha comida ou não, isso nunca fez a gente ficar triste.

Sobre a influência das mulheres na família, Tia ressalta a referência materna na identidade feminina como guerreiras e lutadoras. Tia se percebe uma mulher satisfeita e realizada quanto aos valores familiares, comenta que tenta repassar para seus filhos os valores que sua mãe lhe ensinou: verdade e gentileza com as pessoas. Quanto a diferença entre homens e mulheres na família, Tia pontua:

> Ela foi minha referência, eu acho que você pode ser o que você quiser, eu resumo as mulheres da minha família como guerreiras, elas vão atrás e conseguem, sem desvincular de ser mãe, porque você tem que ser muito guerreira pra ser mãe, pra você trabalhar pra conciliar as coisas pra ver seus filhos cresceram, essa lição a gente aprendeu direitinho, e foi essa lição que eu repassei para aos meus filhos. Houve oportunidades para todos, as meninas todas foram buscar, se desenvolveram mais que os meninos, a gente nunca aceitou um não, o fato da gente ter visto toda luta dos nossos pais.

Quanto ao seu processo de educação formal, Tia revela que seus irmãos e irmãs não tiveram oportunidades, precisaram trabalhar, que ela aproveitou uma oportunidade para mudar esse padrão:

> Eu sempre vi aquilo como uma oportunidade de aprender, eu estava numa escola onde só estudava ricos e pessoas brancas, eu tinha uma bolsa da empresa do meu pai, mas isso não me abatia, eu tive que mostrar quem eu era, teve algumas situações ruins, teve bullying, eu sempre tive noção de quão inteligente eu era e não precisava ninguém dizer, as veze eu batia de frente com minha família porque eu não aceitava que fizessem escolha por mim, eu que devia escolher, eu acreditava que devia aprender com meus erros, e buscar o que queria.

Sobre o seu processo de maternidade, Tia comenta que não recebeu apoio diante da gravidez precoce e da escolha de seu casamento, mas que buscou seguir sua vida com muita coragem e determinação:

> Eu não tive muito suporte da minha família quando eu engravidei, eles não aceitavam a pessoa que eu tinha escolhido para viver comigo e eu fui sozinha, depois eu vi que essa pessoa não era boa, eu fui reconstruindo minha vida, antes disso eu tinha começado a fazer faculdade de Pedagogia, mas eu tinha parado também por conta disso e também eu vi que ao que não queria mesmo. Parei e deixei de lado, guardadinho, vou me dedicar aos meus filhos agora, eu criei meus filhos praticamente sozinha, eu me desdobrava muito para ser o pai e a mae. Em outra oportunidade, conheci o esporte, a capoeira, o karatê, sempre me preocupei com a comunidade, com as crianças. A faculdade, eu guardei esse tempo todo e acho que também tem o momento certo, agora eu estou mais centrada pelo que quero e tenho um sonho que quero muito realizar que é escrever um livro, não sei quando será, mas o que não pode acontecer com uma mulher é ela se impedir. Eu observo que não é a sociedade que dificulta, as vezes são as mulheres que não buscam, eu tenho assim muita consciência de quem eu sou, de meu papel, de meu potencial, com o passar dos anos eu aprendi a desenvolver isso, mas eu vejo que tenho pra oferecer e a minha disponibilidade para o outro, eu não quero ser lembrada por títulos, eu quero ser lembrada no coração das pessoas, eu tenho trabalhado pra isso, eu acho que você nasce com um dom, todo dia eu agradeço a Deus pelo dom que me deu de chegar ao coração das pessoas. A questão do empoderamento da mulher, agente nasce com ele, apenas alguns são atrofiados porque elas permitem que atrofiem

3.Nível superior

Jocélia e o orgulho de sua história

Essa participante relata a história das mulheres de sua família com muito orgulho, mas percebendo a diferença entre a educação de homens e mulheres, a partir da desigualdade de gênero:

> Eu sempre falo que as mulheres da minha família deveriam ter nascido homens, porque a gente foi criado com as mesmas cobranças, só que pra gente tinha uma pequena diferença, os homens podia sair, fazer tudo e a gente não, a gente foi quebrando essas etapas... as cobranças eram de ser dona de casa, de que mulher deveria aprender cozinhar lavar passar e cuidar do marido, você tinha que dizer sim e eu não concordava, eu nunca concordei, eu pensava que estava na geração errada.

Apresenta uma consciência dessa diferença cultural que afetava a educação de homens e mulheres em sua família, Jocélia comenta sobre a dificuldade para as mulheres estudarem:

> Eu com 7 anos eu pedi um caderno a meu pai e ele disse que eu precisava trabalhar, e não ia me dar esse caderno, eu queria muito estudar, eu levei aquilo para minha vida, eu nunca esqueci essa fala, e quando eu consegui me formar que eu vi o brilho dele no olhar e ele me agradecer, ele me incentivou me dando um não, eu não

> esqueço essas duas 2 etapas de negação e depois de aprovação da parte dele, por ele não compreender o significado que isso tinha na minha vida, era algo que tinha que dar um retorno para minha mãe que não estava presente, ela faleceu eu tinha 16 anos, ... o que mais dificultou nessa história de vida de mulheres que realmente são capazes de ter uma casa, por exemplo, na minha família tem o fato de fazer 2 papeis, o papel de mulher que trabalha fora e de mãe dona de casa e de pai ao mesmo tempo, então nesse meu tempo eu buscava referencias que eu tinha mais próximo.

Sobre os papéis sociais assumidos pelas mulheres em sua família, Jocélia informa que as mulheres buscam autonomia e preocupação com o coletivo, a partir do cuidado:

> Nós tomamos as iniciativas, nós buscamos estar mais próximos, nós pensamos mais no coletivo, na família, já os homens são mais individuais, eles pensam mais neles e pronto, como se eles se sentissem inseguros pra muitas coisas, os conselhos são mais das mulheres pros homens do que dos homens para mulheres. Embora a gente erre mais do que eles. A minha geração, a gente teve essa oportunidade de ir mais além, e a nossa família tem muito mais mulher que homem, então predomina mais o lado feminino, como eu vejo hoje, a gente tem uma relação diferente das outras pessoas da minha família, a gente consegue pensar em ir mais além.

Jocélia identifica sua história de vida como batalhadora, que buscou a autonomia a partir da educação e do trabalho e tenta ensinar isso a suas filhas e a outras mulheres de sua comunidade. Comenta sobre os desafios e dificuldades que precisa enfrentar no cotidiano. Jocélia deseja que outras mulheres se reconheçam com o poder feminino de encontrar sua autonomia, sem opressão.

> A primeira é o preconceito em relação a uma mulher que trabalha fora começando mesmo dentro de casa, meu pai não aceitava que filha trabalhasse fora de casa, o meu suporte maior, minha referência na minha vida sempre foi minha mãe, que apesar de não ter estudado, sempre trouxe para gente essa fala de quanto era importante a educação, que através da educação a gente poderia ter oportunidades melhores, e foi isso que passei para minha família, algo que fosse um diferencial na minha vida, de não desistir diante das minhas escolhas, que a mulher ela não tem que ser submissa, buscar sua autenticidade como pessoa, como mãe, como integrante de uma família. Como mulher, eu Jocélia, me defino muito pensativa, muito protetora, embora, eu tente dar seguimento a individualidade de cada uma das pessoas da minha família, eu me sinto como mulher uma batalhadora, vou lhe explicitar o porque: primeiro, negra, filha de empregada doméstica e de um operário, mãe solteira, morando numa comunidade carente, onde tudo isso e levado em conta infelizmente pelas questões sociais, esse contexto de ter passado por várias momentos de preconceito dentro do trabalho, dentro da própria comunidade, ser mãe solteira principalmente, então eu reverter tudo isso ao meu favor e mostrar que eu sou uma mulher normal, que tenho a minha própria filosofia de vida que é buscar crescer que me satisfaçam pessoalmente, profissionalmente, mas também possa tá contribuindo para a sociedade, eu me sinto hoje uma mulher muito presente no bairro, onde que moro e trabalho, muito importante na minha família. Primeiro, saber o seu valor pessoal como ser humano, como mulher principalmente, eu me sinto como mulher muito indignada quando uma mulher se permite uma vida de submissão, porque eu tenho minhas mãos, eu tenho meus braços, eu posso trabalhar, me sustentar, que seja digna sem ter que passar por humilhações, ser subjugada por pessoas que não conhecem minha história de vida, que não sabe tudo que batalhei para estar onde estou.

Esses relatos demonstram a vinculação do cotidiano das mulheres nas famílias com os aspectos da vida familiar e profissional. Essas mulheres participantes da pesquisa, imersas em suas rotinas de cuidado e afazeres, dificilmente, tiveram a oportunidade de questionar os seus modelos de família, os papeis e funções que ocupam em seus contextos familiares e sociais. As entrevistas, na perspectiva da História Oral, evidenciam as narrativas e as sensibilidades das mulheres sobre suas histórias de vida e do cotidiano. Seguimos no próximo item identificando referências sobre o processo de subjetivação das mulheres nas famílias e quais fatores interferem na constituição da identidade feminina.

4.2 Processo de subjetivação das mulheres nas famílias

A relação entre cultura e subjetividade é tema recorrente nas pesquisas sobre o desenvolvimento humano. Em relação ás famílias, observamos a relevância desse tema no que se refere às influências que afetam os seus componentes. Nesse sentido, o olhar sobre as mulheres permite compreender que a assimilação das normas e valores sociais incidem sobre a identidade feminina.

Dialogamos com Betty Friedan (1971) em sua obra "A mística feminina" para apontar a situação de vida das mulheres nos Estados Unidos, após a 2ª Guerra Mundial, procurando identificar como estas mulheres vivenciavam inquietações culturais, sociais e econômicas. Nesse contexto, a autora evidencia questões relacionadas à vida das mulheres nas famílias, reconhecendo contradições sobre: consumo, casamento, maternidade, feminilidade. Esta perspectiva revela as relações de poder, os discursos que produzem padrões e normas de adequação das mulheres. A autora constatou que "havia uma estranha discrepância entre a realidade de nossa vida de mulher e a imagem à qual nos procurávamos amoldar, imagem que apelidei de mística feminina" (FRIEDAN, 1971, p. 11). Procurou nas expressões da cultura americana as origens da mística feminina, considerado um problema sem nome, mas sentido pelas mulheres como um vazio, uma falta, uma incompletude, cujos efeitos eram evidenciados nas mulheres que seguiam seus princípios, as repercussões deste modelo incidiam na identidade feminina, percebidas na questão primordial: "quem sou eu?" Recordamos as reflexões feitas por Beauvoir (2009) e Davis (2016) sobre "ser mulher". A autora questiona a identidade das mulheres para além da vinculação da feminilidade à família, aos papéis sociais como esposas e mães perfeitas, pois a mística feminina desenvolve um modelo de valorização do casamento, da maternidade, da educação com os filhos, dos cuidados com a vida doméstica,

com a ênfase no consumo. Com a mística, propagava-se que o desejo das mulheres estava relacionado à família, ao lar e ao marido, negando-se os objetivos profissionais, a preocupação com a educação, a carreira, os direitos e conquistas por autonomia e independência.

Refletimos, a partir de Friedan (1971), como os discursos se originam, se mantêm e se expandem, atendendo a objetivos específicos e ganhando status de naturalidade, enquanto acontecimentos históricos, pois a produção e a reprodução a mística feminina, se adequou ao contexto histórico do país naquele momento. A cultura reforçou valores e crenças, difundidos nas instituições sociais, alcançando os lares e também a dimensão do simbólico, das representações sociais. Com o auxílio do consumo e do reforço midiático, a mística se expandia e se fortalecia como ideal de vida para as mulheres. A imagem disseminada era a nova mulher, cujo valor mais importante era a feminilidade, o amor materno, o casamento perfeito, a dona de casa.

A tese de Friedan (1971) é que o problema feminino está relacionado à identidade e não a uma ordem sexual. A perspectiva da mística feminina é contrária aos objetivos do movimento feminista. Para a autora, o feminismo apresentou uma tentativa pioneira na evolução feminina ao questionar o problema da identidade das mulheres, ao defender a existência das mulheres como seres humanos, portanto, detentoras de direitos. Considera que "a revolução feminista precisava ser empreendida porque a mulher ficou simplesmente detida num estágio de evolução muito aquém de sua capacidade humana" (p. 75). Acredita no potencial de desenvolvimento das mulheres, que em razão da opressão inviabiliza o crescimento das mulheres rumo à plenitude humana, a mística feminina impede as mulheres ao seu desenvolvimento; assim, "viver de acordo com a mística feminina supõe uma reversão da história e uma desvalorização do progresso humano" (FRIEDAN, 1971, p. 219). Esta autora expõe que a mística feminina ocasionou prejuízos das mulheres em relação à educação, pois elas se dedicaram ao ambiente doméstico, com uma educação voltada para a sexualidade feminina, ao casamento e à maternidade, abrindo mão da vida profissional. Desta forma, a autora defende que só a educação pode libertar as mulheres da opressão.

Na atualidade, com a expansão das mulheres no mundo do trabalho e com o crescimento do acesso das mulheres ao ensino superior, observamos os impactos destes fatores em relação às famílias. Compreendemos que na história das mulheres, questões como educação, trabalho, sexualidade, casamento e maternidade se enlaçam. Nesse sentido, outra contribuição teórica nos permite entender os discursos que normatizam a vida das mulheres. Sob este parâmetro, Naomi Wolf (1992) apresenta a construção do mito da beleza e os impactos para as mulheres, relacionados a diversas áreas: trabalho, cultura, violência.

Wolf (1992) possibilita a percepção de como os saberes se articulam e impõem um padrão, sustentado pelas relações de poder, que transcendem a vida das mulheres nas famílias e alcançam outros cenários, pois atuam na dimensão da representação e do simbólico, afetando a identidade feminina. Wolf (1992) analisa o período contemporâneo na sociedade americana, destacando a luta do movimento feminista para dar visibilidade aos direitos das mulheres, principalmente, a partir da década de 1970. A autora identifica que à medida que as mulheres conquistam espaços e direitos, a compreensão sobre a liberdade e a emancipação se vinculam a outras questões de identidade feminina. Assim, relaciona a beleza feminina à estrutura de poder que oprime as mulheres, pois diante de um cenário no qual as mulheres aparentemente têm sucesso pessoal, profissional, ainda existe algo que afeta a identidade. Considera que "estamos em meio a uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher: o mito da beleza" (WOLF, 1992, p. 12). Para a autora, o mito da beleza substituiu e ocupou os espaços opressores deixados pelas marcas da mística feminina.

Wolf (1992) contextualiza os avanços do feminismo para as mulheres no que se refere à Revolução Sexual e a superação da mística feminina, pontua que o mito da beleza ganha espaço exatamente por localizar nos corpos femininos a opressão sobre a sexualidade das mulheres. Para a autora, o mito da beleza diz respeito à intimidade, se refere às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens sobre as mulheres. Em suas palavras, "na realidade, ele é composto de distanciamento emocional, política, finanças e repressão sexual" (WOLF, 1992, p. 16). Aponta que o mito da beleza se expandiu após o período de industrialização do sistema capitalista, quando houve a destruição da unidade de trabalho da família e a urbanização das cidades. De acordo com a autora, "o mito da beleza combateu as novas liberdades das mulheres transpondo diretamente para o nosso corpo e o nosso rosto os limites sociais impostos à vida da mulher" (WOLF, 1992, p. 360). Neste sentido, o mito da beleza atende outros objetivos ao controlar as mulheres, por meio de ideais e estereótipos, de ordem material, física e subjetiva. Observamos que nós mulheres continuamos sendo o ponto de incursão das relações de poder, quando somos objetificadas em diferentes espaços, em nossos próprios corpos, como instituição pública regulada.

Questionamos os discursos presentes nos mitos sobre as mulheres em nossa sociedade. Nos deparamos com a análise sobre o mito da maternidade, conforme apresentado por Elisabeth Badinter (1985). A autora revisa a História das Mulheres, localizando os saberes e práticas que foram construídas e legitimadas sobre a sexualidade feminina, expondo os dispositivos e mecanismos que produzem e reproduzem marcas sobre os corpos e a identidade

das mulheres. Pontua a perspectiva de desconstrução do amor materno, no qual as mulheres teriam como única alternativa para alcançar a sua plenitude atender a demanda biológica da reprodução sexual com a maternidade. A autora também questiona a ideologia e os interesses que permeiam o casamento, o contrato estabelecido entre as famílias com o propósito de manutenção do status social.

Badinter (1985) revela o quotidiano das mulheres, permeado por contradições e desigualdades, no qual as mulheres criam e fortalecem estratégias de sobrevivência. Desse modo, a autora expõe a construção dos discursos, dos saberes e práticas relacionados aos cuidados com os lares, a preocupação com a infância e educação dos filhos, evidenciando o deslocamento das mulheres em relação aos papéis, funções e ocupação dos lugares e status, conforme cada período histórico. Articulamos a perspectiva desenvolvida por Badinter (1985) à possibilidade de perceber e demarcar os contextos das produções, reproduções e contradições sociais, identificando as ideologias, o poder simbólico que se traduz na construção da identidade das mulheres e nos vínculos estabelecidos com suas famílias. Diante disso, questionamos: em que momento e de que forma construímos a noção de família como proteção para as mulheres? Como a noção de amor foi assimilada pelas mulheres em relação aos filhos? Com base na autora, refletimos sobre estes discursos: existe liberdade de escolhas e decisões em relação ao casamento, à maternidade, aos cuidados com os filhos e à vida profissional? De onde vem a regulação do limite e proibições sobre a vida cotidiana? São questões para dialogarmos com outras mulheres.

A partir do exposto anteriormente, localizamos nas falas das mulheres entrevistadas os discursos sobre sua identidade feminina e a representação simbólica diante dos papeis e funções socialmente construídas e legitimadas. A seguir apresentamos narrativas sobre as histórias de vida e do cotidiano das mulheres nas famílias, destacando o aspecto da a definição de suas identidades femininas, a partir dos discursos de suas famílias, observando os aspectos apresentados acima pelas autoras sobre os mitos da beleza e da maternidade e sobre “a mística feminina à brasileira”.

- Mulheres de 18 a 29 anos

1.Nível fundamental

Não há representantes nessa categoria.

2. Nível médio

Ana Laís: a menina mulher resistente

Ana reflete sobre sua condição de mulher e considera que está amadurecendo a partir da oportunidade com a educação e o trabalho. Sobre as mulheres de sua família, pontua que mulheres de diferentes gerações tiveram oportunidades diferentes e seguiram com o que era possível: “Ana é uma menina que está se tornando mulher, que teve e traça caminhos diferentes do que sua família traçou. Ana busca os estudos e pensa em crescer na vida. Acho que cada uma aproveitou a oportunidade que veio, hoje as gerações têm mais oportunidades e a gente abraça essas oportunidades”.

Priscila: a filha promissora

Priscila comenta sobre a história de sua família informando que vive em um ambiente estruturado e reconhece as mudanças no status social a partir da educação. Sobre a identidade das mulheres em sua família, define o perfil relacionado a lutas:

> Nunca faltou nada do básico pra viver, então a gente vive muito bem, não vive em meio a conflitos familiares, é um ambiente tranquilo, eu sou a primeira pessoa a entrar na universidade na minha casa, considero isso uma vitória, e a gente tem lutado pra conseguir mudar, ir mudando o perfil social, o financeiro. São mulheres lutadoras, guerreiras, a maioria são aquelas mães bem tradicionais que criam os filhos sozinhas, tem toda aquela luta, de modo geral elas são trabalhadoras, tem buscado viver de uma forma normal, a maioria delas trabalha em casa, dona de casa, a diferença é essa, basicamente, elas são do lar, são poucas as que trabalham.

Observa a mudança no padrão de sua família quanto aos papeis e funções assumidos pelas mulheres. Deseja realizar mudanças na educação de seus filhos:

> Minha avó não tinha que trabalhar fora, mas tinha que cuidar da casa, por ser mãe solteira, a minha mãe não foi criada com a mãe dela, então tem outra realidade de trabalhar em casa de família e não tem vínculos mais fortes de família, era sempre de casa em casa, e pra mim não, como eu já nasci e estou numa família no núcleo familiar que tem os pais, os dois trabalham, eu trabalho, então é já tem uma grande diferença. Algumas coisas que eu não quero repetir, por exemplo, algumas questões de autoritarismo, que tratam homens e mulheres é diferente ainda hoje, eu quero ser diferente com meus filhos, algumas regras que você não quer reproduzir.

Rebeca e a idealização do amor

Rebeca recorda sobre a história de sua família associada aos seus relacionamentos afetivos, o amor romântico idealizado:

> Eu conheci o pai das minhas filhas e tinha 14 anos, comecei a namorar com ele, foi meu primeiro namorado, ai a gente se ajuntou, passei uns bocados, porque ele era

> raparigueiro, ai engravidei, ele me deixava muito deixava só, eu e minhas filhas, ai quando nasceu e tinha 1 ano eu separei, fiquei morando só, ai a gente voltou a se relacionar de novo, eu engravidei de novo, já tava separada, porque eu não queria outra pessoa, eu só queria ele, aquele amor, que eu achava que só tinha ele no mundo, depois eu decidi que não queria mais ele porque ele não me queria, ai fui viver minha vida, arranjei um emprego fui trabalhar, conheci outra pessoa, mas atualmente eu não estou trabalhando, estou em casa, cuidando das filhas.

Rebeca ressalta que sua história reflete a de outras mulheres em sua família, marcada por opressão ao feminino. Rebeca indica para as outras mulheres que busquem realizar seus objetivos.

> Semelhante a história da minha mãe também, que o pai era complicado, o mesmo jeito que o pai das minhas filhas, ela conta que ela passou por uns bocado, também quando tava com ele, que quando tava gravida ele só queria se fosse homem, ele disse que se fosse mulher que se lascasse ela e a filha. Sejam fortes, que nunca desistam dos seus sonhos, lute porque um dia você vai conseguir o que você quer.

3.Nível superior

Não há participantes nessa categoria.

- Mulheres de 30 a 40 anos

1.Nível fundamental

Não há outras representantes nessa categoria.

2.Nível médio

Fernanda: a corajosa e determinada

A participante conta sobre a relação entre trabalho e estudo na sua família informando que as mulheres trabalham e estudam, enquanto os homens não estudam, só trabalham. Sobre sua identidade feminina, articula sua imagem de mulher com a preocupação com o trabalho e a criação do seu filho:

> Cheia de opinião de batalha de luta de correr atrás do que quer, eu defino muito a minha vida antes e depois após o meu filho, a única palavra que me define muito é batalha. Eu descobri que tinha que trabalhar para sustentar e sustentar meu filho, comecei a trabalhar, trabalhei, trabalho ate hoje, gosto de trabalhar, eu me sinto muito realizada, gosto muito de correr atrás, de sempre buscar o melhor, de procurar não me acomodar, me sinto acima de tudo guerreira, com coragem de ir embora, de largar tudo, de não olhar para traz.

Lane e o esposo machista

Essa participante relata sobre a educação dos filhos, afirmando a diferença dos homens nas atividades de cuidados:

> Meus dois irmãos são bem presentes na criação dos filhos, ajudam a esposa nos afazeres de casa, ajudam com os bebes, mas meu marido é não é, é machista, tipo, esse trabalho de ajudar dentro de casa com os filhos, ele não tem essa participação, por mais que eu cobre, ele não tem, não quer ter esse compromisso, ele acha que o compromisso dele é só manter a família, o resto é problema meu.

Vivi e o valor das mulheres

Vivi comenta que sua história de vida é permeada por lutas e deseja que outras mulheres aprendam o seu valor:

> Desde pequena a gente sabe que a gente passa por muitas dificuldades na vida, mas a gente sempre tem a vitória, acho que define a minha história, que através das dificuldades, o desejo de você querer vencer e buscar isso pra sua vida, a gente busca isso, crescer, aprender, cada um na sua área, fazendo uma coisa que goste e buscando, sendo uma mulher, cada uma de nós somos guerreira, me defino como mulher não é pela beleza, acho que é uma questão de perseverança, de sabedoria de querer ter conhecimento, isso que acho que define como mulher, aprender as coisas novas. As mulheres aprendessem a querer buscar algo novo pra vida delas, elas aprendessem a buscar mais conhecimento, o elas gostam de fazer.

3.Nível superior

Maísa: a intelectual

Maísa relata sua história de vida e das mulheres de sua família com detalhes cotidianos, identificando a construção social e as influências da cultura nas relações familiares. Quanto a sua identidade pessoal, Maísa relata o perfil de família monoparental feminina, composta por imigrantes italianos, com vínculos construídos em São Paulo, família pobre e trabalhadora.

> Eu sempre pergunto pra minha mãe, como foi a história da minha avó, da minha bisavó, pergunto a ela porque eu sou filha única e meu pai é falecido, então eu só tenho a minha mãe a perguntar essas coisas. Minha mãe com 18 anos, conheceu um americano na cidade de Campinas, estava começando a ditadura, ela era uma menina extrovertida, gostava de cantar, tinha estudado piano, era uma figura visada na época, ela não se sentiu segura lá na nossa cidade, ela também se casou com esse cara pra ir embora, ele era envolvido com a igreja presbiteriana da América, ficou 10 anos em Los Angeles. Minha família de tias mulheres cresceram todas com minha avó e que eu imagino e percebo é que elas todas casaram muito jovens, saíram rápido de casa pra formar suas famílias, o casamento sempre foi ruim, não tiveram uniões boas. Sempre foi eu e minha mãe, meu pai faleceu em acidente de moto, minha mãe não se casou novamente, ela teve 1 ou 2 relacionamentos, mas ela não quis se casar, sempre morei com ela, a gente nunca morou com outras pessoas. Ela ficava muito fora, eu ficava muito sozinha, então na minha adolescência tinha que fazer e saber tudo sozinha, minha mãe não me orientou nada, eu acho muito estranho, ela não explicava as coisas, eu acho que ela pensava que tinha que saber das coisas, eu aprendi tudo

> muito rápido, mas eu fui muito precoce, eu ficava só, minha mãe confiava, não cobrava, eu ficava na rua com minhas amigas. Minhas amigas também estavam no mesmo ritmo e todas engravidaram muitos jovens, com 14 anos, elas estavam tendo o 1 filho e acho que eu não tava nessa e ia mais além porque eu tinha medo, eu sabia que se eu tivesse filho com 14 anos eu ia parar de estudar eu consegui entender isso, que aquilo ia atrapalhar minha vida, mas eu queria fazer igual, eu vi minhas amigas parar de estudar na 4 série, ter que trabalhar, passando situações que eu não queria passar. Eu fui muito danada, eu fui muito rebelde, então acho que isso não foi bom pra mim porque foram experiências muito rápidas que não tinha condições nenhuma de viver aquilo.

Sobre as experiências na juventude, Maísa conta que se envolveu com várias oportunidades, ao passo que tenta entender como elaborou sua subjetividade em meio a tantas vivências, questionando sobre a educação recebida por sua mãe e a responsabilidade das mulheres na criação dos filhos. Narra:

> Essa foi uma época boa porque eu pude estudar, eu queria namorar, dançar, ir pra balada, eu usava um short aqui e uma mini blusa aqui, era época do é o Tchan, eu era uma menina, uma periguete, realmente muito precoce, eu tive uma oportunidade de estudar e tentar viver minha vida normalmente, foi uma mudança, um choque mas considero que foi boa porque eu pude tomar um rumo, eu decidi que queria estudar sociologia, eu queria ser socióloga, comecei a ler Marx, foi do Tchan pro Marx, eu botei na cabeça que queria ser intelectual, marxista, não sabia nem o que era, mas queria ser, fiz de tudo pra passar, passei de primeira. Mas quando cheguei na Universidade eu quebrei a cara porque eu não tinha mínima condição capacidade de estar lá, porque minhas coisas era música, tocar, eu queria marxista, atriz, coralista, resultado, eu passei uns 10 anos na universidade, querendo me formar, porque eu queria fazer tudo lá, eu acho que eu tava vivendo a rebordosa da minha adolescência, eu não sabia, eu tava totalmente perdida porque a minha adolescência foi muito difícil, sem eu querer, culpa de quem? da minha mãe? até tempo atrás eu achava que minha mãe era culpada, eu tive que pensar muito e refletir sobre isso pra não culpar minha mãe por tudo, foi difícil mas acho que ela foi culpada sim porque ela não me deu atenção, ela não me disse o que fazer, ela deixou a coisa acontecer, ela não me deu religião, não me deu limites, não me deu nada, achou que podia me virar sozinha, e não foi bem assim, acho que passei uns 17 anos da minha vida sofrendo por causa disso, até quando eu aprendi o que eu tinha fazer, eu não conseguia, porque minha mãe sempre foi essa mulher independe, quando eu era criança ela era assim, não dava orientação, deixava eu fazer.

Quanto aos relacionamentos afetivos, Maísa comenta sobre suas descobertas. Maísa também expõe sobre a sua relação com a maternidade:

> Minha sexualidade foi normal, mas como foi muito solta, eu não cresci bem por causa disso, entrei na Universidade sofrendo afetivamente, profissionalmente, por não saber o que queria fazer, repetia as coisas, as disciplinas, muito perdida, por causa disso, o ápice da perdição foi conhecer o pai do meu filho, um homem muito mais velho que eu, 20 anos, eu bem novinha, bonitinha e tal, esse homem não teve assim nenhum caráter comigo, não tive como não me envolver com ele na época, porque a minha cabeça era outra, me envolvi com o pai do meu filho e foi a prior coisa da minha vida, assim, eu tento ressignificar isso por conta do meu filho, ele da um novo significado na relação por que tenho muito orgulho dele, então esse lado de ser mãe jovem e desse homem passa, eu acho que foi um crescimento. minha

> gravidez foi ótima, eu fui saudável, não tive problema, mas o meu lado emocional ficou completamente destruído, porque foi uma relação que me aniquilou emocionalmente, eu sofri muito, eu fiquei sozinha na mão com meu filho, ai fui pra casa da minha mãe, foi uma vergonha, foi o pior momento da minha vida, porque eu não tinha conseguido nada na minha vida eu tinha um filho, ai eu tive que ficar, porque foi muito cruel, horrível pra mim, resumindo eu tive que começar do zero, eu não sabia o que fazer, eu tinha muito medo, meu filho era pequeno, eu tinha que dar muito carinho, muito afeto, eu fiquei muito apegada ao meu filho, esse sofrimento todo eu tive que me apegar a alguma coisa, não consegui me apegar a minha mãe porque ela me recebeu em casa, me ajudou, mas ela foi muito dura comigo, eu não consegui ter uma ligação emocional com ela, ela me ajudou, a gente conviveu, mas eu tive que terminar tudo que tinha deixado por conta da gravidez.

Maísa reflete sobre a relação das mulheres de sua família, sobre as influências para sua condição de mulher:

> As mulheres da minha família elas foram educadas pra trabalhar, pra se manter, eu posso enxergar isso, todas foram educadas para conseguir sobreviver, não foi exigido das mulheres uma escolaridade, uma vocação, foi mais pratica, pra conseguir um emprego, todas conseguiram algo, ter uma vida financeira. A relação que a gente tem com os pais e as mães influenciam todas as formas de relacionamento que a gente vai ter adiante. Eu sou uma pessoa muito camaleão, eu não sei se tenho o conceito de mulher fechado na minha cabeça, ser mulher hoje, ser mulher em Fortaleza, eu acho que o gênero na modernidade não é mais uma categoria relevante, ainda que seja na intimidade, no Brasil as mulheres seguem um padrão, se elas são heterossexual são femininas, românticas, então posso dizer que se restringir na intimidade a minha sexualidade, eu acho que sou muito romântica ainda, tenho uns pensamentos com relação ao feminino, acho que tenho alguma coisa intacta, que não foi tocada, machucada, considero que na minha intimidade, eu guardo ainda uma essência boa, de mulher, mas o externo está muito bagunçado, porque eu não tô tendo tempo de pensar em quem eu sou, eu tenho que trabalhar, fazer meu TCC, eu só tenho tarefas, então eu não tenho como te responder o que é ser mulher, porque como pessoa eu não tô tendo tempo de pensar em mim, eu não sei se isso é normal, mas é minha história, no momento sou uma pessoa que tem coisas a fazer, quando acho que já vi tudo na minha intimidade, me dou ao luxo de pintar minha unha, fazer meu cabelo, pensar no meu namorado, escutar minha música e essa coisa me faz bem, e eu consigo respirar dentro desse lugar.

Quanto a relação da educação entre pais e filhos identifica a educação como indispensável para a transformação de vidas. Relata a importância da educação em sua vida e a necessidade para o seu filho.

> não sei se foi uma atitude muito responsável da minha parte, eu investir na minha educação, sem dar prioridade a ele, mas foi um jogo arriscado que tive que fazer, priorizar minha formação pra conseguir um emprego melhor, pra melhorar minha vida e a dele, pensando no todo familiar, não pude colocar em creche, escolinha, ele não teve isso, ele se alfabetizou na escola pública, eu dei assistência em casa, agora ele vai entrar no fundamental, ele esta bem, é inteligente, educado, não aparenta nenhum problema cognitivo, agora estou pensando mais nele.

Maísa destaca a relevância da pesquisa, conforme o perfil delimitado das mulheres vinculadas ao instituto.

> As narrativas de mães de alunos e mulheres ligadas ao instituto, acho que as pessoas que estão aqui ligadas a algum aluno, elas devem ter historias bem ricas, épicas, porque eu acho que as pessoas vão para o social, porque elas se identificam, porque elas tem uma vida imperfeita, difícil, uma pessoa com vida fácil ela não esta aqui, é uma pessoa que tem uma vida estável materialmente, emocionalmente, uma trajetória muito linear, muito homogênea, pode ser que esteja mas assim no plano elevado, uma figura emblemática no instituto, mas elas estão no dia a dia do instituto, pessoas com histórias semelhantes a minha, historias bem diferentes.

- Mulheres de 41 a 62 anos

1.Nível Fundamental

Margarida e a convivência amigável com o esposo

Margarida relaciona sua história de vida da na família com os papeis sociais atribuídos ás mulheres de cuidados com o lar: “Minha história é normal, igual a de qualquer muié, cuida das crianças, cuida da casa, da roupa, da louça, eu me considero uma pessoa guerreira, feliz ao mesmo tempo, nem sempre foi assim, mas eu posso dizer que agora ta muito bom demais”.

Comenta sobre seu relacionamento conjugal com o marido, informando que houve uma mudança no convívio entre eles: “Eu venho vivendo dentro de casa com o camarada como dois amigos, dois irmãos, como uma família feliz dentro de casa, então a minha história não é uma história comum, eu acho que não, a maioria das pessoas, não vai se sentir feliz com um companheiro há mais de 15 anos, como dois irmãos, essa é minha história, eu sou feliz”.

Margarida comenta sobre as mudanças culturais que afetam a família na atualidade quanto a educação: “Antigamente a gente ficava em casa, o nosso serviço era só ir pra escola e cuidar da casa, cum um certo tempo eles saia de casa, então eu me dedico, a minha vida só cuidando dos meus filhos, eu quero que eles cresça e não se torne essa pessoa sem muito estudo e sem saber falar bonito que nem eu, quero que cresçam na vida”.

Margarida compreende sua perspectiva como mulher guerreira, mãe, responsável pelo lar, pela casa e pelo cuidado com os filhos: “Responsável com meus fis, tô sempre presente na vida dos meus fis, eu vivo pros meus fis, não quero que um dia um deles cresça vivendo só pros filhos, mas no caso eu quero que eles estudem e cresçam na vida”.

Indica para outras mulheres que elas assumam seus compromissos domésticos e familiares e sigam sem buscar conflitos com os esposos: “Vocês sempre cuidem dos seus fis direitim, que se cada um fizer suas tarefinhas direitim, que nem eu faço dá certo, num tem

confusão, desentendimento, outra coisa que quero dizer, se algum dia houver confusão no casório e ver que não dá certo, viva dentro de casa em paz que nem dois amigos que vive mais feliz e mió".

Maria e as dificuldades de estudo e trabalho

Maria também associa a sua condição de vida com dificuldades nas gerações, como um campo de batalha, com mulheres batalhadoras e guerreiras. Maria revela que a história de vida de sua família foi de dificuldades, sofrimento, porque tinham muitos filhos, mas não tinham condições de sustentar. Comenta sobre as oportunidades para sua família:

> Foi sempre muita luta, minha irmã trabalha, minha filha batalha muito, luta muito, existe muita diferença, na minha época eu não tive a oportunidade que ela tem hoje, na época de minha mãe ela não teve nem como estudar e eu já tive um estudo, minha família ta tendo estudo e progresso, na minha época, era mais difícil. Na minha família tem pessoas que estudaram, a prioridade era estudo, depois é que vinha o trabalho, ..., estuda, trabalha, batalha.

2.Nível médio

Marta: a cristã

A participante retrata sua história na família com os papeis sociais atribuídos às mulheres de acordo com a religião cristã:

> Sou uma mulher dona de casa, que faço minhas tarefas como esposa, cuido do meu lar, me considero uma esposa normal, que é responsável, ..., tem pessoas que dizem que são casadas mas não cuidam como devem ser, eu me preocupo em fazer minhas tarefas como é pra ser, cuidar da minha casa, esposa é pra cuidar da casa, como a gente é cristã, a noite vou pro culto, eu tenho que arrumar a casa, a janta, a roupa do esposo e ir pro culto, por que o verdadeiro preceito é o cristão, porque a bíblia nos fala como a mulher deve ser, a mulher cristã ela tem que levar isso, se ela não cumprir o que a bíblia diz ela não esta sendo uma cristã, ela fala com Deus, com a palavra, com a lei, se eu não seguir como a bíblia diz que deve ser uma esposa eu estou desobedecendo a Deus, com a bíblia eu sei que sou, o que é a bíblia fala que a gente deve ser como cristã.

3.Nível superior

Iracema e o amor pelos livros

Iracema apresenta uma história de superação em sua família, com os dilemas relacionados a casamento, família, maternidade, estudo, trabalho e carreira:

> Casei com meu amigo, casar com amigo é bem mais fácil, da primeira vez eu casei muito jovem, eu queria casar com qualquer pessoa, preciso dizer bem isso, queria

> ser mãe, ser mãe pra mim era um objetivo, então eu não reparava na qualidade do cidadão, eu queria era ser mãe, independente de qualquer coisa, então por conta disso eu escolhi errado, era o meu prazer, é o meu prazer, por isso que disse que eu faria de novo.

Iracema ressalta sua identidade associada à origem de sua família. Sobre a sua história de vida, transcorre:

> Sou neta de índio, minha avó era índia do Amazonas, meu avô era branco, então tem a mistura das raças. É uma história de batalha, de mulher de superação, que não tenho medo de preconceitos, porque uma mulher que no ano de 1980, eu já estava separada, meu divórcio foi um dos primeiros aqui no Brasil, aqui no Ceará, foi a primeira na família a ser separada, que pra mim não tem problema nenhum isso, eu via isso como uma mulher de coragem, os outros me olhavam com preconceito, mas eu me achava uma mulher de decisão.

Quanto a educação dos seus filhos, Iracema comenta que os ensinamentos a transmissão dos valores pela educação:

> Queria ensinar com virtudes, meus dois filhos homens aprenderem a varrer a casa, lavar louça, lavar roupa, quando eu chegava um fazia uma coisa, outro fazia macarrão, limpava, nós dividíamos as tarefas. Meu pai apesar de ter uma filha separada, me admirava pela minha atitude de assumir meus filhos, eu não me casei de imediato, mas porque não quis, porque trabalhava tanto, estudava tanto pra concurso, pra ter hoje o que eu tenho que eu não me dava tempo pra mim, que tinha objetivos, eu queria plantar logo tudo pra poder crescer tendo as coisas, por isso que digo nós somos de batalha, fui a primeira também a me formar.

Quanto a diferença nas gerações, Iracema recorda a desigualdade na educação dos homes e mulheres:

> Minha mãe trabalhava, era uma mulher bem sucedida, filha de comerciante, de talento, mas meu pai a limitou, disse ou eu ou seu trabalho, minha mãe optou pelo papai, depois de 25 anos ele a abandonou. O meu irmão, o único filho homem, ficava sentado, minha mãe dizia pegue agua pro seu irmão, a gente pegava, ele ficava rindo da nossa cara, nós fomos criadas assim, por isso criei meus filhos de outro forma.

Iracema reconhece sua identidade de mulher feliz e corajosa. Recorda a influência de seu pai sobre sua vida. Sobre as mulheres de sua família, Iracema pontua:

> Meu pai era da UFC, mas ele tinha o preconceito que mulher não era pra trabalhar, eu me lembro que escutei isso do meu pai com 9 anos de idade, se quiser trabalhar na UFC você tem que ralar, estudar e trabalhar pra entrar, então eu ralei, estudei e tentei, por isso que me transferi para UFC, eu escolhi a universidade federal por conta dessa história, a minha história, pra mostrar ao meu pai que eu sou capaz. Minhas irmãs foram acomodadas, o estilo da minha mãe, eu sempre fui aquela diferente. Hoje eu tenho uma irmã que fez concurso, ela é uma menina de superação, uma história feliz, ela é a única que esta com mesmo marido, que não entende,

> porque pra ela houve além da história de superação, teve história de amor, que pra mim não houve talvez, porque nunca pensei na história do amor, eu sou muito razão.

Iracema ressalta o papel da educação para as mulheres e ressalta o poder transformador da leitura:

> Eu sempre fui uma boa leitora, sempre gostei de ler, uma pessoa que gosta de ler, ela viaja no mundo, tem outras ideias, então por isso que sou favorável a toda criança ganhar em vez de presentes, livros. eu aconselho pra os pais sempre incentivar os filhos, o meu pai não me incentivou, mas os livros me incentivaram, posso dizer que os meus pais foram os meus livros, tem gente que olha pra minha me diz: nossa sua filha é tão diferente, sou uma mulher comum como muitas mulheres, porém o que eu sou é o que eu adquiri através da literatura e dos livros

As narrativas das mulheres sobre suas famílias histórias demonstram a conexão entre o cotidiano e o processo de subjetivação, pois as relações de poder aparecem imbricadas aos critérios: educação, trabalho, casamento, maternidade. Destacamos o elemento da constituição da identidade feminina, analisando o quanto o poder simbólico interfere na subjetividade, pois as mulheres associam sua imagem e reconhecimento de mulher como mãe, esposa, dona de casa, estudante, trabalhadora. É preciso fortalecer a autonomia e o empoderamento das mulheres sobre sua identidade feminina.

4.3 Histórias de vida e História do cotidiano das mulheres nas famílias

Continuamos esse tópico com reflexões sobre a vida das mulheres, especialmente, o cenário da educação feminina, questionando: existe acúmulo de responsabilidades para as mulheres nas famílias? Com a ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho, houve mudanças das funções familiares?

Passos (2011) pressupõe que as mudanças sociais se entrelaçam na constituição da subjetividade, sendo que a dimensão subjetiva apresenta resistências às transformações, pois o que se processa no plano do imaginário, dos desejos, das fantasias, adquire sentidos do ponto de vista intrapsíquico, só se expressa de forma latente nas relações intersubjetivas. Para a autora, quando se trata da família, a compreensão dos seus processos internos passa pelas noções de intra-subjetividade, intersubjetividade e transubjetividade como referências que

permitem o discernimento do que é próprio ao sujeito, ao outro e ao campo social. Explica que existem implicações, incidências, interdependências e reciprocidade do sujeito, família e contexto social. Sublinha que a relação sujeito/família surge somente quando a família se recolhe ao espaço privado, no século XVIII, pois anteriormente, o mundo público era dominante, não havia segmentação do espaço da família com o espaço da sociedade, não havia distinção entre a afetividade da família e a comunidade, as relações ocorriam lugares abertos, ruas, praças, palácios, não havendo espaço para a intimidade. Foi apenas com a organização da família com laços biológicos ao espaço da casa, com convivência delimitada, que surgiu a privacidade, troca entre os sujeitos, e o surgimento da noção de família, que emergiu do reconhecimento mútuo entre os sujeitos, da troca de afetos, possível apenas devido a aproximação das pessoas no mesmo espaço físico. Evidenciamos que o marco nas transformações da família ocorreu quando a privatização dos espaços aproximou os membros, levando-os a uma convivência íntima, uma experiência dos conflitos e dos prazeres. "A família permaneceu envolta por uma rede na qual prevalece uma dinâmica interna de reflexos subjetivos mútuos, as famílias se estruturam de formas diversas em função do lugar, tempo, heranças, de onde surgem as funções das famílias" (PASSOS, 2011, p. 16).

De acordo com Passos (2011) as funções familiares atendem à configuração das relações que constituem os sujeitos, a parentalidade; as formas de filiação e de conjugalidade são modalidades de relações internas do grupo familiar. No processo de filiação, estão presentes os laços primários dos pais com suas famílias de origem, a história da união e dos investimentos no momento da concepção da criança, a reciprocidade e o reconhecimento dos lugares e posições dos pais e dos filhos. Para a autora, é esse reconhecimento que dá origem aos investimentos afetivos como recurso fundamental para a constituição dos laços de filiação. Assim, quanto ao processo de subjetivação da família, é necessário redimensionar as posições hierárquicas do grupo, visando à horizontalidade das relações, pois estas constituem o lugar de circulação da identidade de seus membros.

Dialogamos com Rocha-Coutinho (2004) sobre a responsabilidade da mulher pelos cuidados com os filhos, a maternidade e a feminilidade. Para a autora, a vida na sociedade industrial moderna caracterizou-se por dualidades: o trabalho como o espaço público, remunerado, realizado principalmente por homens, enquanto a casa no âmbito privado, lugar de refúgio da família, cuja tarefa doméstica é realizada basicamente por mulheres, sem remuneração, supostamente realizado "por amor"; assim, os homens se responsabilizaram pelo provimento financeiro da família, e as mulheres pelos cuidados domésticos e dos filhos.

Rocha-Coutinho (2004) explica as relações de produção das subjetividades na sociedade industrial, expressando a individualidade e a identidade pessoal, aos domínios público e privado, reestruturando e resinificando seus territórios, organizando uma mudança radical nas prioridades da vida. Nessa realidade, baseada na afetividade e intimidade entre seus membros, a família se centra em torno da mulher-mãe, esta foi responsabilizada pelos cuidados da criança, do esposo e da casa: um "trabalho em horário integral", embora sem benefícios econômicos, o que gerou para a mulher uma dependência econômica do marido e psicológica dos filhos. A partir dessa perspectiva, ocorreu uma "naturalização" das funções femininas, caracterizando-se por abnegação, dedicação, docilidade relacionadas a ideia de uma "boa" mãe, com a identificação da maternidade e feminilidade. "Assim é que a definição da identidade feminina foi associada à discriminação das mulheres, pois lhes foram negadas as capacidades valorizadas que garantiram a primazia dos homens na vida pública" (p. 124).

De acordo com Rocha-Coutinho (2004), as mudanças ocorridas ao longo do século XX alteraram a antiga identidade feminina, permitindo outras escolhas para as mulheres, relacionadas às lutas políticas, desenvolvimentos tecnológicos, como o surgimento da pílula anticoncepcional, a contracepção segura, eficaz e disponível para a maioria das mulheres, separando a sexualidade da procriação. Também houve o aumento das oportunidades educacionais e ocupacionais para as mulheres como consequência de mudanças. Observamos uma mudança em relação a educação, mas os discursos sociais continuam a reforçar o papel das mulheres na família como esposas e mães. Para a autora, uma das questões mais complexas, problemáticas e conflitantes para as mulheres é a maternidade. Outro desafio apontado pela autora se refere à "dupla jornada" de trabalho para a mulher que tenta conciliar as duas esferas de atuação, a casa e o trabalho, as tarefas domésticas, a educação dos filhos, a atuação profissional, o desempenho no emprego.

Para Rocha-Coutinho (2004), a alteração da condição de desvantagem da mulher na sociedade exige compreensão sobre o efeito limitador da maternidade e a participação das mulheres no mundo público. Assim, a autora comenta que um desafio contemporâneo para as mulheres tem a ver com a escolha da maternidade, sem abrir mão do trabalho, isso demanda a liberação para as mulheres da obrigatoriedade em desempenhar o papel lhe atribuído sobre ser mãe. A autora ressalta que a autossatisfação para a maioria das mulheres contemporâneas, ainda inclui a maternidade e um relacionamento afetivo-sexual gratificante, todavia, se acrescenta também o desejo de uma carreira profissional bem-sucedida. De acordo com a autora, as diferenças entre maternidade e paternidade são atribuídas a uma natureza diferente de homens e mulheres, prevalecendo a concepção de que a mãe é a responsável pelo cuidado

dos filhos, enquanto ao pai cabe a tarefa de proteger os filhos e prover suas necessidades financeiras. A maternidade, diferentemente da paternidade, é compreendida como ligação com a mãe, isso é reforçado pela amamentação, realizada somente por ela.

Para Rocha-Coutinho (2004), a história das mulheres se confunde com a história de suas vidas familiares, pois elas desempenham funções de cuidado e sustentação da vida. Essa trajetória deixa marcas que recaem sobre sua identidade e necessidades pessoais, confundindo seu projeto de vida com o de seu companheiro ou dos filhos. A autora destaca que a organização familiar sofre influências dos processos econômicos. Os arranjos familiares são diversos e dinâmicos, a compreensão de grupo familiar transcende as fronteiras da casa. Observamos diminuição no tamanho dos arranjos familiares com a expressão de outros modelos de famílias: monoparentais, reconstituídas, homossexuais. Identificamos o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, com a divisão das responsabilidades de manutenção da família, entre os papeis de homens e mulheres. Assim, os valores de cada época delimitam os papéis e o lugar ocupado pelas mulheres nas famílias e na sociedade, incidindo no sentido e o significado da experiência das mulheres sobre si mesmas e seus papéis na vida social e familiar, bem como a compreensão da identidade feminina coletiva: "trazemos dentro de nós as histórias de todas as mulheres que nos antecederam." (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 148).

Partindo dessas proposições sobre a subjetividade, buscamos entender os discursos sobre a história de vida e do cotidiano das mulheres, observando como as famílias organizaram a educação feminina, situando a transmissão de valores e convivência nos espaços domésticos.

- Mulheres de 18 a 29 anos

1.Nível fundamental

Não há representantes nessa categoria.

2.Nível médio

Rosa: a estudante

Essa participante identifica a força feminina de sua família em relação ao trabalho, as mulheres lutam em busca da autonomia financeira e sustento da casa.

> Sempre foram mais mulheres, desde pequena elas sempre trabalharam muito; eu acredito que superação seria bem definida, a gente nunca nasceu com muito dinheiro, então elas sempre tiveram que lutar muito, as mulheres da minha família, elas correm mais atrás do que os homens, muitos homens da minha família, eles não tem trabalho fixo, tipo gato, como chama, tipo bico, é o que aparece pra eles, elas lutam pra ter o trabalho delas e permanece e quando não está no trabalho, elas vão em busca de outro, elas não esperam por ninguém, as pessoas acham que a mulher e tão frágil e não e tão frágil quanto pensam e se a gente desistir só mostra para as pessoas que esse título é como se fosse verdade.

Cecy: a mulher maravilha

A participante identifica o papel feminino considerando as funções das mulheres na sua família como guerreiras, como base da família, em uma essência diferente, mas todas são maravilhas. Deseja que as outras mulheres percebam o seu poder de mulheres maravilhas: "Por que a mulher tem voz alta, muitas delas não sabem disso, mas eu acredito que a mulher é muito mais inteligente que o homem, a mulher sabe mais dominar o mundo que o homem, porque a mulher é maravilha, extraordinária".

Cecy afirma que a relação entre homens e mulheres deve ser de parceria: "Meu esposo me faz ver isso, me sentir assim, porque acredito que com um homem certo no seu lugar, você não sente diminuída, você vai crescer junto e o mais importante é o homem seja igual a mulher, tenha os mesmos direitos". Cecy se define como mulher maravilha vida real, pois se encontra diante de muitos desafios que exigem a força feminina: "Ela encara tudo, ela enfrenta, não baixa a cabeça, quando cai se ergue mais forte, não deixa qualquer coisa desanimar, desmotivar, tenta sempre ficar de pé".

Sobre as mulheres de sua família, considera que as mulheres sempre foram mais esforçadas que os homens:

> A minha mãe é a única formada da família, tem a minha tia agora que também esta se empenhando e a outras que nunca pararam a questão do estudo, sempre procuram estar se aprimorando. Quando eu olho para as mulheres eu vejo as mulheres batalhadoras, sempre vem a dificuldade como algo de aprendizagem. Em relação a minha vida, eu falo que sou a mulher maravilha porque meu esposo me chamou de mulher maravilha, por que eu fazia tudo, vivendo como casada, vestindo a armadura, se erguendo de novo. Na minha vida só gratidão, minha família, minha filha.

Cecy comenta sobre as mudanças nas relações entre os casais e filhos na atualidade e o reflexo na educação:

> Hoje em dia, a tecnologia muda muito, na questão da criação da minha filha, eu sempre tento trazer o que a minha mãe trouxe pra mim e não deixo esse mundo virtual destruir o que é mais importante que é o laço familiar, porque quando a gente fala a questão de atenção, uma criança chama o filho pra brincar com o pai, o pai esta assistindo Netflix, o pai esta assistindo jogo no celular e ocupa a criança com o

> telefone, não brinca, então a criança esta perdendo a infância, ela não vai saber o que é sentar com pai, o que é brincar de carinho, de boneca. Em relação a minha família eu zelo muito isso, cobro para que ele sente, ele brinque, ele faça as tarefas dela, converse com elas, porque hoje em dia essa tecnologia rouba nosso tempo.

3.Nível superior

Não há representantes nessa categoria.

- Mulheres de 30 a 40 anos

1.Nível fundamental

Não há outras representantes nessa categoria.

2.Nível médio

Bruna: e a luta para superar os medos

Bruna reflete sobre sua condição de mulher informando que nunca pensou sobre isso:

> Não sei bem como falar essa questão...e difícil essa parte... deu um branco assim, não deu tempo pra mim pensar bem em relação a isso, pegou bem de surpresa, é confuso de falar, eu nunca parei nem pra pensar e falar em voz alta, então é um pouco estranho, eu tô bem realizada com minha família, tô bem feliz, mas você sente vontade de conquistar algo mais, pra você, eu sei que ajudo muito, sou um suporte na minha casa, mas a gente tem a aquela sede de conquistas, de realizar o sonho, a gente tem essa vontade, são desejos meus, a Bruna é uma pessoa cheia de sonhos e tem muita sede de realizar muitas coisas, falta um pouco de autoestima, coragem para enfrentar as dificuldades que tem a frente.

Bruna reconhece o papel da educação na atualidade em comparação a educação:

> A geração da minha mãe não teve a oportunidade de concluir estudos dela, eu já pude concluir meus estudos, a minha mãe e meu pai, fizeram muito sacrifício para que a gente pudesse concluir nossos estudos. Vejo que muita coisa melhorou nessa questão de estudos, as oportunidades também aumentaram, uma coisa que observei foi da mesma forma que aumentou a oportunidade a cobrança triplicou, a pressão hoje que eles carregam é muito maior que na minha época, a concorrência, você ter uma boa formação.

Luiza: a trabalhadeira

Luiza concebe sua definição de mulher associada ao trabalho. Luiza recorda que casou jovem e percebe uma mudança na cultura.

> Nunca desisti de trabalho, nunca fui de esperar só pelo homem, mulher tem que ter seu dinheiro, apoiar o marido, não só ficar em casa, cuidar dos filhos, mas ter sua própria renda, pra não ficar dependendo dele, prefiro ter minha renda e saber o que vou fazer. Quando era criança eu dizia que não seria igual a minha mãe, porque minha mãe só vivia pro trabalho, todo dia trabalhava e não tinha tempo pra gente. Naquele tempo não tinha esse celular, a gente brincava na rua, de bola, e hoje não, as crianças deixam de brincar pra ficar no celular.

Jane: a mulher realizada

Jane reconhece a diferença no cenário da educação na contemporaneidade percebendo a diferença em relação a gerações anteriores:

> A diferença é que hoje em dia tudo está melhor financeiramente, antigamente era tudo mais difícil no interior, não tinha trabalho, era rural, você tinha que cultivar, diferente daqui, que tem mais oportunidade, você pode trabalhar fora, ter sua própria renda em casa. A escola era dificultosa, hoje em dia não é tanto, na época que eu estudava, porque quando mudava da escola onde a gente morava tinha que deslocar ou de canoa ou de transporte de pau de arara e hoje em dia não, tem tudo.

Jane comenta como se sente satisfeita como mulher mas que para ser realizada plenamente precisa fazer uma faculdade. Em relação a outras mulheres, Jane comenta: “As mulheres têm que lutar para conseguir o objetivo que ela quer, tem muitas que sofre algum tipo de abuso, alguma agressão em casa por parte do companheiro, eles ficam colocando ela pra baixo e elas perdem a vontade de viver, elas têm que se valorizar com o que elas são e correr atrás do que elas querem”.

3.Nível superior

Não há outras representantes nessa categoria além das citadas acima.

- Mulheres de 41 a 62 anos

1.Nível fundamental

Maria: a bordadeira

Maria recorda sua história de vida relacionada ao seu casamento, ao projeto de vida de casar para poder estudar, algo que seu pai não permitia.

> Minha história começa quando eu tinha 12 anos, eu olhava pro céu e pedia eu quero casar logo com o primeiro namorado porque eu não queria ser uma menina amassada, eu via as meninas se agarrando e eu dizia eu não quero ser isso ai não, eu

> casei eu tinha 15 anos e ele tinha 27, eu não me arrependo de ter casado com ele, eu me arrependo que ia me casar e ia estudar, mas fiquei mais presa do que eu era dentro de casa, por que no interior era assim. Eu me casei porque eu queria estudar e antigamente não tinha condições.

2.Nível médio

Vitória: a mãe cuidadora

Vitória relaciona sua história de vida e das mulheres de sua família como guerreira também, recorda o papel de mãe cuidadora:

> O cuidado maior foi ela, porque meu pai, eles separaram, então ela que criou a gente praticamente só, ela trabalhava e eu cuidava dos meus irmãos, mas hoje a geração é diferente, são mais rebeldes e mais teimosos. Mãe, dedicada, cada dia aprendendo mais ainda ser mulher, mulher pra tudo, eu acho que mulher não deve, nós mulheres não devemos desistir, a vida não é fácil, principalmente ser mãe, não é fácil, é pra sempre, quando a gente bota um filho no mundo, vai até o fim né? é procurar sempre dar o melhor pra eles, tudo que a gente tiver, ser mulher tem que ser guerreira mesmo, ser forte e não desistir.

3.Nível superior

Não há outras participantes nessa categoria além das relatadas acima.

As narrativas das mulheres sobre suas famílias indicam a influência de alguns aspectos sobre a identidade e a subjetividade feminina: a opressão patriarcal, o casamento, a maternidade, o cuidado com os filhos, os afazeres domésticos, o acesso ao ensino formal, a participação no mundo do trabalho. De todos esses elementos, a educação sobressaiu nos relatos como um elemento potencializador e mobilizador da transformação familiar e social.

Os relatos da história de vida e do quotidiano das mulheres nas famílias evidenciam as relações de poder nos discursos. Como resultados apontamos as seguintes reflexões: Existem relações de poder em todas as esferas sociais, culturais, econômicas, nas famílias; estas relações são construídas, fortalecidas, reproduzidas historicamente. As relações de poder ocasionam desigualdades de gênero, nas quais as mulheres são mais impactadas na vida familiar. As famílias estão passando por transformações sociais, culturais, econômicas e demográficas, essas mudanças estão relacionadas aos papeis e funções desempenhados pelas mulheres na sociedade. Nesse contexto, as mulheres são afetadas por demandas relacionadas à vida familiar e doméstica, à educação, à cultura e ao trabalho, havendo acúmulo, sobrecarga e excesso de responsabilidades. As mudanças também impactam a dimensão simbólica, a

constituição da identidade feminina e a representação dos papéis sociais assumidos diante dos lugares delimitados a sua condição nas famílias.

5 CONCLUSÃO

As pesquisas acadêmicas revelam uma reflexão diante de fatos e fenômenos, como pesquisadores, delimitamos escolhas a partir de pontos de vistas, assim, pesquisar sobre a história das mulheres nas famílias implica reconhecer a própria identidade. Compreendemos que somos mulheres contando histórias de mulheres, para dar visibilidade aos silêncios, promover o empoderamento na ocupação de espaço de produção e disseminação do conhecimento. Precisamos apontar outra perspectiva de análise, como sujeitos históricos, sujeitas a adversidades. Escolhemos o tema de estudo: "Os impactos das relações de poder que afetam as mulheres nas famílias", buscando compreender se existem desigualdades entre homens e mulheres, se este fato atinge as mulheres em suas realidades.

Destacamos que as questões enfatizadas na pesquisa foram percebidas no quotidiano, na interação e diálogo com mulheres no dia a dia, escutando suas preocupações fomos percebendo como os relatos se conectavam, como seria possível analisar as interações. Assim, delimitamos objeto, objetivos, metodologias e análises, observando e compreendendo como a questão central deste estudo ganhava vida ao longo do período. Apresentamos narrativas que conectam discursos, com o auxílio e inspiração das leituras de clássicos

conseguimos compreender as falas das mulheres. O referencial teórico possibilitou perceber a conexão entre as mulheres e suas vivências, as relações de poder vividas por elas.

Retomamos brevemente os questionamentos de Foucault (1999), conforme referências indicadas, para reafirmar que as relações de poder perpassam as famílias e impactam as mulheres no que se refere a desigualdade de gênero. Os discursos sobre a sexualidade humana incidem sobre a necessidade de disciplina e controle sobre a subjetividade, a corporeidade e a feminilidade, pois afetam a constituição da identidade, a representação social dos papeis e funções das mulheres.

Com a utilização da categoria de estudo Mulheres, nos deparamos com os estudos feministas sobre gênero, e demarcamos esse conceito como sendo constitutivo das relações sociais a partir das diferenças entre os sexos. Pontamos que as definições sobre sexo e gênero se constituem em relação, a partir dos discursos e relações de poder, elaborados e disseminados historicamente.

As mulheres tiveram o acesso aos direitos civis, humanos e sociais a partir das lutas, resistências e resiliências, principalmente a partir do século XX. No período atual, em pleno século XXI, nos deparamos com tentativas de cerceamento da liberdade e da autonomia feminina na sociedade brasileira, perspectivas políticas conservadoras que buscam reagir e limitar os avanços e conquistas das mulheres.

Apontamos que existe uma repressão ao feminino na sociedade contemporânea, nas expressões da corporeidade dos indivíduos, essa reação conservadora e opressora incide sobre a feminilidade, se revelando em comportamentos machistas, sexistas, discriminatórios, preconceituosos, misóginos, em relação às mulheres. Afirmamos a necessidade de romper com as estruturas patriarcais que cerceiam a liberdade feminina, pois o sistema patriarcal demanda uma dominação sobre as mulheres, um controle das subjetividades e corpos, impondo a organização da sociedade a partir do parentesco masculino.

Questionamos os padrões sociais e culturais legitimadores da vida das mulheres, que impõem a obrigatoriedade de comportamentos e condutas, seja com normas ou na apreensão simbólica e relação, por exemplo, à sexualidade e à maternidade. Apesar dos avanços nas áreas da concepção, contracepção e reprodução humana assistida, na atualidade as mulheres lidam com os dilemas de conciliação da capacidade biológica quanto a maternidade e os anseios profissionais.

Consideramos que não existe um único modelo de família, que as transformações demográficas, culturais, sociais, econômicas na contemporaneidade, no Brasil, trouxeram mudanças nos formatos de famílias, indicando novas configurações e dinâmicas familiares,

apresentando perfis para além da dinâmica patriarcal e nuclear, que esteve na base da formação da sociedade brasileira. Citamos como exemplos de perfis atuais de famílias: aquelas compostas por pessoas vivendo sozinhas; as monoparentais, feminina ou masculina; o formato composto por arranjos decorrentes de separações e divórcios; aquelas unidas por demanda de convivência econômica, na qual residem vários membros; ou as que são formadas e unidas por laços de afetividade e afinidade.

Em meio a esse retrocesso destacamos as incidências no âmbito da educação, pois às mulheres foram delegadas responsabilidades quanto a educação no que se refere à reprodução dos valores nas famílias. O acesso à educação formal foi possibilitado as mulheres tardiamente, foi reprimido e negado durante anos, restando-lhe à vivencia doméstica e de cuidados familiares. Na atualidade, verifica-se o esforço das mulheres, mesmo sendo maioria, em ocupar os espaços nas escolas, universidades e demais instituições de pesquisa, para equilibrar a extrema assimetria de oportunidades e a desigualdade de gênero. Destacamos, a partir da pesquisa realizada a preocupação das mulheres com a educação das mulheres, principalmente, pela necessidade de reparar uma desigualdade histórica em relação ao acesso e as oportunidades das mulheres ao conhecimento, ao ensino e à educação, como transformação social. As mulheres buscam alternativas para si e para seus filhos, procurando novos caminhos para futuras gerações.

Comprovamos nossa hipótese de estudo considerando que existem relações de poder expressas como desigualdades entre homens e mulheres. Observamos que as transformações no perfil das famílias trazem impactos para as mulheres, afetou as relações domésticas e familiares no processo de decisão quanto aos aspectos: casamento, maternidade, fecundidade, cuidados com os filhos, educação e trabalho. Analisamos que essas mudanças se refletem na autonomia, empoderamento e protagonismo das mulheres, impulsionam o rompimento dos padrões sociais e culturais e a superação do processo de submissão e exploração das mulheres. Enfatizamos que esse processo de mudança ocorre a nível da representação simbólica, no processo de subjetivação, nos lugares, papeis e funções das mulheres. O estudo sobre a história das famílias perpassa a compreensão sobre a história das mulheres. A desigualdade de gênero tem origem na divisão social e sexual do trabalho, com a separação das funções de homens e mulheres na sociedade e a instauração do poder patriarcal do masculino sobre o feminino. A identidade feminina foi se constituindo nesse cenário, com marcas da opressão, pois o homem tornou-se detentor de privilégios nas relações sociais estabelecidas, enquanto as mulheres tornam-se o Outro, um sistema de desigualdades, contradições e opressões nas relações sociais entre os gêneros.

Compreendemos que a história dos direitos das mulheres se configurou como um processo de luta, resistência de forma processual e progressiva. Nesse contexto, romper com essa lógica de opressão, exploração e dominação implica fortalecer a perspectiva de autonomia e empoderamento feminino, atuar no âmbito social e cultural, mas também na constituição da subjetividade. Pensar a liberdade, autonomia, empoderamento, protagonismo e emancipação das mulheres requer desestabilizar uma estrutura de desigualdades que foi naturalizada historicamente. Isso demanda articular novas formas de relações de convívio entre homens e mulheres, desconstruindo mitos, crenças e propondo construir algo novo, pautado em liberdade, igualdade, respeito, cuidado, solidariedade e colaboração. É preciso agir no âmbito da educação e da cultura, promovendo novos valores e disseminando a liberdade e a equidade como centrais para novas relações de convivência. Quando observamos o surgimento do feminismo, compreendemos os passos das mulheres na luta pelo reconhecimento dos direitos, buscando rupturas com padrões conservadores.

No desenvolvimento da humanidade, a história foi contada sob um ponto de vista masculino, uma abordagem que garantiu aos homens a hegemonia das conquistas. Todavia, propor outra forma de perceber a história, de olhar o cotidiano implica promover uma transformação. Contar outra alternativa para a história, de forma complexa, apresentando a história de vida de pessoas que fazem o cotidiano, no centro do acontecimento histórico, no pulsar da vida humana, situando a contribuição das mulheres.

Consideramos possível outra perspectiva de vida em sociedade com equidade nas relações, mas para se alcançar esse cenário precisamos fortalecer a base, a família e a educação. O diálogo é possível, a desconstrução é necessária. O desafio é efetivar novas relações entre mulheres e homens, com novas funções sociais, superando a desigualdade, a opressão, a violência. A mudança precisa ocorrer em todos os espaços: nos relacionamentos afetivos, na vida doméstica, nos lares, no trabalho, na educação, na política. Essa transformação precisa operar ao nível do simbólico, da subjetividade, pois as raízes do patriarcado operam nos limites da construção de vínculos.

Almejamos que este estudo contribua para inspirar e mobilizar pesquisas sobre as contradições e desigualdades que afetam as mulheres, pela possibilidade de transformação. Sugerimos possibilidades que merecem atenção em outros estudos: Compreender a expressão das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho; reconhecer os contextos de mudanças em que as mulheres estão assumindo novas funções, carreiras e posições de lideranças e a relação com a vida doméstica e familiar; identificar como a cultura machista e a educação sexista contribui para a desigualdade entre homens e mulheres; analisar como a

Educação pode se constituir um caminho para rupturas e transformações de padrões desiguais entre homens e mulheres; observar a relação entre a sexualidade feminina nas famílias e os direitos sexuais e reprodutivos e as decisões sobre os compromissos afetivos; analisar os novos perfis e modelos de famílias na atualidade diante das novas configurações, dinâmicas e interações; compreender os limites e desafios da família como instituição social no cenário contemporâneo. Constatamos que são questões abertas para reflexões posteriores, em vista da própria estrutura da nossa pesquisa, seria impossível responder a esses questionamentos, mas possibilitamos diálogos e conexões para outros estudos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; MORAES, Marieta Ferreira de. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ARIÈS, Philippe. **A história social da família e da criança**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. *In*: _____. **História da vida privada no Brasil**: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. História Educacional de Portugal: discurso, cronologia e comparação - Um Ensaio de Crítica Histórica. Fortaleza: Edições UFC, 2008. *In*: CAVALCANTE *et al*. (org.). **História da Educação**: República, Escola, Religião. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: I – A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1971.

GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. *In*: DUBY, G.; ARIÈS; LADURIE, E. L. R.; LE GOFF, J. **História e Nova História**. 3 ed. Lisboa: Teorema, s.d.

HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista**: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, n. 22, 2004: p.201-246.

IBGE. Revista IBGE. **Estatísticas de Gênero**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil, nº38. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Ficha catalográfica. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. **Revista Gênero**. Disponível em:< http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/804>. Acesso em: 10 mar. 2019.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Memórias do Seminário da Prainha**: uma Instituição Educacional Modelar ou um Modelo em Decadência? *In*: CAVALCANTE, Maria Juraci (org). **História da Educação**: República, Escola, Religião. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

KERGOAT, Daniele. **A Relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão**. *In*: Pro-posições, v.13, n.1- Jan-abr, 2002. Disponível em: < https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2125/37-dossie-kergoatd.pdf>. Acesso em 10 fev. 2019.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4033218/mod_resource/content/1/LAURETIS%2C%20Teresa%20de%20-%20%20A%20Tecnologia%20do%20Genero.pdf. Acesso em: 05 abr. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: < https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>. Acesso em 10 fev. 2019.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar**: família, filhos e desafios. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 219p. 2009. Disponível em:< https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/tese_nayara_pdf.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

PASSOS, Maria Consuêlo. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. *In*: FÈRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Família e casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. Disponível em: <http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_familia_e_casal.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00270.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** (São Paulo), v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 12 dez. 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Sousa. (org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frederique. (org.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a categoria mulher**. São Paulo: Campinas, 2001.

PRIORE, Mary Lucy Murray. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Planeta 2014.

_____. **Conversas e Histórias de Mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

_____. **História do Amor no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *In*: PRIORE, Mary Lucy Murray (org.). **Histórias das Mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAGO, Margareth. **Descobrindo historicamente o gênero**. Cadernos Pagu, n. 11, 1998. p.89-98. Disponível: <http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/118136/1/ppec_8634465-3436-1-SM.pdf>. Acesso: 02 fev. 2019.

_____. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura Histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres. In: FÈRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 122-137. Disponível em: <http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_familia_e_casal.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de Mulheres**: notas sobre a "economia política" do sexo. Tradução: Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sônia Corrêa. Recife: Edição S.O.S Corpo, 1993. Disponível em: < file:///D:/Desktop/OTraficoDeMulheres.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SARTI, Cyntia A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHRIEWER, Jurgen. Aceitando os desafios da complexidade: metodologia da Educação Comparada em transição. *In*: SOUZA, Donaldo B.; MARTINEZ, Silvia A. (Org.). **Educação Comparada**: rotas de além-mar. São Paulo: Xamã, 2009.

SCOTT, Ana Silvia. Família: O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Famílias**.** *In*: PINSKY, Jaime (org.). **O Brasil no contexto**: 1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v.1, n. 13, janeiro-abril, Florianópolis, 2005. Disponível em: < estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, 2007. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015.>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **Gragoatá**, v. 13, n. 25, p. 29-49, 2. sem. 2008.Disponível em: < http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/228/213>. Acesso em: 02 mar. 2019.

TILLY, Louise A**.** Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n.3, 1994: p. 29-62. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:lHoVH2J1xzwJ:www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/%3Fdown%3D51008+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 77-87, 1998. Disponível em: < https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. Acesso em 02 fev. 2018.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**: um debate. (Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2007. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2019.

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Apresentação da pesquisadora e do objetivo da pesquisa:

Pergunta de partida: Como as relações de poder impactam as mulheres nas famílias?

Perfil do público entrevistado: mulheres de 18 a 60 anos; mesma família; situação social e econômica, escolaridade, ocupação, raça/etnia, orientação sexual.

Identificação da participante: nome fictício, idade, território, escolaridade, renda econômica (salários mínimos).

Questões:

1. Como você identifica a sua história e também a história das outras mulheres na sua família?

2. Como acontecem as relações entre homens e mulheres na sua família? Como você se vê nesse contexto?

3. Como você se define como mulher?

4. Comentários ou sugestões.

APÊNDICE B

Tabela 1

NOME	IDADE	BAIRRO	ESTADO CIVIL	QUANTIDADE FILHOS(AS)	TIPO DE FAMÍLIA
Ana	40	Lagoa Redonda	Casada	2 filhos	nuclear
Ana Lais	18	José de Alencar	solteira	0 filho	Nuclear
Brena	20	Jardim União	Casada	4 filhos	nuclear
Bruna	37	Jardim União	Casada	2 filhos	nuclear
Cecy	21	Jardim União	Casada	1 filha	nuclear
Cícera	45	Jardim União	Casada	1 filho	Nuclear
Conceição	37	José de Alencar	Casada	2 filhas	Nuclear
Cristina	24	Jardim União	solteira	0 filho	monoparental
Fernanda	34	Jardim União	solteira	1 filho	Monoparental
Iracema	56	José de Alencar	Casada	4 filhos	Nuclear
Janny	32	Jardim União	Casada	1 filho	Nuclear
Jocélia	42	Jardim União	Viúva	3 filhas	monoparental
Lane	30	Jardim União	Casada	4 filhos	nuclear
Lucia	45	José de Alencar	Casada	2 filhas	Nuclear
Luiza	32	Lagoa Redonda	casada	1 filho	monoparental
Madalena	31	Jardim União	Casada	0 filho	nuclear com a mãe
Maísa	31	Couto Fernandes	solteira	1 filho	monoparental
Margarida	44	José de Alencar	Casada	3 filhos	Nuclear
Maria	42	José de Alencar	Casada	2 filhos	nuclear com a mãe
Maria	33	Jardim União	Casada	3 filhos	nuclear
Maria	62	Jardim União	Casada	2 filhos	Nuclear
Marta	51	Jardim União	Casada	1 filho	Nuclear
Micaelly	31	José de Alencar	Casada	1 filha	Nuclear
Monica	29	Jardim União	Solteira	2 filhos	Monoparental
Priscila	20	José de Alencar	Solteira	O filho	Nuclear
Rebeca	27	José de Alencar	Solteira	2 filhos	Monoparental
Rosa	19	Jardim União	Solteira	0 filho	Monoparental
Samily	49	Jardim União	Casada	3 filhos	Nuclear
Tia	46	Jardim União	Divorciada	3 filhos	Monoparental
Vitória	49	José de Alencar	Casada	3 filhos	Nuclear
Vivi	30	Jardim União	Casada	2 filhos	Nuclear

APÊNDICE C

Tabela 2

NOME	RAÇA/ ETNIA	ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESCOLARIDADE	RENDA	PROFISSÃO	OCUPAÇÃO
Ana	branca	heterossexual	pós-graduação	até 8 salários	psicóloga	trabalho formal
Ana Laís	negra	heterossexual	cursando superior	até 3 salários	estudante	estágio
Brena	parda	heterossexual	fundamental	até 1 salario	dona de casa	desempregada
Bruna	parda	heterossexual	médio	até 5 salários	dona de casa	desempregada
Cecy	parda	heterossexual	médio	até 2 salários	dona de casa	desempregada
Cícera	parda	heterossexual	médio	até 1 salário	dona de casa	desempregada
Conceição	parda	heterossexual	fundamental	ate 3 salários	diarista	trabalho informal
Cristina	negra	heterossexual	cursando Superior	até 3 salários	Assis. administrativo	trabalho formal
Fernanda	parda	heterossexual	Cursando superior	até 2 salários	Aux. serviços gerais	trabalho formal
Iracema	branca	heterossexual	superior	8 salários	administradora	trabalho formal
Janny	parda	heterossexual	médio	até 2 salários	dona de casa	desempregada
Jocélia	negra	heterossexual	superior	até 5 salários	pedagoga	trabalho formal
Lane	parda	heterossexual	médio	até 1 salario	dona de casa	desempregada
Lucia	parda	heterossexual	fundamental	até 1 salário	dona de casa	desempregada
Luiza	parda	heterossexual	médio	até 2 salário	doméstica	trabalho informal
Madalena	negra	heterossexual	cursando superior	até 2 salários	estudante	desempregada
Maísa	branca	heterossexual	pós-graduação	3 salários	professora música	trabalho formal
Margarida	negra	heterossexual	fundamental	até 1 salário	dona de casa	desempregada
Maria	parda	heterossexual	fundamental	até 3 salários	costureira	trabalho informal
Maria	parda	heterossexual	médio	até 2 salários	dona de casa	desempregada
Maria	parda	heterossexual	fundamental	até 1 salario	Bordadeira	trabalho informal
Marta	negra	Heterossexual	médio	até 1 salário	costureira	Trabalho informal
Micaelly	Negra	Heterossexual	Médio	Até 1 salário	Dona de casa	Desempregada
Monica	Negra	Heterossexual	Médio	Até 1 salário	Dona de casa	Desempregada
Priscila	Negra	Heterossexual	Cursando superior	Até 3 salários	Estudante pedagogia	Estágio
Rebeca	Negra	Heterossexual	Médio	Até 1 salário	Dona de casa	Desempregada
Rosa	Parda	Heterossexual	Médio	Até 5 salários	Estudante música	Estágio
Samily	Parda	Heterossexual	Médio	Até 2 salários	Dona de casa	Trabalho informal
Tia	Negra	Heterossexual	Cursando superior	Até 3 salários	Professora	Trabalho formal
Vitória	Parda	Heterossexual	Médio	Até 2 salários	Doméstica	Desempregada
Vivi	Parda	Heterossexual	Médio	Até 1 salário	Vendedora	Trabalho informal

ANEXO

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA PESQUISA ACADÊMICA

Eu, _____, RG _____, CPF _____, telefone _____, email _____, DECLARO, para os devidos fins, que estou ciente que recebi as orientações necessárias para a entrevista, principalmente sobre o sigilo ético com as informações, sobre a participação voluntária no Projeto de Pesquisa intitulado _____, do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Ceará – UFC, da Mestranda Maria Helena Rodrigues Campelo, RG 20000097180794, CPF 018568753-93, telefone 085 987956561, email: lenacampelo@gmail.com, sob a orientação do Professor Doutor Gisafran Nazareno Jucá.

Fortaleza, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura da participante